

# CAPÍTULO 0. INTRODUÇÃO

## 0.1 Objecto

O objecto de estudo deste trabalho incide sobre os postverbais do português europeu contemporâneo, ou seja, os substantivos oriundos de verbos que designam genericamente a 'acção de V' e a que a tradição se habituou a chamar “derivados regressivos”.

A construção dos produtos que designaremos por postverbais, em português, é apontada, numa perspectiva tradicional<sup>1</sup>, como um processo que se distancia da derivação por, aparentemente, suprimir segmentos sufixais à forma derivante, em vez de os adicionar. Devido a esse pretenso carácter substractivo do processo de formação em causa, os seus produtos lexicais recebem a designação de “derivados regressivos”.

A grande maioria dos “derivados regressivos” é caracterizada por uma origem deverbal que os dota da significação genérica de ACCÇÃO. São, pois, substantivos deverbais que designam a ACCÇÃO (actividade, *accomplishment*, *achievement* ou estado) e que apresentam um funcionamento semântico e sintáctico-semântico paralelo ao de outros deverbais. Contudo, a tradição optou por inseri-los em diferentes processos genolexicais, segundo critérios operantes apenas a um nível aparente e superficial.

Tradicionalmente, deverbais como *abordagem*, *ralação*, *talhadura*, *tratamento* são classificados como lexemas construídos através da derivação, ou seja, através de um processo aditivo. Deverbais como *abordo* (‘chegada, acesso, entrada’), *rala* (‘preocupação, aborrecimento’), *talha* (‘acção de talhar, corte’), *trato* (‘tratamento’) são classificados como lexemas construídos através da “derivação regressiva”, isto é, através de um mecanismo genolexical que opera com o encurtamento do lexema derivante. Uma classificação deste tipo assenta na comparação das dimensões dos

significantes de derivante e derivado. No primeiro grupo de deverbais, o significante do derivado é mais extenso do que o do derivante. Assim, o processo actuante é classificado como aditivo. No segundo grupo, o significante do derivado é menos extenso do que o do derivante, ou seja, o produto lexical é mais curto do que o lexema que lhe deu origem. Como tal, considera-se, tradicionalmente, que este processo é “regressivo” ou substractivo.

Esta classificação tradicional, quando analisado o processo de construção dos postverbais, mostra-se inadequada. Conforme procuraremos demonstrar, os postverbais são morfologicamente devedores de um mecanismo de adição e não de subtracção. Assim, a designação de “derivados regressivos” revela-se desajustada, quando, como acontece neste estudo, se defende a não regressividade do processo.

Para além de se revelar incoerente usar, neste trabalho, uma designação que aponta para um processo que, segundo julgamos, não corresponde à realidade da construção, o sintagma “derivados regressivos” estende-se a produtos de relações categoriais bastante heterogéneas. Exemplificando, são designadas por “derivados regressivos” formas como *rosmano*, *súcia* ou *sarampo*, provenientes de *rosmaninho*, *sociedade* e *sarampão*, respectivamente, a par dos postverbais. Ora, a heterogeneidade das formações destas palavras é demasiada para que possam explicar-se todas elas do mesmo modo. É necessário, pois, isolar os postverbais dos restantes produtos tidos como “regressivos”, quer pelo carácter heteróclito que a conjugação de todos representa, quer pela negação da regressividade aos postverbais aqui proposta.

Estas demarcações conduzem à necessidade de se adoptar uma designação que permita uma fácil identificação dos objectos em causa. Optamos, assim, por empregar o termo “postverbais”. Este, segundo nos parece, apresenta várias vantagens:

- a) não reflecte o pretense carácter regressivo dos produtos;
- b) marca a origem deverbal dos produtos;
- c) representa uma continuidade relativamente a estudos anteriores, pois é utilizado ao lado da designação “regressivos” mesmo por autores que defendem a regressividade da sua génese e por outros que vêem os lexemas como produtos de adição;<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Dentro desta tradição encontram-se trabalhos como Cunha & Cintra (1991) e Said Ali (1964).

<sup>2</sup> Em Cunha & Cintra (1991: 104) sustenta-se o carácter regressivo do processo. Mas, para além de “derivados regressivos”, os autores apontam “postverbais” como outro nome dos mesmos lexemas. Ao contrário, em Corominas & Pascual (1991) e em Alvar & Pottier (1993), a designação “postverbais” é a única usada para fazer referência aos produtos em análise.

d) permite demarcar os produtos deverbais construídos com a adição de um marcador de classe (*rala, talha*) dos deverbais que são construídos com a adição de um sufixo derivacional (*ralação, talhadura*). Como qualquer designação resulta de uma convenção, neste trabalho, reservamos para substantivos do primeiro grupo o termo **postverbal**. O termo **deverbal** é aqui usado indistintamente para todos os substantivos construídos a partir de verbos e que encerrem, ainda que apenas potencialmente, a significação genérica de ‘acção de V’.

## 0.2 Objectivos

Como deixámos perceber em 0.1, uma análise mais atenta do processo de construção dos postverbais deixa entrever que não é verosímil a defesa da regressividade como característica da operação da génese destes lexemas.

Constitui-se, pois, como primeiro objectivo deste trabalho a reanálise da construção dos postverbais. Para tal, começamos por avaliar o pretense carácter regressivo do mecanismo. Esta avaliação passa pela observação do conceito e dos pressupostos de “derivação regressiva” e sua aplicabilidade aos postverbais. Aquilo que se pretende avaliar é se os postverbais são produtos da actuação de um mecanismo de encurtamento que age sobre a forma derivante e se, por isso, faz sentido aplicar-lhes a designação de “derivados regressivos” ou se, pelo contrário, o mecanismo actuante é antes aditivo, o que vem anular a regressividade do processo.

Este primeiro objectivo é servido, sobretudo, por uma reanálise da base de formação dos postverbais, auxiliada pela avaliação quer dos instrumentos conceptuais com que laboram as abordagens regressivistas quer dos que são aventados pelas abordagens não regressivistas.

Redefinido o mecanismo que actua na construção dos postverbais, é necessário estudar os critérios que mais solidamente conduzam ao estabelecimento da postverbalidade de um substantivo. É que os substantivos postverbais, porque carecendo de sufixo derivacional, são formalmente paralelos a substantivos básicos. É necessário, assim, fornecer critérios que, quando conjugados entre si, possibilitem averiguar se um substantivo é deverbal ou básico. Esses critérios passam pelos níveis morfofonológico, semântico e sintáctico e ainda por uma perspectivação diacrónica.

Alguns desses critérios, especialmente os que se baseiam nos níveis semântico e sintáctico, reflectem a concepção que encara o produto lexical como o resultado de projecções de traços pertencentes ao derivante. Essas projecções não emergem de modo directo, pelo que as estruturas semânticas e sintácticas do derivado, ainda que devedoras das estruturas dos mesmos níveis do derivante, se apresentam com características próprias potenciadas pela conjugação dos traços dos componentes morfológicos com os traços da própria RFP de *nomina actionis*<sup>3</sup> e ainda daqueles que são fornecidos por factores de ordem semântico-referencial e enunciativo-pragmática, o que individualiza o produto em relação à sua base.

Tendo em vista a concepção enunciada no último parágrafo, inspirada em Rio-Torto (1993: 132), é também objectivo deste trabalho estabelecer os traços que definem as estruturas das bases para, por um lado, delimitar os tipos morfológicos das bases dos postverbais e, por outro, dilucidar as relações de semelhança/dissemelhança existentes entre as estruturas semântica e sintáctico-semântica dos derivantes e as dos seus derivados. Esta comparação só poderá realizar-se através da descrição dos diferentes níveis estruturais dos produtos.

Como a descrição da estrutura semântica dos postverbais revela que o mesmo lexema pode acumular diferentes, mas relacionáveis, significações que se repartem entre o abstracto e o concreto, propomo-nos ainda estudar alguns co-textos suficientemente probantes da actualização de algumas dessas significações.

### 0.3 Orientação teórico-metodológica

A abordagem aos postverbais que pretendemos mostrar é devedora do modelo polidimensional e interactivo desenvolvido e aplicado em Rio-Torto (1993) e noutros trabalhos da autora. Assim, seguindo a autora, entendemos que a formação de palavras só pode ser perspectivada de forma cabal se se construir uma abordagem que não se limite à descrição de um único nível dos lexemas. Um produto lexical é um complexo de estruturas fono-morfo-sintáctico-semânticas a que se acresce ainda um papel do próprio funcionamento pragmático. Como tal, encaramos a formação de palavras como um campo autónomo onde se conjugam, no entanto, os diferentes níveis da estrutura que é a língua.

---

<sup>3</sup> Corbin (1984: 9) integra a formação dos postverbais do francês na RFP de nomes de acção.

Apesar de procedermos a um estudo da formação de postverbaís do português europeu contemporâneo, não pomos de lado o recurso a dados diacrónicos, já que estes se revelam muitas vezes importantes para a dilucidação do carácter construído/não-construído dos lexemas.

As reflexões que aqui se mostram partiram da análise de um *corpus* constituído por 1411 vocábulos. A base principal de recolha dos objectos foi o *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora (suporte informático (1996)). Alguns lexemas foram ainda recolhidos em várias edições do jornal *Público* e em actos de fala informais de falantes dos distritos de Bragança e Leiria.

As informações de carácter diacrónico foram colhidas em Corominas & Pascual (1991) e Machado (1977).

#### 0.4 Plano do trabalho

Este trabalho é constituído por seis capítulos e dois apêndices. O capítulo 0 é introdutório, onde se tecem considerações acerca da delimitação do objecto, dos objectivos e da orientação teórico-metodológica deste trabalho.

O capítulo 1 tem como propósito a análise da formação dos postverbaís e é constituído por dois grandes sub-temas. O primeiro diz respeito à (re)avaliação das abordagens dos postverbaís e o segundo à sistematização de critérios morfofonológicos, semânticos, sintácticos e diacrónicos para o estabelecimento da postverbalidade de um substantivo.

O capítulo 2 mostra a descrição das estruturas morfológica, sintáctica e semântica das bases dos postverbaís.

O capítulo 3 procura descrever as mesmas estruturas dos postverbaís e as relações destas com as dos lexemas derivantes.

O capítulo 4 apresenta uma sistematização na escala de abstracção/concreção das significações dos postverbaís e aduz alguns critérios que permitem esclarecer qual a significação em vigor num determinado co-texto.

Finalmente, o capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e procura fazer um balanço crítico deste trabalho, bem como apontar possíveis rumos futuros de investigação.

O Apêndice I apresenta a análise das estruturas eventiva e argumental (sistematizada no capítulo 3) de derivantes de alguns postverbais, assim como a sua exemplificação através de enunciados.

O Apêndice II contém a amostragem, que constituiu o objecto da nossa análise, de 1411 lexemas passíveis de serem classificados como postverbais.

# CAPÍTULO 1. FORMAÇÃO DOS POSTVERBAIS

## 0. Introdução

O objectivo principal deste capítulo reside na observação e avaliação das diferentes descrições do processo de formação dos postverbais.

A primeira visão dos postverbais aqui oferecida será, pois, regressivista (1.1). Essa regressividade irá analisar-se em conjugação com a observação das eventuais categorias morfo-sintácticas das bases dos postverbais. É que se a maioria destes produtos é descrita como deverbal, há alguns indícios de que uma parte deles poderá resultar do encurtamento de outro tipo de substantivos deverbaís. Como a própria designação de “postverbaís” aqui utilizada deixa indiciar, os resultados da análise apontam, como iremos perceber, para a origem deverbal dos produtos em estudo.

Depois de avaliadas as hipóteses regressivistas, passaremos à avaliação de outro tipo de explicações para a génese dos postverbaís. Porque estas infirmam o carácter regressivo do processo, designamo-las por “não regressivistas” (1.2). Dentro destas, abordaremos perspectivas de gramáticas históricas, do estruturalismo e do gerativismo.

A confrontação entre propostas regressivistas e não regressivistas conduzirá a uma redefinição do processo de formação dos postverbaís. Para tal, rejeitaremos o pretense carácter regressivo da génese dos postverbaís, com base na compreensão do estatuto da desinência do infinitivo verbal, na redelimitação da base derivacional e no esclarecimento do estatuto do marcador de classe do deverbal.

A primeira parte (1.) deste capítulo constará, em suma, duma reavaliação do processo que dá origem aos postverbaís.

A segunda parte (2.) põe à prova os diversos critérios usados na configuração do estatuto do substantivo e do verbo que compõem um par lexical. Dado um par lexical

S/V, é necessário compreender se estamos perante uma relação derivacional deverbal ou denominal ou mesmo se essa relação é, de facto, derivacional.

Para estes objectivos, invocam-se critérios morfofonológicos, sintáctico-semânticos e diacrónicos.

Os critérios morfofonológicos jogam com a previsibilidade da vogal temática do verbo, com a presença no substantivo de afixos operadores na construção de produtos verbais e na posição do acento no substantivo.

Os critérios sintáctico-semânticos sustentam-se na presença de estruturas eventiva e argumental, próprias dos verbos, nos substantivos.

Finalmente, o critério diacrónico funcionará como um filtro dilucidador dos verdadeiros pares V/S derivacionais daqueles que, por razões históricas, tecem apenas entre si relações de tipo lexical.

Esta segunda parte pretende, assim, avaliar a rentabilidade dos vários critérios na delimitação dos substantivos postverbais.

## 1. Abordagens da formação dos postverbais

### 1.1 Propostas regressivistas

A derivação regressiva é encarada, tradicionalmente, como um processo de formação de palavras operador de um encurtamento do vocábulo base. Segundo Said Ali (1964: 256), através da derivação regressiva forma-se uma nova palavra «[...] não por adição, mas por subtração do elemento formativo» ou, de acordo com Cunha & Cintra (1991: 104), a derivação regressiva «[...] consiste na redução da palavra derivante [...]».

No *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora, que serviu de fonte para a recolha dos objectos linguísticos aqui em análise, os postverbais são classificados como “derivados regressivos”, ao lado de outros lexemas não deverbais e que, em aparência, resultam de uma operação subtractiva sobre a base.

No entanto, no referido dicionário, nem todas as formas lexicais resultantes dum encurtamento da forma de base são classificadas como derivadas regressivas, sem que, contudo, sejam indicados os critérios que permitem a delimitação de fronteiras entre os diversos casos. Formas como *cinema*, *pneu*, *moto* são descritas no *Dicionário da língua*

*portuguesa* como reduções (*pneu[mático]*, *moto[cicleta]*) ou abreviaturas (*cinema[tógrafo]*), enquanto outras como *agiota*, *pilrito*, *panturra* são analisadas como produtos da derivação regressiva operada sobre *agiotagem*, *pilriteiro* e *panturrilha*.

Observemos o quadro que se segue e que condensa a classificação destes lexemas operada pelo *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora (DLP):

Classificação dos lexemas no DLP		
redução	abreviatura	derivado regressivo
<i>pneu[mático]</i> , <i>frei[re]</i> , <i>chila[-caiota]</i> , <i>moto[cicleta]</i>	<i>cinema[tógrafo]</i> , <i>quilo[grama]</i> , <i>foto[grafia]</i> , <i>co-sec[ante]</i> , <i>sec[ante]</i> , <i>sen[o]</i> , <i>micro[fone]</i> , <i>inox[idável]</i>	<i>agiota</i> < <i>agiotagem</i> , <i>pilrito</i> < <i>pilriteiro</i> , <i>rosmano</i> < <i>rosmaninho</i> , <i>abraço</i> < <i>abraçar</i> , <i>aliteração</i> < <i>aliterar</i> , <i>fuça</i> < <i>focinho</i> , <i>azoto</i> < <i>azótico</i> , <i>estranja</i> < <i>estrangeiro</i> , <i>marralhar</i> < <i>marralheiro</i> , <i>legislar</i> < <i>legislador</i> , <i>ranho</i> < <i>ranhoso</i> , <i>cordo</i> < <i>cordato</i> , <i>sarampo</i> < <i>sarampão</i> , <i>súcia</i> < <i>sociedade</i> , <i>gajo</i> < <i>gajão</i> , <i>tânger</i> < <i>tangerina</i> , <i>caça</i> < <i>caçar</i>

Para tentarmos compreender os critérios utilizados nesse dicionário na classificação de uns vocábulos como derivados regressivos e outros como abreviaturas/reduções elaboramos algumas hipóteses.

Uma primeira hipótese poderá consistir na eventual classificação, no dicionário, como derivados regressivos os produtos que mantêm com a sua base uma relação heterocategorial. As formas abreviadas/reduzidas serão aquelas que são isocategoriais relativamente à sua base.

Esta hipótese é rejeitada pela observação do conjunto das relações categoriais integradas na derivação regressiva. Se é certo que as formas abreviadas e reduzidas compartilham a categoria sintáctica com as bases, o grupo dos derivados regressivos é preenchido por relações categoriais entre base e produto de diferentes tipos. Assim, no *Dicionário da língua portuguesa*, são classificadas como “regressivas” formas como V>S (*abraçar* > *abraço*), S>V (*marralheiro* > *marralhar*, *legislador* > *legislar*, *aliteração* > *aliterar*), Adj>S (*azótico* > *azoto*, *ranhoso* > *ranho*), mas também S>S (*rosmaninho* > *rosmano*, *focinho* > *fuça*) e Adj>Adj (*cordato* > *cordo*). Conclui-se, pois, que, no *Dicionário da língua portuguesa*, não foi seguido o critério da relação categorial entre bases e produtos para desenhar a fronteira entre a derivação regressiva e

a abreviatura/redução. Na primeira integram-se relações hetero e isocategoriais, enquanto nas segundas apenas estão presentes produtos isocategoriais.

Uma segunda hipótese consiste em considerar que, no dicionário, serão designados por derivados regressivos os produtos que, para além de resultarem numa alteração formal das bases, apresentam conjuntamente uma mudança semântico-referencial. Por sua vez, o mecanismo genolexical que produz as formas observadas como abreviaturas/reduções implicará somente uma alteração formal do produto em relação à base, sem que haja mudanças consideráveis de significação, ou seja, sem que o referente significado seja outro.

A segunda hipótese poderia estar de acordo com a realidade se, no compartimento da derivação regressiva, apenas se introduzissem relações derivacionais do tipo  $V>S$ , por exemplo. Para além de este tipo de relação derivacional ser aquele que se apresenta em maior número na totalidade dos derivados regressivos, é também aquele que salienta uma mudança semântica ao nível dos produtos. Esta mudança semântica condensa-se, sobretudo, na passagem de uma enformação verbal para uma enformação substantiva do evento configurado. Como veremos no capítulo 4, as alterações de significação poderão atingir ainda níveis mais profundos devido a uma progressão do sentido do produto de um pólo abstracto para um pólo concreto.

A hipótese assim delineada fica invalidada pela constatação de que existem outras relações derivacionais ( $S>S$ , por exemplo) caracterizadas como regressivas que pressupõem uma mudança semântica ténue ou nula. É o caso de *sarampo*, de *sarampão*, em que não houve alterações semântico-referenciais, ou de *súcia*, de *sociedade*, em que o referente se mantém, havendo apenas a acrescentar a expressão de um determinado juízo de valor relativamente a esse referente.

Por fim, uma terceira hipótese constrói-se sobre a possibilidade de nos derivados regressivos haver uma relação derivacional entre a base e o seu produto e de nas abreviaturas/reduções a base afectada ser composta.

Esta hipótese seria aparentemente aquela que poderia esclarecer os critérios adoptados pelo dicionário em questão. Numa observação primeira, parece ressaltar que a abreviatura e a redução são utilizadas para designar encurtamentos de formas compostas, sendo apagado o segundo elemento de composição. É este o mecanismo presente em *moto[cicleta]*, *quilo[grama]*, *foto[grafia]* e *micro[fone]*. Contudo, em *pneumático*, não estamos perante o mecanismo de composição e, mais do que isso, no

resultante *pneu* não foi respeitado o primitivo morfemático *pneuma*, tendo havido um corte da palavra a meio de uma unidade morfemática.

Por outro lado, são descritas como reduções e abreviaturas formas como *frei[re]* e *inox[idável]*, onde não funcionam como base formas compostas, já que a primeira é não construída e a segunda é derivada.

Por último, não haveria paralelismo entre os dois componentes a comparar nesta hipótese. É que, se na derivação regressiva a derivação seria o mecanismo genlexical actuante, na abreviatura/redução a composição seria apenas o mecanismo que dera origem à base afectada, pelo que não teria aí qualquer participação activa.

Esgotadas todas as hipóteses por nós forjadas para a tentativa de compreensão dos critérios classificativos dos lexemas em derivados regressivos e em abreviaturas/reduções no *Dicionário da língua portuguesa*, parece patente que, se nas últimas os lexemas em análise mostram pontos em comum, na derivação regressiva inserem-se produtos de uma heterogeneidade tal que se revela forçado mantê-los sob o mesmo domínio explicativo. A ausência de critérios sólidos é sublinhada pela existência de formas classificadas como regressivas que parecem obedecer aos mesmos mecanismos de encurtamento presentes nas abreviaturas/reduções.

No seio da classificação “derivação regressiva” são inseridos, como vimos através das referências ao *Dicionário da língua portuguesa*, produtos lexicais díspares.

Se observarmos esses produtos, podemos constatar que eles são inseríveis em duas classes distintas. Uma classe engloba os produtos que mantêm uma relação isocategorial e iso-semântica com a sua base (*rosmano, sarampo, gajo, tângera, manjerico*). A outra classe engloba os produtos que têm uma relação heterocategorial e, necessariamente, hetero-semântica com a sua base (*caça, relincho, baile, cria*).

Em que se fundamenta, então, a inclusão de produtos tão distintos entre si na categoria dos “derivados regressivos”? Essa inclusão fundamenta-se numa comparação superficial de derivante e derivado. Como a palavra derivante é formalmente mais longa do que a palavra derivada, autores como Said Ali (1964) e Cunha & Cintra (1991) consideram que o derivado resulta de uma operação de subtracção de um segmento, identificável com um morfema, presente no derivante.

O suposto encurtamento das palavras parece dever-se, então, à identificação de determinados segmentos finais com afixos integrados noutros vocábulos e que se

relacionam por traços semânticos<sup>4</sup>. Esta constatação está de acordo com Said Ali (1964: 256) que aponta que na derivação regressiva «O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim vai-se-lhe criar um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos.».

Exemplificando a explicação do autor:

- *tangerina* preexiste a *tânger*, logo é o termo primitivo. No entanto, o segmento *-ina* é aparentemente identificável com o segmento *-ina* que entra na formação de palavras como *cravina*. Assim, *tangerina* é tido, para o autor, como derivado. Contudo, não existe o seu suposto derivante. Como tal, cria-se o termo *tânger* que funciona como suposto derivante de *tangerina*.

- *caçar* preexiste etimologicamente a *caça*, logo é o termo primitivo. Mas *caçar* é formalmente idêntico a vocábulos derivados como *azeitar*. Assim, *caçar* é tido como derivado a que falta um derivante. Cria-se-lhe, então, o suposto derivante *caça*.

Este pretendo processo subtractivo, de acordo com Said Ali (1964: 256), é devido a um «erro de raciocínio», que conduz a que o sujeito falante crie supostos derivantes para palavras primitivas que, pela sua semelhança formal com palavras realmente derivadas, são encaradas como derivadas.

Provavelmente, em vez de se tentar explicar a origem de todos os vocábulos integrados na derivação regressiva através do dito “erro de raciocínio”, será mais lógico entender as formas que compartilham com as bases a significação e a categoria como produtos de encurtamento, à semelhança dos vocábulos catalogados como abreviaturas/reduções. Só à luz da apócope, que analisaremos em 1.1.2, se torna compreensível a origem de *tânger*, *manjerico* e *estranja*<sup>5</sup>.

Contudo, isto não significa que haja, por detrás desse processo de apócope, a necessidade de se criar o “derivante” para a forma primitiva observada como construída, mas somente um novo elemento pertencente a uma mesma constelação lexical.

Resta tentar compreender se a criação dos postverbais também pode ser interpretada como consequência de um «erro de raciocínio», como quer Said Ali (1964:

---

<sup>4</sup> Azuaga (1996: 241) refere que a derivação regressiva é «[...] um processo derivacional em que o elemento que se subtrai se assemelha a um morfe com existência noutras palavras [...]». Também Basílio (1987: 38) aponta que «[...] temos um caso de derivação regressiva quando uma palavra é interpretada como sendo uma construção base mais afixo e então o afixo é retirado para se formar uma outra palavra constituída apenas da suposta base.».

<sup>5</sup> A nosso ver, *estranja* apresenta paralelismos com outras formas apontadas em Rio-Torto (1998 b: 97) como resultantes de abreviação ou encurtamento. Essas formas são *emigra*, *portuga* e *proleta*.

256), que, analisado o verbo como derivado, conduz à formação de um falso derivante nominal.

Esse entendimento da produção dos postverbaux deriva de uma visão excessivamente superficial dos produtos lexicais. Essa visão é devida à confusão estabelecida entre forma citacional do verbo e lexema verbal.<sup>6</sup> Daqui decorre a concepção regressivista que apresenta como consequência a ideia de que um “erro de raciocínio” está na base da formação dos postverbaux. É este encadeamento de pressuposições, que resume a explicação regressivista, que abordamos em 1.1.1.

### 1.1.1 Deverbais

A suposição da existência do referido erro, manifestada em Said Ali (1964), decorre da ideia de que, genericamente, o derivado é formalmente mais longo do que o derivante. Ou seja, porque, na formação dos postverbaux, esta última constatação parece ser contrariada – o derivante (verbo) é aparentemente mais longo do que o seu derivado (substantivo) – é que alguns autores<sup>7</sup> sustentam a noção de que na mente dos falantes parece haver necessidade de criar um pretense derivante para a palavra primitiva sentida como derivada.<sup>8</sup>

Os três parâmetros por que se rege a regressividade estão dependentes uns dos outros: o processo só é encarado como regressivo porque se toma a forma do infinitivo como a base derivante; só se coloca a explicação do “erro de raciocínio” porque o processo é descrito como regressivo.

Esta ideia fundamentada no comprimento dos vocábulos é anulada se, conforme procuraremos demonstrar em 1.3.1, compreendermos que a base de formação dos postverbaux não é o verbo na sua forma do infinitivo, já que esta não passa de um rótulo

---

<sup>6</sup> Cf. Corbin (1987: 124-125) e Kerleroux (1997: 164) que expõem a necessidade de discernir lexema verbal e forma citacional do verbo.

<sup>7</sup> Esses autores enquadram-se em visões distintas do fenómeno linguístico. São eles Meyer-Lübke (1895: 441), Said Ali (1964: 256), Cunha & Cintra (1991: 104), Azuaga (1996: 241) e Basílio (1987: 38).

<sup>8</sup> Transcrevemos as considerações de Said Ali (1964: 256): «Consiste a derivação [...] em formar um vocábulo novo adicionando a outro vocábulo ou a seu radical um prefixo ou um sufixo. O termo derivado resulta da ampliação do termo derivante. [...] Além deste processo normal, existe outro, o da derivação regressiva, em que se faz exatamente o contrário, obtendo-se a palavra nova, não por adição, mas por subtração do elemento formativo. Dá-se este fenómeno por um erro de raciocínio. O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim vai-se-lhe crear um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos.». O autor exemplifica com *amparo*, *janta*, *choro*, etc..

convencional para a designação do verbo, não sendo, pois, ponto de partida para a derivação.

Por outro lado, não é imperativo que perante pares S/V (*azeite/azeitar, óleo/olear, limpa* (‘acção de limpar’) /*limpar, talha* (‘corte, acção de talhar’) /*talhar*) o falante encare necessariamente o verbo como derivado e o substantivo como derivante. Não é pelo facto de existirem pares como *azeite/azeitar* e *óleo/olear*, em que o primeiro membro funciona como base do segundo, que esse mecanismo vai ser transferido para a identificação dos restantes pares S/V.

Beard (1998) refere que formações resultantes de trunções (*clipping*) se distinguem da derivação, entre outras razões, pelo facto de nas primeiras existir consciência, por parte do falante, da operação efectuada. As trunções estão, pois, de acordo com a *back-formation*, que o autor também não enquadra nos paradigmas da derivação. Segundo o autor, a *back-formation* resulta da análise de um determinado segmento fonológico como um afixo existente formalmente idêntico (Beard (1988: 56)).

Por exemplo, o falante deverá ter consciência, ainda que Beard (1998) não forneça indicações dos parâmetros por que esta é medida ou avaliada, de que formas como *manif* ou *prof* correspondem a trunções de *manifestação* e *professor*. Contudo, parece-nos que a existência dessa consciência é contestável mesmo no caso das trunções. É pouco provável que o falante comum tenha consciência de que *pneu, cinema* ou *moto* correspondam a formas apocopadas.

Em relação aos postverbais, também é de questionar essa consciência operadora na mente do falante. Provavelmente, o falante relaciona os membros dos pares S/V, sem que, contudo, essa relação seja feita com base numa direcionalidade derivacional. O tipo de relação que o falante poderá estabelecer entre (a) *caça/caçar* é também tecido entre pares como (b) *conto/contar, pugna/pugnar, venda/vender*, sem que os dois membros de cada par (b) estejam unidos por uma ligação derivacional, já existente no par (a).<sup>9</sup>

Parece-nos, pois, infundamentado considerar que os postverbais são tomados como pretensos derivantes dos verbos de que de facto derivam. Se observarmos a vertente semântica dos deverbais em análise, constatamos que a sua significação genérica pode ser parafraseada por “acção de V”. Isto leva a que se tome o verbo como

---

<sup>9</sup> Os pares S/V (b) aqui apontados serão tratados no ponto dedicado à abordagem diacrónica dos postverbais.

origem dos substantivos e não o contrário. Os verbos de origem nominal anotados serão, por sua vez, parafraseados por “prover de N”<sup>10</sup> (prover de *azeite*, prover de *óleo*).

As dúvidas quanto ao estatuto de derivado ou derivante do verbo e do substantivo podem surgir perante a existência de significações concretas nos deverbais. Um semantismo como “lugar onde (se) V” no lexema *abrigo* poderá conduzir a que se interprete a relação semântica entre o substantivo e o verbo como *abrigar* “deslocação para N”, o que entra em contradição com a realidade.

A constatação de que existem significações concretas nestes substantivos suscitou uma outra explicação para a sua génese. Essa explicação, que iremos analisar seguidamente, é também ela regressivista, mas oferece ao substantivo uma base com a mesma categoria sintáctica.

### 1.1.2 Denominais

Conforme observado em 1.1, a derivação regressiva contempla outros tipos de relações categoriais que não V>S. Perante a constatação de que há substantivos que resultam do encurtamento de outros substantivos, coloca-se a questão de saber se é possível redefinir a origem de alguns vocábulos descritos como postverbais através da truncação de segmentos finais de substantivos sufixados em *-ção*, *-mento*, *-gem*, por exemplo.

A hipótese de se considerarem palavras como *lava*, *adorno*, *aguço*, *encanto*, *gera*, *recompensa*, *reparo*, *visita* decorrentes de *lavagem*, *adornamento*, *aguçamento*, *encantamento*, *geração*, *recompensação*, *reparamento* ou *reparação*, *visitação*, respectivamente, baseia-se, por um lado, em observações particulares a determinados vocábulos tecidas por Corominas & Pascual (1991), para o castelhano, e em explicações elaboradas por Kerleroux, em diferentes textos, para o francês.<sup>11</sup>

Em Corominas & Pascual (1991) surgem apontamentos acerca das palavras castelhanas *reparo*, *recompensa* e *visita* que fazem pensar na hipótese de estas terem origem noutros substantivos deverbais e não em verbos. Os apontamentos estão

---

<sup>10</sup> Rio-Torto (1994: 120) aponta essa significação em exemplos como *açucarar* e *vacinar* o que conduz a que *açúcar* e *vacina* não possam ser descritos como derivados dos verbos.

<sup>11</sup> Para o inglês, Matthews (1991: 65), foca a hipótese da *back-formation* para explicar a formação de e.g. *°jubilate* e *°trepidate* com base na análise de *jubilation* e *trepidation* como *celebrate/celebration*. Para a *back-formation* ver também Beard (1998).

desenhados do seguinte modo: *recompensación* depois *recompensa*; *reparo* antes *reparamiento*; *visita* antes *visitación*.

As indicações temporais não deixam perceber, no entanto, se as formas anteriores têm este estatuto por serem derivantes das segundas ou se se trata somente de uma substituição, na prática da língua, de formas deverbais sufixadas em *-miento* e *-ción* por outras formas também deverbais terminadas em *-a*, *-e* e *-o*. As formas mais longas entraram em desuso e foram substituídas ou por formas delas derivadas ou por outros deverbais com origem no mesmo verbo.

A dúvida parece ser dissolvida por Pena (1980: 243) que aponta que «Si grande es el índice de productividad de *-miento*, grande es también el número de formaciones que a lo largo de la dimensión temporal de la lengua acaban por ceder en el uso a favor de otros sustantivos formados sobre el mismo verbo.».

Kerleroux, todavia, aponta para o francês dois percursos distintos para a formação dos produtos tradicionalmente encarados como regressivos. Um dos percursos está de acordo com o estipulado de que estes substantivos têm origem em verbos. O segundo percurso alicerça-se na possibilidade de alguns desses substantivos provirem do encurtamento, por apócope, de substantivos deverbais.

Segundo a A., duas formas com significantes iguais podem ser duas unidades lexicais diferentes com origens também diferentes. Assim, em Kerleroux (1997: 163-164), estipula-se que perante o significante *invite* há a considerar duas unidades lexicais. A primeira terá a significação abstracta de “acção de V” e derivará do verbo *inviter*, enquanto a segunda significará “objecto concreto” e será a apócope do substantivo *invitation*. Também em Kerleroux (1996: 148 e 166) se propõe a mesma dualidade de formação para *conteste*.<sup>12</sup>

Para avaliarmos a possibilidade da existência de percursos genolexicais diferentes para, por um lado, a significação abstracta de *adorno*, por exemplo, e, por outro, para a sua significação concreta<sup>13</sup>, é necessário compreendermos o que é a apócope em termos morfolexicais.

---

<sup>12</sup> Em Kerleroux (1996: 148) defende-se a hipótese de que «Un terme tel que *conteste* permet [...] de confirmer la vraisemblance d'un double trajet aboutissant à une seule forme phonétique, mais bien à deux unités lexicales distinctes, avec, entre elles, la coupure invisible qui sépare un abrégé d'un dérivé.» No mesmo texto (pág. 166), a A. enfatiza que «[...] sous la forme phonologique unique de *invite* ou de *conteste*, il faut distinguer deux être lexicaux différents, et que la non-affixation d'une part, l'abréviation d'autre part, ces deux réalisations de l'absence diamétralement différentes, ont des contre-parties sémantiques distinguables.».

<sup>13</sup> Repare-se que a existência das duas formações equivale a considerar que as duas significações estão encerradas em lexemas diferentes que apenas compartilham o significante. Veja-se a nota anterior.

Montermini (1999: 150) define a apócope como «[...] un lexème [...] qui a la forme phonologique du segment initial (gauche) d'une autre lexème déjà existant et un sens qui lui est proche.». A apócope revela-se, pois, como um processo de encurtamento, à direita, de uma unidade lexical<sup>14</sup>. A face semântica da nova forma está bastante próxima da forma não apocopada, embora a primeira tenda a ser mais própria de determinados usos de língua. Essa proximidade semântica é sublinhada pelo carácter isocategorial da apócope<sup>15</sup>, não havendo lugar para uma alteração dos traços semânticos de base da unidade afectada.

Segundo Kerleroux (1997: 165), as bases afectadas pela apócope, em francês, são sobretudo substantivos comuns e próprios, mas também adjectivos, advérbios, unidades polilexemáticas e sintagmas<sup>16</sup>.

No português europeu contemporâneo, a apócope não oferece o grau de produtividade que tem no francês, nem parece afectar tantas bases como nessa língua. São, no entanto, utilizadas as seguintes formas resultantes do encurtamento de unidades lexicais: *comuna, emigra, portuga, rádio, quilo, manif, otorrino, cinema, metro, foto, moto, zoo, prof,*<sup>17</sup> *facho, porno, expo, estéreo, pneu, micro[fone], micro[-radiografia], heli[cóptero] super[mercado], hiper[mercado], inox* e ainda o empréstimo do catalão *Barça*.

Outras formas resultam da supressão de segmentos iniciais (*[inter]net*) e simultaneamente de segmentos mediais e finais (*bi[ci]cl[et]a*).

Perante a heterogeneidade, talvez mais visível no francês, dos segmentos apocopados em cada unidade lexical, torna-se difícil conceber a apócope como um processo que tenha como principal orquestrador o domínio da morfologia ou, pelo menos, o de uma morfologia concatenativa. É que em muitas das palavras apocopadas, os segmentos retirados não são coincidentes com constituintes morfológicos. Este é o caso de *prof, expo, pneu, manif* e *inox*.

---

<sup>14</sup> Delaplace (1999: 49) refere que o resultado mais saliente do processo de apócope é o encurtamento formal da forma primitiva.

<sup>15</sup> A isocategorialidade da apócope é apontada por Montermini (1999: 157). De acordo com o A., para além do carácter facultativo da apócope e da variedade de categorias a que se aplica, a isocategorialidade é um dos pontos de contacto entre a apócope e os afixos avaliativos.

<sup>16</sup> Kerleroux (1997: 165) apresenta os seguintes exemplos de apócopies: (substantivos) *proba[bilité], perf[ormance]*; (adjectivos) *impec[able]*, (advérbios) *nature[lement]*; (unidades polilexemáticas) *classe de perf[ectionnement]*; (sintagmas) *à tout' [à l'heure]*.

<sup>17</sup> Montermini (1999: 155 nota 15) considera a forma do italiano *prof* uma transferência para a oralidade da forma convencional escrita.

Segundo Kerleroux (1997: 165) e Plénat (1993: 154-155), a apócope terá de ser compreendida à luz da morfologia prosódica<sup>18</sup>, que concebe a existência da “palavra mínima” construída com base em categorias prosódicas que definem o número mínimo de segmentos fonológicos para cada forma lexical apocopada.

McCarthy & Prince (1998: 285) estipulam universais para a palavra mínima. Obedecendo aos princípios da Hierarquia Prosódica<sup>19</sup> e da Binaridade do Pé<sup>20</sup>, os autores definem que a palavra mínima tem de conter pelo menos duas moras ou duas sílabas, se todas as sílabas contiverem apenas uma mora cada uma. Assim, «[...] the minimal word is the most harmonic prosodic word possible [...]. Hence, the most harmonic prosodic word [...] is a disyllable in any language that does not make syllable-weight distinctions.»<sup>21</sup>

Dentro das fronteiras dos universais, as características prosódicas da palavra mínima poderão variar de língua para língua (Plénat (1993: 144)), o que poderá explicar a existência de soluções diferentes de encurtamento, em cada língua, perante unidades lexicais paralelas.

Exemplificando, perante *cinematógrafo* o português utiliza a apócope *cinema*, enquanto o castelhano utiliza *cine*. Contudo, estas diferenças não deverão estar apenas dependentes de constrangimentos prosódicos relacionados com a palavra mínima de cada língua. Provavelmente, o facto de palavras paralelas sofrerem apócope em determinadas línguas e não noutras dever-se-á a factores semânticos e, sobretudo, pragmáticos, culturais e sociológicos.

Observando apócopies como *foto*, *moto*, *zoo*, constata-se que os segmentos encurtados coincidem com constituintes morfológicos. Isto indicia que, para além da operação de apócope sobre estruturas prosódicas, há também a considerar a possibilidade de este mecanismo se exercer sobre estruturas morfológicas. De facto, se há formas que resultam da apócope de segmentos não identificáveis como detentores de significação e que chegam, aliás, a quebrar unidades silábicas<sup>22</sup> (*manif[estação]*),

---

<sup>18</sup> Para a aplicação da morfologia prosódica na abordagem de processos como a reduplicação, a infixação ou a constituição da palavra mínima veja-se Kager & Zonneveld (1999) e McCarthy & Prince (1999).

<sup>19</sup> Segundo McCarthy & Prince (1998: 285), para que possa obedecer ao princípio da Hierarquia Prosódica, qualquer palavra prosódica deverá conter um pé.

<sup>20</sup> Segundo McCarthy & Prince (1998: 285), para que possa obedecer ao princípio da Binaridade do Pé, qualquer pé tem de ter duas moras ou duas sílabas.

<sup>21</sup> McCarthy & Prince (1998: 299). Cf. Plénat (1993: 144).

<sup>22</sup> O encurtamento operado dentro de sílabas parece indiciar que a apócope não lida com a sílaba como uma unidade ou que, pelo menos, não respeita a unidade que a sílaba é. Durand (1990: 198-201) aponta

*prof[essor]*), outras existem cujo encurtamento deverá ter-se regulado por fronteiras de morfemas. A apócope opera de duas formas. Uma delas rege-se por critérios prosódicos e a outra por critérios morfológicos (Montermini (1999: 155)).

Em termos semânticos, a apócope é caracterizada por Kerleroux (1997) pela actuação sobre substantivos concretos. De acordo com Kerleroux (1997: 166), este facto está ligado ao carácter de familiaridade que o próprio processo impõe à forma que produz. Aliás, a familiaridade parece ser, em simultâneo, causa e consequência da apócope. Só a um substantivo concreto, ou seja, só a uma palavra que tenha por referente algo que seja familiar ao falante é aplicável a apócope. Por sua vez, o uso da forma apocopada resulta mais familiar do que o uso da forma inteira. Os substantivos abstractos e os verbos não são apocopáveis (Kerleroux (1998 a)), pelo menos em francês, visto que, conforme esclarece Kerleroux (1997: 166), «[...] cette familiarité elle-même ne pourrait jouer qu’entre le sujet parlant et des “choses”, par opposition à des procès, des qualités, ou des états.».

Se os substantivos abstractos deverbais ou deadjectivais não podem ser apocopados, devido ao seu carácter predicativo, os constrangimentos que rodeiam a apócope não são apenas de ordem fonético-fonológica. Assim, Kerleroux (1999) sublinha que a apócope lida com a palavra no seu todo e não somente com determinados níveis de funcionamento em particular.

Deste modo, para que um substantivo como *manifestação* seja apocopado, ele tem de se oferecer na sua vertente concreta e não na abstracta. A forma *manif* não designa a “acção de V”, mas antes o resultado concreto dessa acção. Como tal, a forma apocopada só pode ter origem na forma inteira que apresenta a mesma significação.

Regressando aos postverbais do português e aos seus pares eventualmente apocopados, a serem os últimos formas apocopadas, seriam o resultado da apócope morfológica. As potenciais apócopies obtidas não desobedecem a fronteiras morfológicas (*conserva/conservação, enterro/enterramento*).

Todavia, relativamente à hipótese de Kerleroux, parece-nos pouco económico considerar que as significações abstractas e concretas estão associadas a unidades

---

que, para além dos factores fonético-fonológicos que lhe são intrínsecos, a unidade silábica, em determinadas línguas, é visível através da conjugação entre estruturas silábicas e estruturas morfológicas. Esta conjugação não é, no entanto, contestada pela apócope, já que os segmentos elididos não correspondem nem a sílabas nem a morfemas. Na verdade, o processo que é a apócope não respeita a sílaba como unidade fonética.

lexicais com origem em bases e em mecanismos distintos. Se se prevê a concreção de substantivos abstractos sufixados em *-tion* (*contestation, invitation*), por que razão não admitir também a concreção dos substantivos mais curtos (*conteste, invite*)?

Para além disso, as considerações tecidas por Kerleroux sobre a relação entre a apócope e o semantismo concreto do lexema são válidas para o francês. Contudo, é necessário ter em conta que nessa língua a apócope é um fenómeno com uma produtividade considerável, o que não acontece no português europeu.

De acordo com a opinião de Rio-Torto (comunicação pessoal), no sistema do português comum europeu, o processo de formação de lexemas através da apócope não se mostra tão produtiva, nem com fronteiras tão definidas, relativamente ao objecto da sua actuação, como no francês. Por conseguinte, se no francês, como é defendido por Kerleroux, a apócope só actua em lexemas que exibem uma significação concreta, nada impede que no português europeu a apócope se apresente num estado em que opera sobre lexemas com significações concretas e abstractas.

Assim sendo, reabre-se, para o português, a hipótese de alguns dos lexemas em estudo serem o produto da apócope sobre deverbais quer nas suas significações concretas, quer nas abstractas.

Contudo, a opcionalidade de separação e integração, em diferentes processos genolexicais, de produtos que apresentam as mesmas estruturas morfológicas, semânticas e sintáctico-semânticas resultaria pouco económica e de difícil sistematização.

Também não é possível optar por conceber a totalidade dos postverbais como produtos da apócope de deverbais, pois há postverbais que não encontrariam o seu suposto derivante verbal devido à sua inexistência. É este o caso, por exemplo, de *caça*, já que não existem formas como *\*caçamento, \*caçação, \*caçagem*.

Um possível argumento a favor da explicação da apócope estaria na existência em comum do traço de familiaridade apontada para as formas encurtadas e para os postverbais<sup>23</sup>. Mas essa familiaridade, no caso dos postverbais, deverá estar mais dependente do próprio tamanho da palavra, da ausência de sufixos plurissegmentais como *-ção, -mento* e do campo semântico-referencial de pertença do lexema, pelo que não nos parece que possa funcionar como um dado intrínseco do próprio processo genolexical.

---

<sup>23</sup> Em Said Ali (1964: 256) indica-se que os derivados regressivos têm grande produtividade na linguagem popular.

Por outro lado, se a apócope em português é um processo ainda pouco actuante, adoptá-la para explicar a origem dos produtos em análise revelar-se-ia, por certo, um exercício de anacronismo, pois muitos dos postverbaís estão atestados desde a época medieval (Cf. Machado (1977)).

Por último, aduzem-se argumentos de ordem morfofonológica:

(a) se a apócope é isocategorial e se não altera os traços de base da palavra sobre a qual actua, como explicar a diferença de género entre *abono/abonação* ou *respiro/respiração*? É que as formas apocopadas mostram o mesmo género da palavra primitiva: *o micro[fone]/ a micro[-radiografia], o pneu[mático], a foto[grafia]*.

(b) se a apócope é um processo de truncação, sem que haja acrescento de segmentos à forma daí resultante, como se explica a não coincidência formal entre o índice temático *-o* em *abono* e *-a* em *abonação*?

Parece-nos, pois, ser de optar pela concepção de que os postverbaís são, de facto, lexemas formados a partir de verbos.

Como teremos ocasião de ver, as várias significações concretas dos postverbaís mostram uma dependência relativamente às próprias características sintáctico-semânticas e morfológicas dos verbos derivantes. Assim, é porque na estrutura argumental do verbo *abrigar* está previsto um LOCATIVO que *abrigo* significa também “lugar onde (se)V”.

Concluindo, a hipótese colocada sobre a eventual origem de alguns postverbaís na apócope de outros deverbaís parece perder fundamento à luz dos seguintes argumentos:

- possibilidade de haver, tal como para os deverbaís em *-ção* ou *-mento*, um percurso semântico do abstracto ao concreto;
- existência de postverbaís sem correspondentes deverbaís em *-ção* ou *-mento*;
- dependência dos semantismos concretos e abstractos em relação ao verbo derivante;
- diferença de género entre postverbaís e outros deverbaís;
- diferença de marcador de classe do postverbal em relação ao marcador de classe que precede o sufixo do verbal;
- desfasamento cronológico entre a actuação da apócope e a atestação de postverbaís.

Assim, a substituição, no uso, de substantivos em *-ção* e *-mento* por postverbaís em *-a*, *-e* e *-o* não deverá ser entendida como decorrente de uma relação derivacional

entre os dois grupos de substantivos. Por conseguinte, as formas que, como *visitação*, entraram em desuso poderão ter sido substituídas por formas mais curtas que compartilham com as primeiras a origem verbal.

Observadas as hipóteses que desenham os substantivos em estudo como produtos de um encurtamento de um outro lexema, seja ele verbal ou nominal, iremos agora debruçar-nos sobre as interpretações que se desvinculam do pretense carácter regressivo dos vocábulos.

## 1.2 Propostas não regressivistas

As interpretações que situam a formação dos postverbais numa esteira não regressivista decorrem de diferentes maneiras de observar o fenómeno linguístico. Assim, encontram-se explicações não regressivistas em abordagens de carácter diacrónico, estruturalista e gerativista.

Algumas dessas abordagens encontram-se já bastante distanciadas da concepção tradicional dos “derivados regressivos”, pelo que optam por outra designação para enformá-los. Outras, no entanto, apesar de se construírem sobre alicerces não regressivos, apresentam ainda a designação pertencente à visão tradicional. Porque com esta apenas têm em comum a denominação do objecto e não a forma de o interpretar, apresentamos estas abordagens no grupo das propostas não regressivistas.

As abordagens a focar serão agrupadas da seguinte forma: gramáticas históricas, estruturalismo e gerativismo.

### 1.2.1 Gramáticas históricas<sup>24</sup>

Uma das abordagens diacrónicas tecidas acerca dos postverbais do português com mais saliência é a de Nunes ([1919] 1989). Embora o autor utilize a denominação de “derivados regressivos”, parece fazê-lo somente no intuito de identificar os objectos

---

<sup>24</sup> Neste ponto não faremos referência às obras que dilucidam, através do critério diacrónico, a origem dos postverbais e daquelas formas, como *venda* ou *fenda*, que à luz de critérios puramente sincrónicos parecem ser postverbais, quando na sua construção o não são. Portanto, neste ponto as obras apontadas referem-se somente a postverbais *de facto*.

linguísticos que integra na derivação imprópria. Segundo o autor, a derivação imprópria «[...] conserva a palavra herdada, mas com função diversa da que até então desempenhara [...]» (Nunes ([1919] 1989: 358)).

Esta compreensão dos postverbais fundamenta-se na não inclusão, no processo genolexical, das formas do infinitivo. A concepção de que há conservação da palavra, havendo apenas alterações a nível da função sintáctica que desempenha, parte de dois pressupostos:

- (i) a mudança da função do signo não corresponde a uma nova unidade lexical;
- (ii) a forma do derivante tem de ter perfeita correspondência com a forma do derivado.

De acordo com (i), o autor não concebe a delimitação da unidade lexical como fruto da conjugação dos níveis morfo-sintáctico, semântico e fonológico<sup>25</sup>. Para o A., o facto de se entender que um verbo está na base de um substantivo não implica que um e outro sejam unidades lexicais distintas, porque a alteração havida se resume a constrangimentos ditados co-textualmente. Assim, de acordo com (ii), em termos fonológicos há a manutenção da forma de partida, assim como no campo semântico se pode considerar que o substantivo conserva a significação básica do verbo. Como herdeiro deste, o substantivo vai apresentar-se com a significação primeira de “acção de V”.

Observemos, então, quais as explicações aduzidas por Nunes para o processo de formação dos postverbais.

Nunes concebe que os postverbais em *-a* e *-o* têm origem nas 1ª e 3ª pessoas dos verbos derivantes. Um postverbal como *mordo* resultará, assim, da derivação imprópria exercida sobre a 1ª pessoa verbal [*eu*] *mordo*. Por sua vez, um substantivo como *alumia* será a transcategorização imediata da 3ª pessoa [*ele*] *alumia*. Para além desta identificação entre formas nominais e formas verbais, Nunes estreita ainda a relação entre o segmento *-o* do substantivo e o género masculino e o segmento *-a* e o género feminino<sup>26</sup>.

No entanto, não é possível tecer uma relação unívoca entre as vogais finais do substantivo e o género gramatical. Se é verdade que todas os postverbais analisados terminados em *-o* são masculinos, aqueles que terminam em *-a* encontram-se

---

<sup>25</sup> Em Kerleroux (1998 b) apontam-se esses três factores de individualidade lexical.

<sup>26</sup> Nunes ([1919] 1989: 360-361) refere que as formas masculinas têm origem na 1ª pessoa do presente do indicativo e as formas femininas têm origem na 3ª. Isto mostra que, para o A., há uma identificação completa entre géneros e segmentos vocálicos finais do substantivo.

distribuídos por ambos os géneros. Mas deixemos por agora a questão do segmento final e as questões à volta do seu estatuto.

Parece-nos que a maior falha desta explicação está em fazer decalcar formas substantivas de formas verbais flexionadas, operando uma simetria entre desinências verbais e desinências nominais que, por acaso, compartilham a sua aparência fonética. Fazer crer que não há a criação de um novo signo e que a única mudança se localiza a nível funcional, ou seja, sintáctico, equivale a ignorar as especificidades gramaticais de cada tipo de desinência.

Uma das particularidades do verbo, ou melhor, das desinências do verbo, está em conter informações acerca do tempo e da pessoa que envolvem a ACÇÃO descrita. Na passagem derivacional que vai do verbo ao substantivo esses componentes são abandonados<sup>27</sup>. Logo, não se revela suficiente explicar essa perda informativa unicamente através da operação de mudança de função. Provavelmente, não é muito nítida a diferença entre *-a* da forma verbal *alumia* e *-a* do substantivo com o mesmo significante, pois ambos os segmentos vocálicos parecem funcionar como integradores paradigmáticos. O *-a* da forma verbal indicada é uma vogal temática e não apresenta valor de tempo ou de pessoa (Cf. Mateus (1989: 372-376)). Contudo, parece-nos abusiva a identificação de *-o*, que indica a 1ª pessoa do presente do indicativo na forma verbal *mordo*, e *-o* integrador paradigmático no substantivo.

Por último, torna-se forçado fazer remontar as formas de substantivos em *-a* provenientes de verbos da segunda e da terceira conjugações a um processo de analogia com o modelo descrito para os da primeira. Se os postverbais se regulam pelas formas dos verbos, então o postverbal de *zurzir* deveria ser *\*zurzo*, se se orientasse pela 1ª pessoa, ou *\*zurze*, se se orientasse pela 3ª. Contudo, a forma atestada é precisamente *zurza*. Explicá-la por analogia não parece suficientemente coerente.

Convém salientar que o próprio autor desenha este quadro explicativo em termos hipotéticos. De outra forma não se compreenderia a adução de uma outra interpretação na mesma obra<sup>28</sup>.

Essa interpretação enraíza a base dos postverbais no radical do verbo. A esse radical agregam-se as vogais *-a* e *-o*.

---

<sup>27</sup> Coseriu (1978: 253) anota como característica dos deverbais a perda, em relação aos seus derivantes, das categorias expressas pelos verbos. A mesma caracterização é feita por Tuțescu (1969: 345).

<sup>28</sup> Nunes ([1919] 1989: 361) coloca as duas hipóteses da seguinte forma: « Parece que a língua, ao formar estes substantivos, se regulou pela primeira e terceira pessoa do presente do indicativo dos verbos em *-ar* [...], se é que não ajuntou ao radical dos verbos as vogais *-o* e *-a*, próprias dos dois géneros [...]».

As formas em *-e* terão génese em processos de analogia fomentados por palavras de origem provenal, o que o autor faz valer perante qualquer das explicaes para as formas em *-a* e *-o*.

Nunes no adianta nenhuma preferência por qualquer das interpretaes.

Ja vimos que a primeira hipótese se afigura demasiado improvavel<sup>29</sup>, mas a segunda   defendida por outros autores e parece erguer-se com argumentos favoraveis.

Alvar & Pottier (1993: 383 e 394) e Mattoso Camara (1985: 223), em obras de teor diacronico, apresentam o radical do verbo como a base a que se agregam as vogais *-a*, *-e* e *-o*. Também Pena (1980: 191) sustenta que estas vogais «[...] se aaden, no a la vocal del tema del verbo base, sino al morfema nuclear [...]», ou seja, ao radical.

Atitude um pouco ambígua em relaao aos postverbais   colhida em Diez (1874), onde parece delinear-se uma espécie de pr -súmula entre as duas interpretaes observadas a proposito de Nunes ([1919] 1989). Se Diez (1874: 265-266) salienta que estes substantivos resultam da adjunao da vogal ao radical do verbo, afirma que as novas formas nominais se regulam pelas «[...] formes du singulier du présent de l'indicatif [...]» ((Diez (1874: 268)).

### 1.2.2 Estruturalismo

Uma posiao que aparenta ter algumas semelhanas com a de Nunes ([1919] 1989), a proposito da inclusao dos postverbais na derivaao imprópria, é a do funcionalista Alarcos Llorach (1983). A derivaao imprópria equivale  transposiao, que Alarcos Llorach distingue da derivaao. A derivaao ocorre quando as alteraoes que se dao ao nível das exigências combinatorias de uma palavra no sintagma sao manifestadas através de modificaoes do significante. Na transposiao, as mudanas no componente sintatico no se reflectem morfofonologicamente.

É assim que o autor rotula os derivados em foco como decorrentes de uma transposiao, ja que parte do princípio de que as formas a relacionar sao o substantivo e a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo correspondente. Sendo os significantes das duas formas iguais, havendo uma alteraao das combinatorias sintaticas, Alarcos Llorach defende que o substantivo resulta da forma verbal que,

---

<sup>29</sup> Ja Piel (1940: 235) assinala a dificuldade em sustentar esta tese. Na verdade, no se aduzem argumentos a favor da génese dos postverbais masculinos na 1<sup>a</sup> pessoa e dos femininos na 3<sup>a</sup> pessoa do presente do indicativo, para além da coincidência fonética entre algumas das formas.

simplesmente, sofre uma transposição, isto é, uma adaptação que lhe permite actualizar-se num contexto frásico próprio de um substantivo.

O exemplo proposto por Alarcos Llorach é o deverbal *lucha*, que mantém com o verbo uma relação transpositiva: «*La lucha y Él lucha* estarán diferenciados por la transposición; *La subida y Él sube* establecerán relación de derivado a primitivo, porque hay un nuevo lexema de significante /id/.» (Alarcos Llorach (1983: 12-13)).

Alarcos Llorach retira, assim, autonomia aos postverbais, sustentando-se numa visão demasiado redutora dos processos de formação de palavras. O A. restringe-se ao critério de mudança da face fonética para estabelecer a existência de um novo lexema. O conceito de transposição mostra a subordinação da ocorrência do substantivo relativamente às estruturas sintáticas em que se vai integrar, pois é precisamente esse princípio transcategorizador que vai possibilitar que uma forma verbal se insira numa construção onde só caberia um substantivo.

### 1.2.3 Gerativismo

A dependência dos produtos derivacionais frente à sintaxe é uma visão que predomina na vertente transformacionalista da gramática gerativa. Segundo esta vertente, presente, por exemplo, em Lees (1960), os deverbais, tal como os produtos derivados em geral, não teriam lugar em entradas lexicais autónomas, já que são resultantes da aplicação de regras transformacionais a estruturas frásicas profundas<sup>30</sup>.

Como resposta a esta perspetivação redutora surge a hipótese lexicalista de Chomsky (1970). De acordo com esta hipótese, os derivados são dotados de autonomia em relação às regras transformacionais. Essa autonomia reflecte-se no facto de os derivados terem um lugar ao nível da base. Cada entrada lexical é caracterizada de acordo com traços de teor contextual que darão conta dos argumentos exigidos pelos lexemas. Como tal, os produtos lexicais não são encarados como o resultado, na estrutura de superfície, da aplicação de regras da componente frásica, mas sim como membros de entradas lexicais que partilham com o verbo derivante. Concebe-se, desta

---

<sup>30</sup> Em Dubois (1968: 35), mostra-se a definição transformacionalista da derivação. Assim, «On ne considérait pas la dérivation comme une procédure visant à la création d'unités lexicales nouvelles, mais comme une étape dans un processus syntaxique menant des phrases simples à la phrase complexe.». Com base nestes pressupostos, no caso do francês, a nominalização deverbal em que operam os sufixos – *age*, *-ment*, *-tion*, *-ure*, *-is*, *-at*, a vogal feminina e o sufixo zero passará por uma etapa de passivização (p. 41), pelo que o resultado previsto na estrutura de superfície terá como forma intermédia o participípio passado do verbo da estrutura profunda.

forma, a existência de uma entrada comum, no léxico, para verbo e substantivo, sem que aí haja informação atinente às categorias verbal e nominal<sup>31</sup>.

No que diz respeito aos tradicionalmente chamados “derivados regressivos”, conforme avançado por Lobato (1995), a hipótese lexicalista permite contornar a questão da direccionalidade entre o verbo e o substantivo, que parece não ter resposta numa análise puramente sincrónica<sup>32</sup>. Para além disso, esta hipótese permite manter em relação os dois membros do par derivacional, cuja ligação é evidente quer em termos morfológicos quer em termos semânticos.

De facto, semanticamente, o substantivo derivado é devedor da herança do verbo. Essa herança manifesta-se, neste domínio, através das significações genérica e secundárias e da estrutura argumental implantadas no substantivo. Estas marcas são produto da direccionalidade V>S que cunha o processo. Como tal, não é possível perante elas manter a hipótese lexicalista tal como apresentada em Chomsky (1970), já que esta vem mitigar saliências demasiado evidentes e esclarecedoras do mecanismo de formação dos postverbais.

Assim, Lobato (1995) introduz determinadas variações na hipótese lexicalista chomskiana. Por um lado, a A. pretende solucionar os problemas emergentes da direccionalidade morfológica entre derivante e derivado. Por outro, as adaptações conseguidas deixam lugar para a manifestação da ocorrência de uma estrutura argumental em lexemas que, a serem básicos, a não conteriam.

Apesar de se continuar a conceber a existência de uma entrada comum para verbo e substantivo não marcada, *a priori*, categorialmente, a autora postula que se deve vincar a direccionalidade da formação para que o estabelecimento de substantivos derivados e primitivos seja viável. Só através da direccionalidade se poderá explicar a

---

<sup>31</sup> Como exemplificação transcrevemos as palavras de Chomsky (1970: 21): «We can enter *refuse* in the lexicon as strict subcategorization features, which is free with respect to the categorial features [noun] and [verb]. Fairly idiosyncratic morphological rules will determine the phonological form of *refuse*, *destroy*, etc., when these items appear in the noun position.»

<sup>32</sup> Nesta perspectiva, a direccionalidade entre substantivo e verbo é relegada para o domínio da diacronia. Vejamos Fillmore (1977: 325-326): «A interpretação de substantivos deverbais que me parece mais satisfatória é a de que, à excepção dos casos puramente produtivos, a derivação de um substantivo a partir de um verbo é questão histórica, não sincrónica. A realidade sincrónica é expressa por meio da indicação de que um dado substantivo possui um tipo determinado de relação com um verbo [...] específico [...]. Isto é, ao invés de se ter um processo sincrónico para a produção de palavras tais como *amor* em Latim, a partir do verbo correspondente, o que é necessário é a classificação de tal palavra como substantivo abstracto portador de um tipo especial de relacionamento com o verbo *amo*.». Cf. Sandmann (1989: 82-85).

presença de características semântico-sintáticas verbais nos substantivos.<sup>33</sup> A solução apresentada por Lobato (1995) pode resumir-se no abandono da direccionalidade morfológica, tal como em Chomsky (1970), e na observação da direccionalidade semântica, pois é esta que nos permite perceber a existência de uma estrutura argumental num substantivo.

Desta forma, deparamo-nos com um substantivo com estrutura argumental sempre que esse substantivo for formado a partir de uma base compartilhada com um verbo, isto é, a partir de um radical *verbal*. O radical é definido como verbal pelo facto de apresentar características sintático-semânticas intrínsecas aos verbos, sem que, contudo, esteja marcado morfológicamente como pertencente a essa categoria. A anulação da direccionalidade morfológica não invalida a percepção dos substantivos como deverbais. Esses substantivos recebem esse estatuto por imposição da relação de base que mantêm com os verbos, já que só os substantivos que designam ACCÇÃO apresentam quadro de subcategorização, que parece ser indispensável à categoria dos verbos.

Por último, essa entrada lexical comum será actualizada sob a forma de verbo, quando a ela se unem a vogal temática e as desinências verbais apropriadas ao contexto frásico, ou sob a forma de substantivo, quando a ela se une um marcador de classe *-a*, *-e* ou *-o*.

Em Lobato (1999), mantém-se a hipótese de que S e V partilham no léxico o mesmo molde abstracto, ou seja, o radical, marcado semanticamente como verbal. Há, no entanto, uma diferença importante em relação ao esquema delineado em Lobato (1995). No texto de 1995, a A. concebia, como vimos, que a categorização do radical em S ou V estava a cargo da junção da vogal temática, no substantivo, e da vogal temática e das desinências flexionais, no verbo. Em Lobato (1999), considera-se, seguindo o programa minimalista desenvolvido em Chomsky (1995), que a realização fonológica dos constituintes temáticos do verbo e do substantivo são exteriores ao processo de categorização, pois dependem das conexões semânticas que o molde abstracto compartilhado estabelece no léxico e na sintaxe. Quando se estabelecem conexões semânticas com a significação eventiva na sintaxe, o lexema obtido é um

---

<sup>33</sup> Uma das desvantagens apontadas por Corbin (1976: 61) à hipótese lexicalista de Chomsky reside no facto de que esta «[...] ne permet pas de faire la différence entre les noms à suffixe zéro dérivés de verbes [...], et les noms premiers par rapport aux verbes [...]». A mesma postura em relação à hipótese lexicalista é tomada por Lobato (1995) ao não ignorar a direccionalidade de teor semântico manifestada nas características desse nível no derivado.

verbo. Se se estabelecem conexões simultaneamente com a significação eventiva na sintaxe e com a significação referencial inscrita no léxico, o lexema produzido é um substantivo.

Para Lobato (1999), a obtenção do verbo e do substantivo é, pois, impulsionada semanticamente ao nível do radical. A agregação do marcador de classe no substantivo e da vogal temática no verbo é suscitada pela categoria S ou V anteriormente construída.

No entanto, a hipótese lexicalista de Chomsky e as hipóteses de Lobato (1995) e de Lobato (1999) apresentam, em comum, lacunas inultrapassáveis. Desde logo, a hipótese defendida por Lobato (1995) e (1999) sobre a direccionalidade semântica entre verbo e substantivo parece esquecer que existem substantivos não construídos que apresentam estrutura argumental. Logo, torna-se forçado manter que todo e qualquer substantivo que apresente capacidades de subcategorização é construído sobre um verbo. É este o caso de *análise*, *exame*, *exercício*, etc. que são lexemas não construídos em português (Cf. Corominas & Pascual (1991)).

Não nos parece plausível adiantar que estes substantivos apresentam estrutura argumental pelo facto de manterem com o verbo uma relação de tipo paradigmático e não derivacional. Ou seja, a partilha do mesmo lugar paradigmático lexical entre *análise/analisar*, *exame/examinar*, *exercício/exercer* não se revela suficiente para explicar a presença de traços próprios de verbos em substantivos que não mantêm com eles uma relação de derivado.

Para além disso, quer o sistema descritivo aventado por Chomsky (1970) quer aqueles desenvolvidos em Lobato (1995) e Lobato (1999) não parecem prever a possibilidade de o substantivo derivado divergir do verbo no que diz respeito a alguns dos argumentos exigidos. A opção de conceber apenas uma entrada com marcação dos traços contextuais comuns a ambas as formas não deixa espaço para possíveis diferenças de subcategorização entre verbo e substantivo.

Para além de outras desvantagens da posição lexicalista de Chomsky (1970)<sup>34</sup>, esta última pode ser evitada através da aplicação da teoria das entradas plenas de Jackendoff (1975)<sup>35</sup>. Ao contrário de Chomsky, Jackendoff estipula duas entradas

---

<sup>34</sup> Apresentam-se visões críticas desta hipótese em Basílio (1980: 28-31), Rio-Torto (1993: 97-99), Corbin (1976) e Hudson (1976).

<sup>35</sup> As citações do texto de Jackendoff (1975), *Morphological and semantic regularities in the lexicon*. In: *Language*, vol. 51, p. 639-671, serão feitas com base na tradução francesa *Régularités morphologiques et*

específicas para o verbo e para o substantivo. Isto vem imputar autonomia individualizadora às duas palavras envolvidas. Estas encontram-se ligadas através de regras de redundância cuja função assenta na formalização dos traços gerais dos dois lexemas<sup>36</sup>. As informações respeitantes às especificidades de cada lexema caberão no espaço das entradas individuais<sup>37</sup>.

Contudo, Jackendoff (1975) mantém neutra, como Chomsky (1970), a direccionalidade semântica entre os dois lexemas relacionados. O ideal seria uma hipótese que conciliasse a concepção de entradas individuais para cada item lexical, tal como preconizado por Jackendoff, com a existência de marcas indicadoras da direccionalidade entre os dois lexemas, como defendido por Lobato. Só assim poderão salvar-se as diferenças de subcategorização de cada vocábulo e apontar a direccionalidade semântica entre eles.

Essa concepção foi elaborada por Lieber (1981). Lieber mantém nula, como Chomsky (1970) e Jackendoff (1975), a direccionalidade morfológica entre substantivo e verbo, mas defende a construção de regras direccionais semânticas a unir as duas entradas distintas dos dois lexemas. A autora parte do princípio de que «[...] the analysis of the structural aspects of morphological conversion need not be paralleled by the semantic analysis [...]» (Lieber (1981: 129)), pelo que a necessidade da direccionalidade semântica não acarreta o postulado da direccionalidade morfológica. Segundo Lieber, uma das vantagens das regras direccionais semânticas tem que ver com o impedimento, proporcionado por estas, de se considerarem dois lexemas, que têm apenas a semelhança fonética a relacioná-los, como membros de um par de conversão.<sup>38</sup>

Apesar do gradual afastamento das teorias lexicalistas em relação à teoria standard no que diz respeito à autonomização dos produtos derivacionais relativamente às regras transformacionais, a verdade é que na abordagem prática desses produtos

---

*sémantiques dans le lexique*. In: Ronat, Mitsou (édit.) (1977), *Langue. Théorie générative étendue*. Paris, Hermann, p. 65-108.

<sup>36</sup> Assim, Jackendoff ([1975] 1977: 70) estipula que «La règle de redondance joue plutôt un rôle dans la mesure d'information appliquée au lexique. Elle donne comme redondante l'information de l'entrée lexicale prédictible para la existence d'un item lexical relié; l'information redondante ne sera pas considérée comme indépendante.».

<sup>37</sup> Lobato (1995: 214-215) contrapõe as hipóteses de Chomsky (1970) e de Jackendoff (1975) para optar pela primeira. Segundo a autora, a relação paradigmática entre verbo e substantivo é mostrada de forma mais económica através da entrada única, pois que tanto esta abordagem como a que preconiza a existência de regras de redundância a unir duas entradas têm como função apontar a relação entre os dois itens lexicais. Lobato parece esquecer-se que a hipótese por que opta não é a mais adequada para a visualização das especificidades de subcategorização da cada lexema.

<sup>38</sup> Exemplificando, Lieber apresenta, do inglês, *bank* como substantivo sinónimo de 'edge of a river' e *bank* como verbo com a significação de 'perform transactions at a financial institution'.

parece continuar a imperar uma certa dependência perante a componente sintáctica. Essa dependência é visível nos estudos dedicados ao mecanismo de inserção lexical.<sup>39</sup>

Em Lobato (1995), por exemplo, os derivados recebem um tratamento que visa sobretudo compreender o modo como se processa a sua inserção num dado contexto frásico. Para tal, a autora recorre a critérios da Teoria X-barras<sup>40</sup>, como o princípio de endocentricidade. Este princípio define que uma dada categoria sintagmática é a projecção de uma dada categoria lexical. Por conseguinte, terá de haver correspondência entre a categoria do item lexical, que irá funcionar como núcleo, e a categoria sintagmática que resulta da projecção desse núcleo.

Os traços contextuais definidos no item lexical actualizar-se-ão no sintagma, pondo-se em prática o Princípio da Projecção, de acordo com o Critério- $\theta$  (teta), que obriga a que a cada argumento corresponda unicamente um papel temático e a que a cada papel temático corresponda apenas um argumento. Sendo um sintagma nominal a projecção de um nome e como em português o nome atribui Caso (abstracto) à direita, os complementos serão actualizados nessa posição, para o que ocorrerão os atribuidores Casuais *de*, para o argumento a que corresponde o papel de TEMA e *a*, para o argumento que encerra o de META. No que diz respeito ao argumento de sujeito, este pode ou não ser actualizado em estruturas nominais, visto que o Princípio de Predicação, que exige a presença dos sujeitos no sintagma, não é obrigatoriamente aplicado a nomes.

Outra desvantagem dos textos observados diz respeito à consideração de que não é necessário abordar a relação entre S e V sob o ponto de vista da sua orientação morfológica. A consideração da direcionalidade semântica entre S e V, presente em Lieber (1981) e em Lobato (1995) e (1999), parece prender-se apenas com a necessidade de distinguir S deverbais e S básicos quando relacionados com V básico (*desmame/desmamar*) e V denominais (*galo/galar*), respectivamente.

#### 1.2.4 Comentários finais

Nas abordagens gerativas focadas encontram-se pelo menos duas desvantagens incontornáveis. A primeira diz respeito ao carácter exclusivamente sincrónico da análise

---

<sup>39</sup> Sobre o mecanismo de inserção lexical veja-se Raposo (1992: 100-104) que defende que aquele deve depender directamente dos dados de teor sintáctico formalizados ao nível do léxico.

<sup>40</sup> Os dados explicitados no texto relativos à Teoria X-barras foram colhidos em Raposo (1992) e Lobato (1995).

praticada e a segunda resume-se à reduzida autonomia dos produtos lexicais em relação à componente sintáctica.

Uma análise puramente sincrónica permite a descrição de pares paradigmáticos S/V como mantendo entre si uma relação derivacional, quando, na verdade, esta pode ser inexistente. A localização, no léxico, de entradas quer duplas, como pretende Jackendoff (1975) e Lieber (1981), quer comuns, como defendido por Chomsky (1970), Lobato (1995) e Lobato (1999), para pares S/V que apresentam uma similaridade morfológica e semântica, pode contradizer a realidade histórica dos lexemas.

É, de facto, possível relacionar paradigmaticamente lexemas como *perda/perder*, *falha/falhar*, pois funcionam analogamente a *corte/cortar*, *malha/malhar*. Os membros das duas séries apresentam as mesmas relações semânticas e morfológicas, pelo que é verosímil localizá-los no mesmo mecanismo derivacional. Os quatro substantivos são fechados morfológicamente por marcadores de classe mono-segmentais e podem ser parafraseados por “acção de V” e por outros semantismos concretos dependentes de uma base verbal. Acrescenta-se ainda a possibilidade de existência de estrutura argumental em todos os substantivos.

Por todos estes factores é plausível a integração destes substantivos no conjunto dos produtos postverbais. Contudo, uma análise diacrónica leva a concluir que *perda* e *falha*, como teremos ocasião de observar, resultam de outros mecanismos que não aqueles que estão na génese de *corte* e *malha*.

Assim, ainda que existam pares S/V relacionados paradigmaticamente, não é imperioso que essa relação seja também derivacional. Contudo, esta destrição só parece ser atingida através da conciliação de dados sincrónicos com dados diacrónicos. Em análises como a de Lieber (1981), a tendência é para conferir aos pares S/V o estatuto de pares derivacionais através das regras de direcionalidade semântica. Contornam-se, assim, os problemas levantados pela difícil sistematização das relações entre a vogal temática do verbo e a do substantivo, mas não se dilucidam verdadeiros pares derivacionais daqueles que são simplesmente paradigmáticos.

Por outro lado, as abordagens gerativas aqui apontadas parecem estar mais centradas no desempenho sintáctico dos produtos deverbais do que no esclarecimento da sua especificidade derivacional. Mesmo as posições já afastadas das primeiras abordagens transformacionistas acabam por retirar ao postverbal o estatuto de objecto

em si mesmo para utilizá-lo como instrumento de estudo de outros objectos, neste caso sintácticos. É este o caso dos estudos de inserção lexical.

No mesmo plano estão situadas as abordagens funcionalistas de Alarcos Llorach. O autor utiliza como critério definidor de lexema a obviedade fonética. Se um postverbal apresenta a mesma superfície fonética da forma verbal do presente do indicativo que, segundo o autor, lhe está na origem, o postverbal não é um lexema autónomo, mas antes a transcategorização, em contexto, da forma verbal.

Perante estudos que não concebem autonomia aos objectos torna-se impossível obter qualquer conclusão acerca do verdadeiro mecanismo que os origina.

Por último, as obras de carácter histórico limitam-se, muitas vezes, a analisar a superficialidade dos produtos em relação aos seus derivantes. Não há, nas obras analisadas, uma perspectivização sistemática de critérios a usar na determinação dos produtos postverbais. As relações semânticas entre estes e as suas bases são referidas de modo demasiado precário e reflectem-se somente pela constatação de alguns dos semantismos dos produtos, não havendo abordagem à estrutura argumental dos substantivos.

Se as abordagens sincrónicas têm como principal alvo as relações paradigmáticas entre verbo e substantivo e a integração deste em estruturas sintagmáticas onde cabe o primeiro, descurando a sua génese, os estudos diacrónicos tendem a observar este último aspecto, abandonando a observação das consequências dessa relação derivacional no próprio carácter interno do deverbal.

Torna-se, então, necessário entender o mecanismo de formação dos postverbais como um mecanismo que origina novos lexemas e não outros usos do mesmo lexema. Abandonam-se, assim, as explicações que concebem os postverbais como resultantes da derivação imprópria (Nunes ([1919] 1989)) ou da transposição (Alarcos Llorach (1983)). Quanto às concepções previstas pela gramática gerativa, elas carecem de um contorno diacrónico que possibilite a distinção entre os pares S/V meramente paradigmáticos e aqueles que, para além de paradigmáticos, são também derivacionais.

Parece-nos também que não deve esquecer-se a direccionalidade morfológica, a despeito da dificuldade de sistematização das relações entre o marcador de classe do substantivo e a vogal temática do verbo. Em primeiro lugar, porque se assemelha

demasiado artificial forjar um mecanismo onde cabe a direccionalidade semântica e onde é anulada a morfológica; em segundo, porque, provavelmente, é viável desenhar a direccionalidade morfológica com base em critérios que não o da previsibilidade da vogal temática.

Urge, pois, conciliar todos os critérios possíveis de determinação dos postverbais, para que o mecanismo que os produz seja compreendido e para que estes produtos sejam percebidos na sua globalidade. Essa compreensão passa também por um redimensionamento do mecanismo e dos produtos por ele originados, conforme iremos observar em 1.3.

### 1.3 Redefinição do processo de formação dos postverbais

#### 1.3.1 Rejeição do carácter regressivo

Em 1.1.1 analisámos a caracterização, vigente na gramática tradicional, dos postverbais como regressivos. Observámos que a regressividade imputada ao processo assentava numa observação demasiado superficial da relação morfológica entre derivante e derivado. Essa observação conduzia a que se encarasse a forma do infinitivo verbal como a forma derivante, pelo que o substantivo assim produzido resultaria mais curto do que o vocábulo que lhe dera origem.

Uma análise mais cuidada do próprio estatuto do infinitivo do verbo permite compreender que este não constitui a base de derivação dos postverbais e, por conseguinte, que o processo não é regressivo.

##### 1.3.1.1 Estatuto da marca do infinitivo verbal

O infinitivo verbal é apontado por Said Ali (1964), Azuaga (1996), Cunha & Cintra (1991), Barreto ([1922] 1982) como base da formação dos deverbais em *-a*, *-e* e *-o*. Como é constatável, a mesma opinião é perfilhada por autores que se integram em diferentes correntes linguísticas. Desde a gramática tradicional normativa, às gramáticas

históricas e às descrições sincrónicas, até aos dicionários<sup>41</sup>, parece haver uma tendência para continuar a tradição de se considerar o infinitivo verbal como base dos postverbiais que assim podem designar-se por “regressivos”. Apenas as obras que se debruçam de modo mais atento sobre estes objectos é que rejeitam a regressividade do processo. Para o português, é este o caso de reflexões como as de Mattoso Câmara (1985), Lobato (1995) e (1999), Mateus et alii (1989), Nunes ([1919] 1989), Basílio (1987) e Kehdi (1998).

É, no entanto, em obras francesas que se encontram os argumentos que consolidam o abandono da forma do infinitivo como derivante. Esses argumentos prendem-se, sobretudo, com a arbitrariedade da forma citacional do verbo. É que o facto de se utilizar o infinitivo para rotular um verbo está dependente de uma convencionalidade em vigor para as línguas modernas ocidentais. Esta convencionalidade é, provavelmente, mais bem compreendida se recordarmos que, em latim, a forma citacional do verbo é a primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

A confusão entre forma citacional e lexema verbal levaria, então, a que se explicasse a origem do latim FŪGA pelo presente do indicativo FUGĪO, enquanto explicaríamos o português *malha* pelo infinitivo *malhar*. Os processos de formação de palavras estariam, assim, dependentes de convencionalidades arbitrárias que variam de língua para língua.

De acordo com Kerleroux (1997: 164), a forma do infinitivo, tal como qualquer forma flexionada, deve estar ausente do conjunto das formas do *input* da morfologia derivacional. Este pressuposto encontra-se em Corbin (1987), numa passagem dedicada aos “parassintéticos”: «[...] la désignation, lexicographique et métalinguistique, d’un verbe par son infinitif est une convention arbitraire. [...] Il est probable que l’assimilation de l’affixe d’infinitif à un suffixe provient en partie d’une confusion entre la langue et la métalangue [...]»<sup>42</sup>.

O segundo argumento, decorrente daquele, tem que ver com a diferença de critérios seguidos para explicar a formação de deverbiais em *-a*, *-e* e *-o* e outros deverbiais em *-ção*, *-mento*, *-gem*, *-ura*, etc.. Por que razão, perante lexemas resultantes

---

<sup>41</sup> Recordamos que nos referimos ao *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora e ao *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de José Pedro Machado.

<sup>42</sup> Corbin (1987: 124-125) continua, dizendo que «[...] si l’on prenait au sérieux, il faudrait construire autant de règles parasyntétiques qu’il y a d’affixes flexionnels différents dans la conjugaison française: une pour *em-barqu-er*, une pour *em-barqu-nos*, une pour *em-baqu-ait*, etc..».

da mesma RFP, se considera que uns são produzidos com base no infinitivo e outros com base no tema verbal? As mesmas obras que declaram uns produtos como regressivos, por terem como ponto de partida o infinitivo, descrevem os restantes produtos como derivados do tema ou do radical do verbo.

Deste modo, em Said Ali (1964), aponta-se que o sufixo *-mento* se junta aos temas verbais (Said Ali (1964: 240)), assim como *-ura* se agrega a temas do particípio passado (Said Ali (1964: 237)). Em Cunha & Cintra (1991: 90 e 99), os sufixos acima apontados são descritos como agregando-se ao radical verbal. Em Azuaga (1996: 240), a derivação, por oposição à derivação regressiva, é vista como um processo de adjunção de um afixo a uma parte de uma palavra, ou seja, um tema ou um radical.

Os autores enumerados concebem os “regressivos” como produtos de duas operações. A primeira é de subtracção e é aquela que empresta ao processo o carácter regressivo. Trata-se, pois, de retirar à forma derivante o segmento final composto pela vogal temática e pela marca do infinitivo:

*malhar* > *malh-*

*cortar* > *cort-*

*morder* > *mord-*

A segunda é de adjunção de uma vogal temática à forma resultante da subtracção:

*malh+a*

*cort+e*

*mord+o*

A dúvida que se levanta é a seguinte: por que não considerar, paralelamente aos “regressivos”, que todos os deverbais têm origem nas duas operações de subtracção e subsequente adição? Se os autores focados estipulam estas duas operações para os nomes de acção em *-a*, *-e* e *-o*, o que os impede de estabelecer as mesmas para outros como *lavagem*, *atropelamento* ou *anulação*? Ou, perspectivado de outra maneira: o que é que obsta à concepção de que na origem dos postverbais está um lexema verbal introduzível no *input* da derivação, como é descrito para os restantes *nomina actionis*, e não a forma do infinitivo?

Uma possível resposta a estas questões estaria, provavelmente, na maior facilidade em sistematizar as relações entre vogal temática do verbo e o segmento vocálico que surge imediatamente antes do sufixo no substantivo<sup>43</sup>. Será por se tratar de

---

<sup>43</sup> Em Rio-Torto (1998: 25-27) descrevem-se os deverbais em *-mento* como tendo por base os temas verbais do particípio passado. Este facto é visível pela observação da neutralização da vogal temática

um mecanismo mais saliente que se estipula desde logo que a base desses deverbais é o tema verbal e não o infinitivo a que se retiram segmentos para depois lhe serem agregados outros? Essa sistematicidade entre vogal temática do verbo e vogal adoptada pelo derivado pode explicar a razão por que não se procura o infinitivo verbal para descrever os deverbais em *-mento*, *-ção*, etc.. Mas não explica o fundamento da regressividade imputada aos postverbais.

O que se torna incompreensível é que se opte por uma explicação que engloba duas operações distintas, sendo a segunda perfeitamente independente da primeira. É solução mais verosímil e económica optar por uma explicação que rejeite a primeira operação, ou seja, a que concebe a subtracção da marca do infinitivo.

### 1.3.1.2 Delimitação da base derivacional

A explicação mais adequada deverá conseguir sintetizar a formação dos postverbais da forma mais económica possível, sem que, no entanto, deixe de abarcar casos aparentemente marginais.

Na tentativa de encontrar uma explicação desse tipo, observaremos agora algumas soluções aventadas por alguns autores.

Em Mateus et alii (1989: 388), os postverbais surgem sob a designação de “regressivos”, mas a descrição da sua formação não tem o mesmo carácter. A forma derivante será, então, a do tema verbal «[...] que pode não sofrer qualquer alteração [...] ou pode ter a vogal temática substituída por um morfema [a] [...], por um morfema [e] [...], ou por um morfema [o] [...]» (Mateus et alii (1989: 388)).

Assim, em [*limpa*] v > [*limpa*] s, [*combate*] v > [*combate*] s, a vogal temática é mantida, mas em [*chora*] v > [*choro*] s, [*trota*] v > [*trote*] s, [*morde*] v > [*mordo*] s, [*colhe*] v > [*colha*] s, [*zumbi*] v > [*zumbo*] s, [*zurzi*] v > [*zurza*] s, não há relação entre a vogal temática do tema verbal e a vogal dos produtos lexicais.

Se essa relação existisse, os deverbais de verbos da 1ª conjugação terminariam em *-a* e os da 2ª e da 3ª confluiriam para a terminação em *-e*. Recorde-se que esta confluência hipotética se baseia nas regras do vocalismo átono: quando átona, a vogal

---

entre os verbos da segunda e da terceira conjugações, coincidente com o que ocorre nas formas do participio passado. Assim, os deverbais com este sufixo que partem de verbos de tema em *-a-* apresentam-se com esta vogal temática (*arrendamento* a par de *arrendado*) e os que são formados com base em verbos de tema em *-e-* e de tema em *-i-* apresentam-se com a vogal *-i-* (*conhecimento* a par de *conhecido* e *fingimento* a par de *fingido*).

/e/ passa a [i], assim como a vogal /i/ em contexto final átono (Mateus et alii (1989: 356-359)).

Ora, a análise dos postverbais reflecte que não há relação entre as duas séries de vogais. Aliás, não é explicável a vogal -o dos substantivos com base nas vogais temáticas dos verbos.

A concepção de Mateus et alii (1989) de que a base é o tema verbal parece pretender dar conta dos deverbais cuja vogal temática é comum à do seu derivante. No entanto, perante os casos em que não há essa manutenção vocálica, o processo a que se recorreu resulta demasiado oneroso.

Para o castelhano, língua em que os postverbais têm um comportamento similar aos do português, parece haver um consenso relativamente à sua forma derivante. Pena (1980), Alvar & Pottier (1993), Alvar Ezquerria (1983), Alcoba Rueda (1989) e Santiago Lacuesta & Bustos Gisbert (1999) localizam a forma derivante no radical verbal a que se agregam as respectivas vogais<sup>44</sup>.

A mesma solução é apontada para o português por Mattoso Câmara (1985). Uma solução deste tipo dispensa o recurso a estratégias diferentes forjados, por um lado, para salientar os casos em que há coincidência entre a vogal temática do verbo e a do seu derivado, e, por outro, para salvaguardar aqueles em que as vogais temáticas do derivante e do seu produto são divergentes.

Perante a impossibilidade de tecer relações entre vogal temática verbal e marcador de classe do substantivo, revela-se mais acertado conceber que o segundo não é devedor da primeira e que, por isso, é extrínseco ao derivante.

Assim, a hipótese de que o tema verbal pudesse funcionar como forma derivante é afastada. Resta observar se aquela que opta pelo radical do verbo é viável.

A avaliação desta hipótese passa pela análise de todos os postverbais. Destes emergem três que poderiam contrariar a possibilidade de a base de formação ser o radical. São eles *meça*, *oiça* e *pida*. Estas três formas não ostentam os radicais esperados *med-*, *ouv-* e *ped-*. No entanto, a hipótese colocada não é negada por estes lexemas, porque, tomando as palavras de Kerleroux (1997) a propósito do francês: «Les noms déverbaux sont la conversion du radical du verbe, ou de l'un des allomorphes du radical s'il ne s'agit pas d'un verbe à radical unique.».

---

<sup>44</sup> Note-se que em Corominas & Pascual (1991), estes produtos lexicais nunca surgem sob a designação de “regressivos”, mas sempre sob a de “postverbais” ou “deverbais”.

Há, pois, que ter em conta a possibilidade da alomorfia do radical. A alomorfia materializada em *meça* e *oiça* é explicada diacronicamente por motivos fonéticos. É sabido que oclusiva seguida de vogal palatal seguida de vogal, como é o caso da primeira pessoa do singular do presente do indicativo dos verbos *metio* e *audio*, resolve-se numa palatalização crescente, herdada do latim imperial, que tem como resultado final [s]<sup>45</sup>.

O alomorfe do radical que serve de base à formação de *meça* e *oiça* é o da primeira pessoa do presente do indicativo. Isto, no entanto, parece ser contrariado pelo deverbal *pida*, já que seria de esperar que a forma obtida fosse *\*peça* ou *\*peço*. Estas formas eventuais corresponderiam, pois, ao alomorfe do radical presente em *eu peço*, o que mostraria um funcionamento paralelo a *meça* e *oiça*. Aparentemente, o lexema *pida* não tem correspondência com nenhum alomorfe do radical do verbo.

A solução do problema poderá estar na perspectivação diacrónica do verbo *pedir*. Nunes ([1919] 1989: 286), a propósito da formação dos tempos do presente, refere que «[...] as vogais *-e-* e *-o-* do radical convertem-se respectivamente em *-i-* e *-u-*, se o verbo em que se encontram é dos que terminam no infinitivo em *-ir*.». Estas alterações repercutem-se no presente do indicativo e do conjuntivo (*sirvo*, *mido*, *pido*). Algumas delas subsistiram (*sirvo*) e outras foram abafadas pelas mais antigas (*meço*, *peço*).

Segundo Silva (1998: 130), no português arcaico da segunda fase (meados do séc. XIV até meados do séc. XVI)<sup>46</sup>, «Ao lado de PED-, encontramos PID- em algumas formas arrizotónicas que harmonizaram o timbre da vogal pretónica condicionado pela natureza da vogal anterior fechada da sílaba tónica.». Esta «harmonização vocálica da vogal pretónica do radical ao timbre da vogal tónica da sílaba seguinte» (Silva (1998: 87)) vai estender-se a todo o paradigma, independentemente da existência de condições fonéticas para a sua ocorrência. Como tal, de acordo com Silva (1998: 130 e 143), a analogia opera uma regularização das formas do verbo *pedir* a partir das formas que ostentam o radical PID-, na linguagem popular<sup>47</sup>, enquanto na norma-padrão actual há a manutenção da variação primitiva dos radicais de *pedir* PED- e PEÇ-.

---

<sup>45</sup> Maia ([1986] 1997: 438-468 e 620-623), Silva (1991: 85-86 e 91-96), Silva (1998: 32) e Teyssier (1993: 9-11 e 49-52).

<sup>46</sup> Silva (1998) apresenta estas considerações acerca da periodização na pág. 2, especificamente na nota 1.

<sup>47</sup> Said Ali (1964: 134) refere que a forma *pido* em português era tida como plebeísmo. Maia ([1986] 1997: 798-800) conclui através da análise da documentação reunida no seu estudo que as formas em *-i-* eram de uso escasso e sociolinguisticamente marginal.

Estas informações relativas às formas de *pedir* com *-i-* no radical conduzem a uma reavaliação do postverbal *pida*. A ser, de facto, um produto do português, *pida* deverá corresponder a um registo não padronizado da língua. No *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora o lexema é classificado como regionalismo. No *Dicionário etimológico* de Machado, não se fornecem indicações acerca do uso do vocábulo.

Parece-nos, pois, verosímil a hipótese de considerar *pida* como postverbal da conjugação analógica com a vogal *-i-* no radical. Para além da identidade entre as formas, há a conjugar a não padronização sociolinguística tanto do verbo como do substantivo.

Se é possível observar que a base de formação dos postverbais é o radical dos verbos a que se juntam as vogais *-a*, *-e* e *-o*, torna-se necessário compreender se a transcategorização de V em S é impulsionada pelo marcador de classe ou se tem como orquestrador um processo de conversão. Em 1.3.1.3 e 1.3.1.4 discutir-se-ão estas possibilidades.

### 1.3.1.3 Conversão do radical?

O facto de a construção de postverbais ser obtida através de um morfema monossegmental, que é facilmente identificável com marcadores de classe de lexemas não construídos, como *leite*, *rato* e *rosa*, suscita dificuldades na identificação do instrumento da transcategorização efectuada de V para S.

Uma hipotética solução consiste em fazer do marcador de classe o operador dessa transcategorização. Desta forma, conceber-se-ia que a mudança de categoria sintáctica ocorreria através da agregação do marcador de classe.

No entanto, se se considerar que o marcador de classe não tem capacidade de impulsionar a categorização, então esta mudança poderá estar dependente da conversão do radical verbal em radical nominal. Ao radical já converso em nominal agregar-se-ia posteriormente uma vogal, *-a*, *-e* ou *-o*, que actuaria como mero actualizador léxico.

A solução da conversão é adoptada perante pares derivacionais em que não se dá alteração formal do derivante para o derivado ou em que o segmento mais à direita do derivado não apresenta claramente poderes heterocategoriais.

Assim, a conversão é apontada como responsável pela construção dos postverbais do francês por, e. g., Corbin (1987) e Kerleroux ((1996), (1997), (1998 b)) e do inglês por, e. g., Lieber (1981), Matthews (1991) e Spencer (1991). Em relação ao inglês, não encontramos, nos autores estudados, outra hipótese explicativa para a formação destes produtos, pois parece haver uma perfeita semelhança formal<sup>48</sup> entre, por exemplo, *run* v/*run* s, *walk* v/*walk* s (Spencer (1991: 19)). Contudo, se em pares V/S monossilábicos é possível observar essa semelhança formal, em pares dissilábicos ocorre a transferência do acento da última sílaba, no verbo, para a sílaba anterior, no substantivo (Durand (1990: 177)). Assim, entre [*tor'ment*] v e [*'torment*] s existem diferenças categoriais, mas também acentuais (Cf. 2.1.3 do cap. 1 deste trabalho). Não há, pois, uma correspondência perfeita entre as formas do derivante e do derivado. A manter-se a hipótese da conversão, defendida pelos autores referidos, esta poderá ser entendida como um processo a que são posteriores as operações acentuais. De outra forma, e perante as alterações formais entre V e S, será necessário rever o processo de formação destes postverbais do inglês.

Em relação ao francês, Kerleroux (1996), (1997) e (1998 b) e Corbin (1987) classificam como conversos substantivos que não exibem exactamente o mesmo tipo de comportamento formal em relação à sua base. De facto, existem postverbais em que o processo de conversão como agenciador da transcategorização não é questionável. Assim, em *vol*, *appel*, *pleur*, o substantivo é formalmente idêntico ao radical verbal que lhe dá origem. No entanto, em *marche* (f.), *massacre* (m.), *change* (m.), *entrave* (f.), a forma nominal derivada não é igual à forma que se pretende derivante (radical do verbo). A existência de um *-e* agregado ao radical do postverbal pode questionar se a conversão é o processo, ou pelo menos o único, responsável pela construção das formas em apreço. Poder-se-ia considerar que o *-e* é um morfema de flexão e, por isso, exterior ao processo genolexical da conversão, se ele fosse indicador de género. Contudo, como é constatável através dos exemplos transcritos, o *-e* surge em formas femininas e masculinas<sup>49</sup>, o que coloca entraves à sua integração nos morfemas flexionais de género. Como tal, não é líquido que este morfema pertença a operações interiores à genolexia.

O *-e* final das formas do francês pode não ter realização fonética (Kerleroux (1996: 157)), mas não deve pôr-se de lado a possibilidade de ter correspondência

---

<sup>48</sup> Os autores apontados não fazem referência ao morfema *to* do infinitivo verbal do inglês, pelo que consideram haver perfeito paralelismo formal entre o V e o S.

<sup>49</sup> Os exemplos do francês e a sua distribuição quanto ao género foram retirados de Roché (1997).

fonológica na estrutura profunda. Isto acarreta que não exista identificação total entre as formas da base verbal e do substantivo produzido. É, pois, necessário dilucidar o estatuto desse segmento, para observar se é plausível que ocorra conversão nos lexemas por ele sufixados.

Em Corbin (1987), apresenta-se a conversão como contra-exemplo à Righthand Head Rule, isto é, à regra que estipula, seguindo os princípios da teoria X-barras, que o componente de uma palavra complexa que se situe mais à direita é o núcleo dessa palavra. Segundo Corbin (1987), se na conversão não intervêm sufixos, deixa de ser obrigatório que uma palavra construída apresente núcleo à direita. Assim, apesar de, nos postverbais, haver um morfema à direita da base, não é estritamente necessário que esse morfema se constitua como operador de categorização. Pelo menos duas razões convergem, segundo esta concepção, para que não se considerem as vogais *-a*, *-e* e *-o* como impulsionadoras da transcategorização de V em S: (i) a categorização não está exclusivamente dependente de um agenciador sufixal, o que é comprovado pela conversão; (ii) as vogais que encerram os deverbais em análise são susceptíveis de serem identificadas como actualizadores léxicos de lexemas não construídos (Cf. § 1.3.1.4 deste capítulo).

Contudo, uma outra concepção da conversão defendida por Pon (1993), que se insere no quadro da teoria X-barras, prevê a acção de um segmento à direita detentor da capacidade de categorização. Pon (1993) considera que a língua possui um nível que encerra os AFIXOS – definidos como estruturas morfo-sintácticas – e outro nível que detém os afixos – definidos como estruturas morfofonológicas. O A. concebe que na formação dos S e dos V conversos do holandês é possível que haja activação das estruturas AFIXOS sem que se faça posteriormente ligação destas com as estruturas afixos. Assim, produzem-se V ou S que não apresentam alteração formal em relação às suas bases, embora tenha havido actuação de mecanismos categorizadores situados, na estrutura morfo-sintáctica, à direita da forma base.

Em português, não há identificação total entre a forma da base verbal e a forma do produto. Contudo, isto não anula de imediato a possibilidade de se obter a transcategorização através da conversão do radical verbal em radical nominal e não através da acção do marcador de classe, mesmo que se considere, como Pon (1993), que a conversão é um mecanismo de AFIXAÇÃO, embora não de afixação. A adjunção do marcador de classe pode ser exterior ao processo da transcategorização, ocupando uma

função não derivacional. Neste caso, o marcador de classe manifesta a categoria nominal do produto, mas não é responsável por ela.

Em Lobato (1999), embora nunca se use o vocábulo ‘conversão’, tece-se uma hipótese explicativa da formação dos postverbiais que assenta na categorização nominal do radical verbal, sem que haja actuação dos marcadores de classe. Tal como em Lobato (1995), Lobato (1999) continua a sustentar a ideia de que, no léxico, os postverbiais compartilham com o verbo o mesmo radical. Lobato (1999) parte do programa minimalista desenvolvido em Chomsky (1995) para conceber que os postverbiais são formados a partir de estruturas abstractas formais – o radical – moldadas morfológicamente, mas não fonológica nem semanticamente (Lobato (1999: 29)). Os traços semânticos e os traços fonológicos operam no mesmo nível (Jackendoff (1997: 85-86)), mas o preenchimento fonológico está dependente das conexões semânticas estabelecidas (Lobato (1999: 30)) (Cf. 1.2.3 deste cap.).

Segundo esta autora, a actualização da VT nominal ou verbal está dependente das conexões semânticas produzidas. Se houver simultaneamente uma conexão semântica, operada na sintaxe<sup>50</sup> pelos traços eventivos contidos no radical, e uma conexão semântica, operada no léxico pelos traços de referencialidade, o lexema daí resultante é o substantivo. Se não ocorrer a conexão com a significação referencial estabelecida no léxico, o lexema produzido é o verbo. De acordo com Lobato (1999), as VT do substantivo e do verbo são posteriores a estes processos, porque a sua realização fonológica depende das conexões semânticas estabelecidas.

Em Lobato (1999), nunca se coloca a hipótese de a categorização poder ser impulsionada pelo marcador de classe, pelo que se designam os postverbiais por ‘deverbais não afixais’. Esta concepção baseia-se, no entanto, num argumento falível: o de as vogais finais serem denotadoras de género, pelo que se localizariam num nível posterior à formação do deverbal. Contudo, como observaremos em 1.3.1.4 deste capítulo, os marcadores de classe dos postverbiais não têm como função a indicação de género, permanecendo em aberto a hipótese de o marcador de classe poder estar envolvido no processo de categorização de V em S.

Por último, a exclusão do marcador de classe do conjunto dos operadores derivacionais parece ser baseada na sua identificação com os marcadores de classe dos substantivos não construídos no português (Cf. 1.3.1.4). No entanto, esta identificação

---

<sup>50</sup> Neste caso, a sintaxe é entendida como paradigmática e não sintagmática, já que se trata do relacionamento entre dois itens (derivante e derivado) paradigmaticamente (Lobato (1999: 59)).

pode ser apenas aparente. Por esta razão, se for possível concluir que *-a*, *-e* e *-o* apresentam funções diferentes nos lexemas não construídos (e.g. *águia*, *ponte*, *gato*) e nos postverbais (*redra*, *corte*, *rebusco*), a hipótese da conversão sairia fragilizada, carecendo de argumentos mais fortes para a legitimar.

#### 1.3.1.4 Estatuto do marcador de classe do postverbal

Se observarmos as descrições de postverbais feitas por diferentes autores, constatamos que não existe um tratamento homogéneo do marcador de classe. Assim, em Mattoso Câmara (1985: 223), o marcador de classe surge sem o estatuto de sufixo, enquanto em Alvar & Pottier (1993: 383 e 394) os mesmos segmentos são descritos como sufixos. Também Pena (1980), Alvar Ezquerria (1983), Santiago Lacuesta & Bustos Gisbert (1999) e Varela Ortega (1993) optam por lhes dar este estatuto.

A opção de caracterizar estas vogais como sufixos é justificada por Faitelson-Weiser (1993: 119): «[...] hemos definido el *sufijo* como un elemento lingüístico que, precediendo inmediatamente, en una palabra dada, a las desinencias gramaticales (o flexionales) – explícitas o implícitas –, tiene como función la integración de dicha palabra dentro de un campo *morfosemántico* particular.».

Assim, a vogal actuante é encarada como sufixo devido à sua acção como actualizador léxico, já que insere os postverbais no paradigma nominal.

Para Lobato (1999), as vogais *-a*, *-e* e *-o* constituem morfemas denotadores de género<sup>51</sup>. A A. identifica a vogal *-a* dos postverbais com o género feminino e as vogais *-e* e *-o* com o masculino.

Torna-se insustentável essa identificação das vogais com o género (Cf. § 1 do capítulo 3). Palavras como *raspa*, *pica*, *caça* possuem, para além do género feminino com a significação de ‘acção de V’, uma versão com género masculino aliada à significação de ‘aquele/aquilo que V’ ou ‘aquele/aquilo que é Vdo’. Outros lexemas, como *rapa*, *atiça*, *topa*, caracterizam-se apenas pelo género masculino. Não é possível considerar os marcadores de classe como morfemas de género, como de resto a literatura da especialidade amplamente demonstra.

---

<sup>51</sup> A mesma relação entre constituinte temático e género é apresentada por Sandmann (1989) e por Kehdi (1998).

Resta tentarmos compreender se a função dos referidos segmentos é idêntica à dos marcadores de classe dos substantivos simples, ou seja, se servem uma função de integrador paradigmático e de actualizador lexical, ou se se distinguem dos segmentos desses lexemas por ostentarem um papel derivacional.

Herculano de Carvalho (1984: 530-532) integra estas vogais na classe dos afixos. Segundo o autor, os afixos podem ser gramaticais ou derivacionais.

Serão gramaticais aqueles que não alteram a significação objectiva da forma a que se juntam, podendo apenas acrescentar informações de carácter meramente gramatical. As funções primordiais dos sufixos gramaticais têm que ver com a actualização, no léxico, da forma detentora de significação objectiva e com a integração da palavra numa determinada categoria sintáctica.

Como tal, segundo Herculano de Carvalho, as vogais *-a*, *-e* e *-o* possibilitam que palavras que as tomem como marca temática se insiram na categoria dos substantivos, ao mesmo tempo que lhes permitem a actualização no discurso.

Todavia, nos exemplos que o autor utiliza para ilustrar esta questão<sup>52</sup>, surgem sempre palavras tidas como básicas (*livro, dedo, corpo, copo, garfo, casa, mesa, faca, porta, janela, pente, monte, parte*) e não palavras derivadas, como os deverbais de que nos ocupamos. A questão que se levanta é a seguinte: pelo facto de estarmos perante os mesmos segmentos vocálicos finais nos pares *livro/agravo, casa/apanha, pente/abate*,<sup>53</sup> poder-se-á afirmar que estes correspondem exactamente às mesmas entidades no plano morfológico? Assim, serão os sufixos *-o*, *-e* e *-a* meros actualizadores léxicos, dando ao produto uma morfologia final capaz de o integrar no paradigma dos substantivos, ou terão estes sufixos um papel acrescido na construção dos postverbais?

Em Herculano de Carvalho (1984) considera-se uma igualdade no estatuto das vogais temáticas pertencentes a palavras básicas e derivadas, pois nas observações acerca da derivação o autor afirma que «Se pode ter-se como regular, como «geral» em sentido lato, a derivação de nomes de acção pela adjunção de um sufixo a um tema verbal, já a própria generalidade da regra assim enunciada exige restrição, dado que, em muitos casos, o tema do nome de acção não é derivado mas simples» (Herculano de Carvalho (1984: 569)). O autor refere-se, pois, aos postverbais como formas simples e não como constituídas por uma base e um sufixo derivacional. É que o sufixo derivacional acrescenta ao produto sentidos lexicais diversos daqueles que estão

---

<sup>52</sup> Herculano de Carvalho (1984: 534, 535, 539).

<sup>53</sup> Os segundos membros dos pares são deverbais e encontram-se em Herculano de Carvalho (1984: 569).

previstos na base, facto que, segundo a classificação de Herculano de Carvalho (1984), parece ser tido como ausente do papel das vogais na formação dos deverbais em causa.

É com a leitura de Rio-Torto (1998 c) que começa a emergir de forma mais verosímil a ideia de que um constituinte temático pode encerrar diferentes funções. Segundo a autora, a vogal temática dos verbos não portadores de afixo derivacional poderá funcionar como integrador paradigmático e simultaneamente como operador derivacional, desde que não ocorram à sua direita outros elementos que monopolizem a função de derivação (Rio-Torto (1998 c: 23)).

A vogal temática dos deverbais poderá, assim, possuir uma função derivacional, até porque não existe nenhum elemento à direita para o qual se pudesse transferir essa potencialidade. Se, de acordo com a Righthand Head Rule, o elemento que se situa mais à direita, numa palavra construída, detém o papel de categorização (Raposo (1992: 166)), as vogais *-a*, *-e* e *-o* dos postverbais são as responsáveis pela inserção desses produtos na categoria sintáctica dos nominais.

Se seguirmos Pon (1993), que define a conversão como um processo de AFIXAÇÃO, a possibilidade que confere às vogais em apreço poderes heterocategoriais sai reforçada. Em princípio, devido à posição de segmento mais à direita no produto lexical, e perante o estatuto de morfema não flexional das vogais, não é necessário conceber um AFIXO anterior a *-a/-e/-o* impulsionador da transcategorização.

Todavia, se seguirmos a concepção de conversão defendida por Corbin (1987), onde não está prevista uma estrutura de AFIXAÇÃO por oposição à de afixação, não é possível apoiarmo-nos estritamente nesta perspectiva da teoria X-barras que concentra no sufixo toda a capacidade de prover o produto de uma determinada categoria sintáctica. Neste caso, a conversão vem demonstrar que a mudança categorial não está apenas dependente do segmento mais à direita do lexema (Corbin (1987: 437)).

A complexidade da definição do estatuto dos sufixos que fecham os postverbais advém, em parte, da fronteira que separa a flexão da derivação e da sua actuação em formas derivadas e básicas. Em Villalva (1994: 179-180), distinguem-se sufixos de flexão e de derivação. Segundo a A., os sufixos flexionais têm, exclusivamente, a seu cargo a indicação de categorias morfo-sintácticas, ou seja, de número, tempo-modo-

aspecto e pessoa-número.<sup>54</sup> Os sufixos de derivação, segundo Villalva (1994: 179-180), «[...] realizam diversas categorias morfo-sintácticas e morfo-semânticas e subcategorias morfológicas, determinam a categoria sintáctica das palavras derivadas, e associam-se a radicais ou a temas [...]».

Parece-nos que os segmentos vocálicos presentes nos postverbais apresentam um papel acrescido relativamente aos mesmos segmentos nos substantivos básicos. Nos lexemas básicos, a vogal final limita-se a funcionar como actualizador léxico e paradigmático, mas não como instrumento de manifestação de **mudança** de categoria sintáctica. Ora, a formação de postverbais acarreta uma transcategorização visível formalmente. Essa visibilidade formal está a cargo dos sufixos *-a*, *-e* e *-o*, que, segundo Alcoba Rueda (1989: 334), são derivativos deverbais.

As vogais em causa poderão ser definidas como constituintes temáticos e, simultaneamente, como instrumentos actualizadores de categorização. Se é aos constituintes temáticos que os postverbais devem a sua actualização em co-texto, também é aos mesmos que devem a materialização da sua categoria sintáctica. São estes marcadores de classe que evidenciam a nominalização operada derivacionalmente de V para S.

Todavia, se é possível observar que a mudança categorial é manifestada pelo marcador de classe, não existem ainda argumentos disponíveis suficientemente sólidos para determinar se a responsabilidade da transcategorização deve ser imputada à conversão ou ao marcador de classe.

O facto de não haver manutenção do constituinte temático do verbo no produto (*morder/mordo*, *alcançar/alcance*, *alcanço*) não é suficientemente convincente de modo a destronar a hipótese da conversão. A diferença constatada entre o constituinte temático do verbo e o marcador de classe do postverbal indicia apenas que não estamos perante um processo genolexical que opera com o tema do derivante e que o marcador de classe do produto não resulta da herança do constituinte temático do lexema base. Mas isto não implica que o marcador de classe possua poderes heterocategoriais e que os exerça na produção dos postverbais.

Conceber o marcador de classe como impulsionador da transcategorização passa, necessariamente, por traçar uma distinção clara entre *-a*, *-e* e *-o* dos substantivos

---

<sup>54</sup> Villalva (1994: 225) não integra o género neste conjunto, pois «[...] o género, nos nomes, não é uma categoria de flexão, mas sim uma categoria morfo-sintáctica cuja especificação é lexicalmente determinada ou resultante da intervenção de um processo morfológico não-flexional.».

básicos e dos postverbais e pela possibilidade de integrar estes nos sufixos derivacionais. Desta forma, solver-se-ia a hipótese da conversão, que, no entanto, deixamos igualmente em aberto.

### 1.3.2 Comentários finais

Nos pontos anteriores, revimos o conceito de derivação regressiva e tentámos subtrair do conjunto dos “derivados regressivos” os postverbais. Se há produtos lexicais que podem ser descritos como regressivos são aqueles que resultam de operações de truncação, ou seja, de operações que agem sobre bases, encurtando-as. Parece ser este o caso de formas apocopadas como *metro* ou *comuna*.

Os postverbais, por sua vez, não deverão ser encarados como regressivos, pois no caso dos postverbais em análise só aparentemente a base é mais longa do que o seu produto. Se, conforme julgamos ter demonstrado, a base dos postverbais é o radical verbal a que se agrega um marcador de classe, estamos perante um processo aditivo e não substractivo, tal como o processo de formação de outros *nomina actionis*<sup>55</sup>. Contudo, não nos foi possível determinar se a transcategorização operada de V para S é impulsionada pelo marcador de classe ou se este está desprovido de qualquer poder heterocategorial. Por conseguinte, deixamos em aberto as hipóteses da conversão e da sufixação como possíveis processos agenciadores dessa mudança.

Revisto o modo de formação dos postverbais, torna-se necessário averiguar quais os critérios a utilizar para discernir a direcionalidade que une um dado par substantivo/verbo, pois um dos problemas nascentes do processo derivacional que tem por sufixos elementos formais coincidentes com outros encontrados em palavras base reside na semelhança morfológica, à superfície, entre S deverbais e S bases de denominais e V denominais e V bases de deverbais. Esta será, pois, a próxima tarefa.

---

<sup>55</sup> Como exemplo apresentamos deverbais como *lavagem*, *arrendamento*, *abonação*, em que as bases são os temas verbais a que se juntam os respectivos sufixos. A propósito dos vários processos de formação de palavras veja-se Rio-Torto (1998 b).

## 2. A direccionalidade V>S

Perante pares como *manejo/manejar* e *formiga/formigar* sente-se dificuldade em esclarecer qual das formas constitui a base e qual resultará como derivada dentro de cada par. Porque bases e produtos precisam de sufixos actualizadores léxicos foneticamente semelhantes, a extracção de dados concernentes à direccionalidade que relaciona substantivo e verbo derivacionalmente sai obscurecida.

Observemos os seguintes pares lexicais:

- *muro/murar*;
- *malha/malhar*;
- *rato/ratar*;
- *bola/bolar*;
- *folha/folhar*;
- *pio/piar*.

Aparentemente, poderia julgar-se que todos estes pares representam o mesmo tipo de formação e a mesma direccionalidade entre V e S. Assim, numa análise superficial, todos os pares seriam do tipo V>S ou S>V. De facto, nenhum aspecto formal permite descortinar qual a direccionalidade vigente entre os membros dos pares, nem, consecutivamente, compreender se neste grupo existe apenas uma direccionalidade ou duas.

Todos os pares exibem um membro verbal e um substantivo. Todos os lexemas são dissilábicos e todos os substantivos são paroxítonos. Todos os verbos são de tema em *-a*, enquanto os substantivos se distribuem por temas em *-a* e em *-o*.

Uma tentativa de catalogar os substantivos como bases ou produtos de acordo com o marcador de classe resultaria arbitrário e tautológico. Assim, definir que os substantivos em *-o* são básicos e os terminados em *-a* são derivados ou vice-versa estaria dependente do livre arbítrio do agente classificador. Se este decidisse que o verbo, quando derivado, herda a vogal temática do substantivo, então os substantivos em *-a* seriam descritos como básicos. Se, pelo contrário, se estabelecesse que o substantivo derivado herda a vogal temática do verbo, os substantivos em *-a* seriam tidos como derivados. Uma classificação deste tipo seria ainda dificultada pela inexistência de verbos de tema em *-o*.

Na verdade, a determinação da direccionalidade entre S e V de um par derivacional não pode guiar-se pela observação das características formais dos elementos. Se, conforme iremos ver em 2.1, alguns aspectos formais poderão constituir bons indicadores da direccionalidade em causa, muitas vezes é o recurso a análises semânticas e sintácticas (2.2) que ajudam à decisão do estabelecimento do estatuto dos membros de cada par.

Contudo, é necessário recorrer ao auxílio de informações de carácter diacrónico (2.3) para, perante pares lexicalmente relacionados, como V/S, compreender se eles são de facto derivacionais ou se a sua relação é meramente lexical.

Defendemos, pois, que os critérios utilizados para a compreensão da direccionalidade dos pares V/S resultem da confluência entre os diversos níveis de análise linguística, já que nenhum dos critérios aplicado isoladamente actua de forma operatória para todos os pares em questão.

Os critérios a usar deverão estar capacitados para a diferenciação das seguintes situações:

- a direccionalidade entre os membros do par é  $S > V$ ;
- a direccionalidade entre os membros do par é  $V > S$ ;
- o tipo de relação entre os membros é apenas lexical e não derivacional, não havendo lugar para a direccionalidade.

## 2.1 Critérios morfofonológicos

Dentro dos critérios morfofonológicos encontramos alguns cuja validade parece ser bastante questionável e outros que se apresentam poderosos na dilucidação da direccionalidade  $V > S$ . Começaremos por abordar aqueles que se encontram no primeiro caso.

### 2.1.1 Previsibilidade da vogal temática do verbo

Atitudes metodológicas que procuram resolver a questão da direccionalidade dos postverbais num registo estritamente morfológico surgem de uma tendência excessivamente sincronicista<sup>56</sup> e formalista. Por um lado, esta visão rejeita a obtenção

---

<sup>56</sup> É esta a atitude metodológica seguida em Basílio (1980).

de dados acerca da história das palavras através de fontes lexicográficas, sobretudo quando sujeitas às disparidades existentes entre o texto escrito e o texto oral, e um tratamento dos fenómenos mais dificilmente sistematizável daí decorrente. Por outro lado, subestima critérios de análise que passam sobretudo por uma abordagem semântica considerados inúteis pela densidade de significados dos lexemas em causa muitas vezes situados em níveis opostos da escala de abstracção.

Um dos critérios formais adoptados por Basílio (1980) tem que ver com a previsibilidade da vogal temática do verbo. De acordo com a A., independentemente da vogal final do substantivo com que nos deparemos, a do verbo será sempre *-a*, o que torna a VT manifestamente previsível. Por sua vez, se nos virmos confrontados com um dado verbo, cuja vogal temática é *-a*, não poderemos prever a do substantivo que lhe corresponde, já que tanto pode ser *-a* como *-o* ou *-e*.

Como aquilo que é previsível é a vogal temática do verbo, então este será sempre considerado derivado. Esta opção vai ser solidificada pela constatação de que o processo de formação de postverbais não é actualmente produtivo, no português europeu, pelo que se dá como metodologicamente mais apropriado considerar como derivante a palavra foneticamente mais curta.<sup>57</sup>

Uma explicação deste tipo vem contrariar a realidade da formação entre pares S/V. Isto parece dever-se a dois pressupostos facilmente negados. O primeiro tem que ver com a generalização de uma ocorrência que, apesar de maioritária, não é total. Falamos da presença da VT *-a* nos verbos em questão. Embora a maioria dos verbos que servem de base aos postverbais tenha esta VT, encontram-se também outros com as VT *-e* e *-i*. Nesta situação encontram-se, por exemplo, as formas *morder* e *zurzir*. A ideia, apresentada por Basílio (1980: 78-79), de que «Dado um nome x terminado na vogal y, podemos prever que sua contraparte verbal terminará em *-a* [...]»; entretanto, dado um verbo terminado em *-a*, não podemos prever a vogal final do nome correspondente.» é posta em causa pela presença de verbos com VT que não *-a*.

Aliás, o mesmo tipo de generalização operada sobre o marcador de classe do substantivo poderia conduzir à formação de uma regra contrária. Se é verdade que a maioria dos verbos que funcionam como base dos postverbais apresenta VT *-a*,

---

<sup>57</sup> Estas opções metodológicas manifestadas por exemplo em Basílio (1980) e Vilela (1994) resultam de visões circunstanciadas e circunscritas temporalmente, sendo apenas apontadas no nosso trabalho no intuito de demonstrar que a hipótese de solucionar o problema da direccionalidade entre um par derivacional formado por um substantivo e um verbo através de critérios estritamente formais e sincrónicos, tendo já sido potencializada por alguns autores, não demonstrou ser muito fiável.

também é verdade que a maioria dos postverbiais apresenta o marcador de classe *-o*. Tal facto poderia conduzir à seguinte regra, que se revela desajustada: “dado um verbo com VT y, podemos prever que sua contraparte substantiva terminará em *-o*”, visto que este é o marcador de classe mais generalizado nestes deverbiais.

O segundo pressuposto decorre, provavelmente, da constatação de que a VT *-a-* é aquela que se apresenta com produtividade para a formação de verbos. Tal facto poderá acarretar a ideia de que os verbos em *-a-* são construídos e de que a sua base é o substantivo que com ele forma um par lexical. Exemplificando, perante verbos como *folhear*, *aboiar*, *escabelar*, uma posição estritamente sincrónica e, sobretudo, formalista estabeleceria como suas bases *folheiro*, *aboio* e *escabelo*, por serem as formas mais directamente relacionadas com os verbos em termos de entradas lexicais. Estaria, assim, a ocultar-se a realidade da formação destes verbos que encontram base em *folha*, *boi* e *cabelo*, respectivamente.<sup>58</sup>

Um dos critérios a utilizar no estabelecimento da direcionalidade entre S e V está também na observação da própria estrutura morfológica dos verbos. Se esta indiciar que o verbo tem origem numa base distinta do substantivo com que se relaciona lexicalmente, então seguramente esse substantivo não será a sua base. No entanto, estabelecê-lo, de imediato, como derivado do verbo pode ser uma atitude precipitada, já que, conforme iremos ver, a relação entre S e V pode ser somente lexical e não derivacional. Se assim for, o substantivo terá origem numa outra fonte que não esse verbo.

### 2.1.2 Presença de afixos verbais no substantivo

A análise dos mecanismos de formação de verbos constitui um auxílio precioso na identificação do estatuto do verbo como básico ou derivado em relação ao substantivo que com ele forma um par lexical.

Em primeiro lugar, terá de proceder-se a um estudo das operações afixais que contribuem para a formação de verbos, em português. Esse estudo pode depois ter aplicação em duas fases. Uma delas relaciona-se com a análise da estrutura morfológica dos verbos, estabelecendo-se a sua formação com base na conjugação de dados concernentes a possíveis derivantes e possíveis operadores afixais. A outra fase tem que ver com a observação da estrutura morfológica dos postverbiais. A presença nos

substantivos de afixos actuantes na geração de verbos indicará que o substantivo tem uma origem deverbal.

Por outro lado, poderá partir-se de observações contrárias, ou seja, da análise das estruturas construtoras de substantivos. Assim, a presença em verbos de afixos próprios da construção de substantivos aponta para a origem denominal dos primeiros.

Como o nosso objectivo último é o estudo dos postverbais e não dos verbos denominais, optámos por seguir as observações que mais adequadamente proporcionam o estabelecimento de verbos como derivantes. Como tal, seguimos a análise das estruturas próprias da formação de verbos, ainda que pontualmente sejam feitas referências às estruturas que originam substantivos. Este último procedimento servirá para provar que um determinado substantivo não poderia ser postverbal.

Passemos, pois, à exemplificação do uso destes critérios.

A análise dos verbos que se crêem derivantes dos substantivos em estudo passa por uma descrição dos afixos que os compõem e sua inserção em RFP. É esta inserção que possibilita que se discirnam os afixos construtores de verbos e aqueles que são construtores de substantivos.

Reparemos nos seguintes vocábulos:

- *assombrar, atinar, aboquejar, acarrear, espinotear, tourear, flautear, ornamentar, regimentar;*
- *assombro, atino, aboquejo, acarreio, espinoteio, toureio, flauteio, ornamento, regimento;*

e tentemos estabelecer a direcionalidade entre substantivos e verbos.

Em *assombrar/assombro* e *atinar/atino*, a direcionalidade será estabelecida como V>S. Para tal decisão, baseada em critérios morfológicos, concorre a presença do prefixo *a-*, operador na RFP que dá origem a verbos denominais e deadjectivais.

A mesma direcionalidade é imputada aos pares *aboquejar/aboquejo*, pela presença do circunfixo *a...-ej-*, *acarrear/acarreio*, pela presença do circunfixo *a...-e-*, *espinotear/espinoteio*, pelo circunfixo *es...-e-* e *tourear/toureio*, *flautear/flauteio*, devido ao sufixo *-e-* (Rio-Torto (1994)).

Nos pares *ornamentar/ornamento* e *regimentar/regimento*, a direcionalidade é S>V. Esta direcionalidade torna-se transparente pela presença de um sufixo que opera na construção de deverbais. Assim, o sufixo *-ment-*, operador de substantivos que

---

<sup>58</sup> Para a estrutura morfológica dos verbos que servem de base aos postverbais veja-se o capítulo 2.

designam a ‘acção de V’, mostra que o substantivo *ornamento* é formado a partir do tema do verbo *ornar* e não de um suposto radical *ornament* do verbo *ornamentar*.

A mesma direccionalidade está actualizada em pares como *alimento/alimentar* ou *condimento/condimentar*. A diferença entre estes pares e aqueles apresentados no parágrafo anterior está no carácter não construído dos substantivos dos primeiros e no carácter construído dos substantivos dos segundos. Assim, se *ornamento* e *regimento* resultam de uma formação dentro do português, com base nos temas do particípio passado dos verbos *ornar* e *reger* (Corominas & Pascual (1991)), *alimento* e *condimento* correspondem a palavras construídas no latim. De acordo com Corominas & Pascual (1991), *alimento* corresponde a ALĪMENTUM, deverbal de ALĒRE e *condimento* a CONDĪMENTUM, deverbal de CONDĪRE.

Contudo, este critério que prevê a análise morfológica de substantivos e verbos não é aplicável aos pares em que os membros não apresentam uma estrutura com afixos derivacionais. Assim, em pares como *ratar/rato* ou *malhar/malha*, não é possível o recurso à observação de afixação própria da construção de verbos e de substantivos, pois ela é inexistente. Recordemos que a utilização da forma do infinitivo é de ordem meramente funcional e não representa a forma do lexema do verbo. Daí referirmos que *ratar* e *malhar* são vocábulos sem estrutura afixal derivacional.

### 2.1.3 Posição do acento

De acordo com Spencer (1998: 136), «[...] it isn't difficult to find examples of languages in which derivational and inflectional forms are distinguished solely by stress, and stress is regularly an important concomitant of affixation and compounding.».

O critério que se rege pela prosódia da palavra tem aplicação, em inglês, na dilucidação da direccionalidade de membros de um par de conversão. De acordo com os pressupostos da fonologia lexical, é possível determinar a direccionalidade entre pares como [*tor'ment*] v / [*'torment*] s e [*'pattern*] v / [*'pattern*] s<sup>59</sup>, através da observação do comportamento do acento.

A ordenação por níveis das operações fonolexicais conduz à consideração de que, se as regras de acentuação são actualizadas no nível 1 e se é na conversão V>S que se opera um reajustamento das regras de acentuação, então a conversão geradora de

---

<sup>59</sup> Para a aplicação da fonologia lexical em pares de conversão, veja-se Durand (1990: 176-177).

deverbais está localizada no nível 1. É, pois, a diferença de acentuação de [*tor'ment*] v para [*'torment*] s que permite estabelecer que a direccionalidade em causa é V>S.

Já um par como [*'pattern*] v / [*'pattern*] s é fruto da direccionalidade S>V, pois não há alteração da acentuação na conversão S>V localizada no nível 2, ou seja, no nível onde já não actuam alterações de acentuação. Assim, [*'pattern*] s > [*'pattern*] v.

Parece-nos, no entanto, que esta formatação do critério de análise se revela arbitrária.<sup>60</sup> É que é necessário compreender primeiramente qual o tipo de conversão que sofre um reajustamento de acentuação para poder estipular-se qual delas é actualizada no nível 1 e qual o é no nível 2. Assim, não parece necessário recorrer à estruturação por níveis para compreender qual a conversão em causa, já que basta observar se houve alteração da posição do acento para perceber que a conversão é deverbal. O objectivo de estruturar em níveis as operações morfolexicais é que tem de recorrer à observação das características prosódicas dos membros dos pares de conversão para poder elaborar-se.

É suficiente compreender que, como refere Spencer (1998: 136), em inglês, «[...] nouns exhibit what is often called Noun Extrametricality, under which the final syllable is ignored for stress purposes. Verbs do not show this property.».

Por conseguinte, se um substantivo é formado, por conversão, a partir de um verbo acentuado na sílaba final, verifica-se um recuo do acento no substantivo. Por sua vez, numa conversão S>V não se verifica alteração posicional do acento, pois o verbo não se rege por esses padrões prosódicos.

Em português, não é a diferença da posição do acento entre o substantivo e o verbo que se revela importante no estabelecimento da direccionalidade, mas apenas a posição do acento no substantivo. A posição do acento permite esclarecer se o substantivo é construído ou não construído, em português. Se a posição do acento indiciar que o lexema é não construído, é imediatamente posta de parte a hipótese de se tratar de um postverbal; se indiciar que é construído, é necessário recorrer à conciliação de análises que demonstrem que o lexema em causa é, de facto, um postverbal.

A necessidade de recorrer a outros dados concernentes à estrutura morfológica, por exemplo, prende-se com o facto de existirem substantivos cuja acentuação é [-marcada] (Pereira (1996)), mas que são [-construídos]. É o caso de *alimento* ou

---

<sup>60</sup> Para uma abordagem crítica em relação à ordenação por níveis proposta pela fonologia lexical veja-se Spencer (1991: 114-115 e 179-183).

*condimento*. Estes dois lexemas obedecem à regra geral de acentuação do português. Contudo, como observámos no ponto anterior, são palavras que representam a evolução de formas existentes no latim. Perante lexemas que apresentam acento [- marcado]<sup>61</sup>, o critério da posição do acento não se revela eficaz na determinação do carácter construído/não construído do lexema.

Perante pares lexicais cujo membro substantivo apresenta uma acentuação proparoxítone, ou seja [+ marcada], o recurso ao critério posicional do acento lexical pode prestar auxílio na exclusão do substantivo do grupo dos postverbais.

Avaliemos os seguintes exemplos:

- *júbilo/jubilar, rejúbilo/rejubilar, âncora/ancorar, ânimo/animar, desânimo/desanimar, análise/analisar, ódio/odiar, angústia/angustiar, auxílio/auxiliar.*

Estes substantivos fogem à generalidade da acentuação apresentada pelos postverbais que, como a maior parte dos vocábulos do português, são paroxítonos. A acentuação proparoxítone é identificada como historicamente motivada. É que a regra geral da acentuação dita que os substantivos e os adjectivos do português sejam acentuados na última sílaba do radical. Os vocábulos que não ostentam este tipo de acentuação são tidos como de acento [+ marcado] e, no caso dos proparoxítonos, esse carácter está vinculado a motivações históricas.<sup>62</sup>

Os vocábulos que ostentam uma acentuação proparoxítone não serão, assim, formados postverbalmente, já que se assim fosse seguiriam a acentuação indicada na regra geral e que é, aliás, constatada nos postverbais em estudo.<sup>63</sup>

Não nos parece, no entanto, que possamos localizar todos os substantivos anotados em cima no espaço dos lexemas não construídos no português, apenas porque apresentam acentuação proparoxítone. Assim, *rejúbilo* e *desânimo* deverão ser antes formados a partir das formas substantivas não prefixadas que são não construídas no

---

<sup>61</sup> Pereira (1996: 14) define que nos não-verbos nos casos [- marcados] «[...] a última vogal do radical recebe sempre o acento, que não poderá subir além da penúltima sílaba, nos casos marcados, constrói-se um constituinte binário de cabeça à esquerda no limite direito do radical, o que, no caso de ser uma forma com marcador de classe, dará origem a uma proparoxítone.»

<sup>62</sup> Para a regra geral de acentuação vejam-se Pereira (1996), Mateus et alii (1989: 338-343) e Mateus (1996: 195-197). Para a observação dos substantivos e dos adjectivos esdrúxulos veja-se Mateus (1975: 205-207). Na nota 10 desse trabalho, Mateus identifica dois tipos de vocábulos esdrúxulos. Um tipo encerra as palavras primitivas, ou seja [- nativas], como *sátiro* ou *látego*. O outro tipo diz respeito a palavras construídas com um sufixo esdrúxulo (*-íssimo*, *-ético*, *-ático*).

<sup>63</sup> Santiago Lacuesta & Bustos Gisbert (1999: 4516) consideram que não devem ser tomados como postverbais do castelhano os lexemas com acentuação proparoxítone.

português. Porque a operação em causa é a prefixação, a acentuação da base é mantida no novo lexema.

Quanto às formas não construídas no português<sup>64</sup>, como refere Nunes ([1919] 1989: 32-33), «[o acento] impediu que a vogal sobre a qual incidia fosse arrastada pela corrente de transformações que alteraram as outras [...], pelo que, de forma geral, houve tendência para a manutenção do esquema prosódico da palavra primitiva.»<sup>65</sup>

Perante a hipótese de *âncora* ser postverbal, surge, pois, para além de outros critérios, o argumento de que este substantivo apresenta uma acentuação irregular. Se houvesse um postverbal formado a partir do verbo *ancorar*, deveria ter a forma \**âncora*. A acentuação lexical dos postverbais, obedecendo à regra geral de acentuação dos não-verbos, é de tipo paroxítono.

A mesma acentuação deveria ser adoptada por hipotéticos postverbais dos verbos *jubilar*, *rejubilar*, *animar*, *desanimar*, *analisar*, *odiar*, *angustiar* e *auxiliar*:

- \**júbilo*, \**rejúbilo*, \**ânimo*, \**desânimo*, \**análise*, \**odeio*, \**angústia*, \**auxílio*.

Este critério é precioso na presença de substantivos proparoxítonos. Contudo, nem todos os substantivos paroxítonos têm génese nos verbos com que se relacionam lexicalmente. Logo, é necessário recorrer a outras formas de análise capazes de solucionar a questão da direccionalidade.

Os critérios morfofonológicos como monopolizadores dos métodos de análise dos pares em questão tendem a tornar simplista um tema que só receberá cabal tratamento explicativo se for alvo, por um lado, de um estudo semântico que forneça esclarecimentos acerca de pontos em comum mantidos entre verbo e substantivo e, por outro lado, de uma perspectivação diacrónica capaz de destrinçar as formas substantivas realmente originadas do verbo correspondente daquelas que o português herdou, por exemplo, de palavras latinas sufixadas em *-ĪUM* ou *-ĪA*, de formas do supino, ou de participios passados substantivados.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Segundo Corominas & Pascual (1991), *júbilo* tem origem no latim tardio *JŪBĪLUM*, derivado de *JUBILĀRE*; *âncora* em *ANCŌRA*; *ânimo* em *ANĪMUS*; *análise* no grego *ἀνάλυσις* ‘dissolução de um conjunto nas suas partes’, derivado do verbo *ἀναλύειν* ‘desatar’; *auxílio* no latim *AUXILĪUM*; *ódio* em *ODĪUM*; *angústia* em *ANGŪSTĪA*. A penúltima sílaba dos substantivos latinos é breve, pelo que a acentuação recai na sílaba anterior.

<sup>65</sup> Recordamos que, em latim, a palavra polissílaba era acentuada na penúltima sílaba se esta fosse longa. Se esta fosse breve, o acento recuava para a antepenúltima sílaba, independentemente da sua quantidade. Veja-se Niedermann (1991: 13-14).

<sup>66</sup> Estes e outros exemplos serão focados no ponto dedicado aos critérios diacrónicos.

É que os critérios morfofonológicos apontados só poderão ser aplicados aos lexemas que ostentam afixação derivacional e acentuação proparoxítona. Como muitos pares lexicais S/V, como *rato/ratar* e *malha/malhar*, não apresentam essas características morfofonológicas, urge recorrer a critérios sintático-semânticos e diacrónicos que permitam a sua compreensão.

O próximo ponto focará os critérios sintático-semânticos utilizáveis.

## 2.2 Critérios sintático-semânticos

A necessidade de adoptar uma abordagem semântica para o estudo da relação entre derivantes e derivados aparece vincada em Meyer-Lübke (1895: 430) que nota que «L'étude de la formation des mots [...] doit donc, bien plus que la flexion, tenir compte non seulement du côté formel des éléments du mot, mais aussi de leur signification, de leur fonction [...]».

Também Coseriu (1978) refere a importância de uma abordagem semântica relativamente à genolexia. Essa importância é tanto mais devida quanto mais notória é a discrepância entre segmentos morfológicos e traços semânticos.<sup>67</sup> Assim, não é possível a restrição ao estudo do nível formal no campo da formação de palavras, porque um estudo desse tipo estaria sujeito a ocorrências morfológicas que, muitas vezes, não deixam transparecer a carga semântica do lexema ou mesmo a sua génese.

O recurso a critérios sintático-semânticos na dilucidação do estatuto de derivante ou derivado dos substantivos em estudo é ditado pela incapacidade de gerir esta questão unicamente através de dados morfofonológicos. Conforme vimos no ponto anterior, se existem marcas formais capazes de reflectir o tipo de direcionalidade derivacional entre um substantivo e um verbo, outros lexemas mostram-se despojados desse género de marcas. Sendo assim, é necessário adoptar critérios de outra ordem capazes de fazer transparecer traços que, à superfície, não são visíveis.

---

<sup>67</sup> Coseriu (1978: 248) refere que «Un estudio coherente de la formación de palabras realizado estricta y exclusivamente desde el punto de vista de la expresión es, en principio, posible. Sin embargo, desde el punto de vista funcional – y, por tanto, también en lo que respecta a la comprensión y a la descripción adecuada de las lenguas –, tal estudio sería totalmente estéril, puesto que entre los tipos de procedimientos materiales [...] y los tipos funcionales no hay ningún paralelismo: procedimientos materiales distintos pueden corresponder al mismo tipo funcional y viceversa.».

Uma das primeiras caracterizações semânticas devotadas aos postverbiais, que assoma, desde logo, em autores como Diez (1874: 266), Meyer-Lübke (1895: 486 e 491) e Cunha & Cintra (1991: 105), resume-se ao carácter abstracto, denotando uma acção, do substantivo derivado e ao carácter concreto, denotando um objecto ou uma substância, do substantivo derivante.

Se o derivado herda do derivante determinados traços semânticos, um substantivo é deverbal quando ostenta traços semânticos que remontam ao verbo. Como tal, um substantivo deverbal deverá ostentar a significação abstracta de ACÇÃO.

Por sua vez, se um substantivo que se encontra ligado lexicalmente a um verbo não apresenta qualquer significação de acção, o verbo será seu derivado.

Exemplificando, nos pares *ratar/rato* e *malhar/malha*, o substantivo *rato* é classificado como básico, pois não existe nele a acepção de ‘acção de ratar’. Pelo contrário, o lexema *malha* é classificado como derivado do verbo, já que é identificável a significação abstracta de ‘acção de V’.

Este critério baseado na presença da significação abstracta de ‘acção de V’ para a determinação do estatuto deverbal do substantivo levantou críticas várias. Em primeiro lugar, coloca-se em causa em Basílio (1987) e em Lobato (1995) que todos os substantivos deverbiais actualizem a significação de ‘acção de V’, pois alguns exprimem antes processos e não acções. Em segundo lugar, em Basílio (1980) e Basílio & Martins (1996) faz-se notar que alguns substantivos deverbiais denotam simultaneamente um significado abstracto e outro concreto.

A primeira crítica parece ser facilmente contornada se atendermos a um alargamento do sentido de “acção”. A “acção” que caracteriza os produtos deverbiais em *-o*, *-a* e *-e* não se deixa espartilhar por uma acepção que se opõe, por exemplo, a “actividade” ou “estado”, mas antes se estende numa outra sinónima de “interpretação verbal”, independentemente da natureza aspectual interna do verbo com que se relaciona derivacionalmente. A significação de ‘acção de V’ não deve ser, pois, confundida com uma categoria da estrutura eventiva dos lexemas verbais.

Quanto à crítica acerca da ambivalência semântica que dota alguns deverbiais de um sentido abstracto e de um concreto, é necessário frisar que, ao contrário das significações concretas dos substantivos não depredicativos, as dos substantivos deverbiais são o reflexo dessa primeira acepção abstracta de ‘acção de V’. Uma solução deste tipo não parece ser adoptada unanimemente. Por exemplo, Kerleroux (1998 b) opta pela solução de considerar que esses dois sentidos correspondem a unidades

lexicais distintas, pois que estas se definem relativamente à sua forma fonológica, à categoria morfo-sintáctica onde se integram e à sua significação lexical. Porque não há apenas uma significação em alguns substantivos, Kerleroux (1998 b) encara a unidade com significação concreta como derivante do verbo. Por sua vez, este servirá de base à unidade com significação abstracta, ou seja, aquela cujo conteúdo semântico pode ser parafraseado por ACÇÃO.

Todavia, outros autores, nomeadamente Lobato (1995), adoptam um posicionamento englobante dos dois sentidos na mesma unidade lexical. O substantivo é definido como derivado e não como básico desde que, conforme refere Lobato (1995: 213), «[...] tenha *pele menos* uma interpretação verbal, não se eliminando a possibilidade de que tenha interpretação nominal, que pode ocorrer como extensão da interpretação verbal.».

Essas significações dos deverbais situadas na esfera da concreção resultam de topicalizações de determinados constituintes semânticos do verbo básico. Os constituintes semânticos poderão ser originários da estrutura argumental do verbo ou da sua estrutura eventiva.

É a presença do sentido verbal ou de ACÇÃO, actualizado num desenvolvimento actancial inerente a verbos e aos seus derivados<sup>68</sup> ou pulverizado em significações mais concretas, que servirá de argumento fundador dos critérios sintáctico-semânticos para a resolução do problema da direcionalidade.

### 2.2.1 Estrutura argumental

Tal como os verbos, os substantivos que deles derivam também são caracterizados pela «[...] propriedade de [...] exigir, permitir, excluir complementos específicos.»<sup>69</sup>.

Existem, pois, substantivos que podem funcionar como predicadores<sup>70</sup>, já que detêm a capacidade de satelitizar à sua volta argumentos similares àqueles que

---

<sup>68</sup> Em Tarvainen (1987) refere-se que «The valency of the noun is clear in the case of verbal nouns.», visto que «The valency of a verbal noun is based on the verbal meaning of this noun.». Por sua vez, «In most cases, the modifiers of concrete nouns are, however, free adjuncts of a noun [...]» (p.81). Concluindo, «As logical-semantic valency is based on the conceptual meaning of the valency carrier, the grammatical form or category (e.g. word-class in the case of a verb and the corresponding verbal noun) is irrelevant to it: the verb *answer* and the noun *answer* have the same logical-semantic valency [...]» (p.83).

<sup>69</sup> Vilela (1992: 31).

<sup>70</sup> Para o conceito de *predicador* veja-se Peres & Mória (1995: 22): «Toda a predicação tem de conter um elemento que, consoante os casos, exprime a propriedade de uma ou mais entidades ou a relação entre

dependem inerentemente dos verbos dos quais derivam. É essa estrutura argumental de que vêm providos os substantivos deverbais que serve de prova para a sua génese verbal.<sup>71</sup>

Em alguns enunciados, os deverbais emergem como detentores de uma estrutura argumental reflectora daquela que é intrínseca ao lexema verbal de origem. Neste caso, o deverbal surge actualizado com uma significação abstracta próxima da significação de ACCÇÃO do verbo base. Noutros enunciados, o deverbal ostenta uma significação que não reflecte a herança total da significação de ACCÇÃO, mas apenas partes constituintes dessa significação. Nestas situações, como veremos nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, dá-se, no derivado, a topicalização semântica de um dos argumentos do predicador derivante. O deverbal perde, pois, a sua função predicativa.

Em Bordelois (1993: 173-174), a incorporação dos papéis argumentais num dado derivado é imputada, sobretudo, à acção dos sufixos.

Esta característica, situada na esteira da teoria X-barra, mostra que, de acordo com Bordelois (1993: 174), «[...] los sufijos se especializan según los papeles argumentales que admiten o bloquean.».

A possibilidade de serem os sufixos *-a*, *-e* e *-o* a instaurar a incorporação do argumento dado, devido a um eventual monopólio de poderes categoriais por parte dos afixos, é posta de lado. De facto, conforme já referido a propósito dos marcadores de classe, pensamos que essa faculdade é antes da competência do conjunto dos componentes do processo e das imposições da própria regra de formação de palavras em que se insere aquele. Seguimos, pois, Rio-Torto (1993: 196), quando diz que «[...] é da conjugação da base, do afixo e da RFP que se gera o produto final: as propriedades que este apresenta têm, pois, origem conjunta nesses factores de produção.».

Essa incorporação dá-se, pois, de maneira a topicalizar<sup>72</sup>, no derivado, um dos argumentos herdados da estrutura do verbo. É essa topicalização que proporciona a criação de alguns dos semantismos concretos dos deverbais.

---

entidades [...]. A esse elemento, que, identificando a predicação, desempenha nela uma função nuclear, damos o nome de **predicador**», sendo a *predicação* «[...] o que em Lógica em geral se chama uma **proposição** [...]», ou seja, «[...] uma estrutura linguística do plano semântico por meio da qual são veiculadas informações acerca de objectos do real.» (p.20).

<sup>71</sup> Em Lobato (1995: 212) é referido que «[...] dado um regressivo deverbal, sabe-se que se trata de derivado deverbal em virtude de sua interpretação verbal e sua estrutura argumental.» Também Gamarski (1988: 87) defende que um substantivo é deverbal se «[...] apresenta os argumentos fundamentais de sua contraparte verbal.».

Desta forma se construiriam os significados de ‘aquele que V’, através da topicalização do argumento de AGENTE, ‘lugar (por) onde (se) V’, correspondente à focagem do LOCATIVO ou ‘instrumento com que V’, decorrente da ênfase do INSTRUMENTATIVO.

Assim, ainda que alguns postverbais apresentem significações não categorizáveis no domínio do abstracto, essas significações não entram em conflito com a noção de que um deverbais deverá encerrar um semantismo abstracto compatível com a acepção de ACÇÃO enformada pelo verbo. É que essas significações concretas são prolongamentos de certos traços semânticos previstos na estrutura do lexema verbal.

Se compararmos a significação de *rato* (‘pequeno mamífero roedor’) com as de *namoro* (‘acto ou efeito de namorar’, ‘aquele que namora’, ‘aquele que é namorado’), observamos que, se *namoro* sustém, entre outras, uma significação parafraseada por ‘aquele que *namora*’, *rato* não apresenta como traço semântico fulcral ‘aquele que *rata*’. É certo que um rato tem como actividade a acção de ratar, mas é o verbo *ratar* que está dependente semanticamente de *rato* e não o oposto. *Rato* não pode ser definido como um agentivo.

Resumindo, o estatuto de deverbais de um substantivo pode ser avaliado pela permanência, neste, da capacidade de predicação inerente aos verbos. A estrutura argumental do verbo derivante pode reflectir-se de dois modos no deverbais. Dum modo, o substantivo actualiza a capacidade de subcategorização e mantém uma significação bastante próxima da do verbo, ou seja a de ‘acção de V’. Do outro modo, a estrutura argumental do verbo não é posta em prática pelo seu derivado, mas este ostenta uma significação concreta que é o resultado da topicalização de um papel temático activado pelo verbo.

No entanto, existem significações nos postverbais que não coincidem com nenhum papel temático da estrutura argumental do derivante. São elas as significações de ‘resultado de V’ e ‘produto da acção de V’. O próximo ponto será dedicado aos traços semânticos verbais que estão na origem destes semantismos.

---

<sup>72</sup>Para o papel da topicalização como alicerce do semantismo dos deverbais vejam-se Lüdtke (1976) e Beniers (1991).

## 2.2.2 Estrutura aspectual interna

O modo como o verbo enforma a ACÇÃO que descreve revela-se influenciador de alguns semantismos do deverbal. A presença, no substantivo, de determinados semantismos relacionados com a ACÇÃO, tais como ‘resultado de V’ e ‘produto da acção de V’ são indício de que o substantivo provém de um verbo.

Para além da estrutura argumental, de acordo com Grimshaw (1990: 26), «[...] each verb has associated with it an event structure, which when combined with elements in the clause, provides an event structure for an entire sentence.».

Gross & Kiefer (1995) também fazem referência à estrutura eventiva dos substantivos deverbais que poderá ser comprovada através da possibilidade gramatical de ocorrência de verbos aspectuais com esses substantivos.

Vimos que a estrutura argumental do verbo pode ser transferida cabalmente para o seu derivado, se este actuar sob o semantismo de ‘acção de V’, ou de forma parcial, se o substantivo mostrar significações concretas reflectoras de papéis temáticos dessa estrutura argumental.

No que toca à estrutura aspectual interna, que, seguindo Grimshaw (1990: 26), «[...] breaks down events into aspectual subparts», ela também parece ser tomada total e/ou parcialmente pelo derivado. Assim, se um verbo denota uma acção como télica e pontual, ou seja como um *achievement*, o substantivo, enquanto encerra a significação abstracta de ‘acção de V’, também mostrará essa mesma estrutura eventiva.

Por outro lado, a estrutura eventiva do verbo reflecte-se no semantismo do derivado de forma parcial<sup>73</sup>, quando se encontram no derivado semantismos que funcionam como projecções de traços aspectuais do verbo. Em *adorno*, por exemplo, constata-se uma significação de ‘resultado de V’<sup>74</sup>, ou seja, de indicação do momento em que o evento é tido como finalizado. Essa significação só é possível porque o verbo *adornar* contém uma estrutura eventiva de *accomplishment* que implica uma perspectivação télica do evento.

---

<sup>73</sup> Quando dizemos que as estruturas argumental e eventiva se reflectem no derivado de forma parcial, queremos significar que não há, em alguns dos semantismos do deverbal, um total aproveitamento dessas estruturas, visto que só partes delas é que são projectadas no derivado. Para esta afirmação, apoiamo-nos em Temple (1996: 122), que mostra que em determinados casos há uma selecção dos traços semânticos da base para a construção do semantismo do derivado.

<sup>74</sup> Esta significação do postverbal está actualizada na frase *Vi o adorno total da sala*. Cf. Cap. 4, § 2.

Em *remendo*, verifica-se o semantismo de ‘produto da acção de V’<sup>75</sup>, pois sendo derivado de um verbo de *accomplishment*, isto é, de um verbo que implica a concreção de algo como momento final do evento, herda traços da estrutura eventiva verbal que permitem a construção da ideia de ‘objecto efectuado pela acção x’.

A estrutura eventiva do verbo, porque seleccionada para a construção de alguns semantismos dos postverbiais, é também um instrumento de análise a usar na determinação da direcionalidade entre os membros de um par S/V.

Os critérios sintáctico-semânticos apontados revelam-se preciosos na compreensão do estatuto de derivado ou derivante de um substantivo. Como já observámos, a herança semântica que o substantivo mantém do verbo indicia a sua construção deverbal. Contudo, estes critérios não deverão ser tidos como absolutos sob pena de se contradizer a realidade histórica de uma determinada palavra. É que um dado par lexical pode ser encarado como derivacional quando observado à luz dos critérios semântico-sintácticos e mesmo morfofonológicos numa esteira puramente sincrónica. É este aspecto que iremos observar em 2.3.

### 2.3 Critério diacrónico

Em 2.2 deixámos explícito que a existência de substantivos com estruturas argumental e eventiva se deve ao carácter de deverbiais desses substantivos. De uma forma mais lata, poderá, então, estipular-se que os substantivos com esse tipo de estruturas próprias de verbos são lexemas construídos (Cf. Tarvainen (1987: 81)).

Um princípio deste tipo leva a catalogar como construídos substantivos como *análise* e *júbilo*, o que é contrariado pela aplicação do critério da acentuação. A acentuação esdrúxula destes dois substantivos vem classificá-los como não construídos no português, enquanto as estruturas argumental e eventiva que detêm conduzem a considerá-los [+ construídos].

Em relação à estrutura eventiva, Gross & Kiefer (1995) mostram que esta não é apenas própria de substantivos deverbiais, mas também de substantivos não construídos.

---

<sup>75</sup> Esta significação do postverbal está actualizada na frase *O remendo das calças é azul*. Cf. Cap. 4, § 2.

Estes substantivos não construídos poderão admitir uma estrutura eventiva através de uma extensão metonímica que transfere o carácter eventivo de um lexema para outro que lhe está associado contextualmente. É este o caso de:

*A projecção do filme durou duas horas.*

que pode converter-se em

*O filme durou duas horas.*

O carácter eventivo de *filme* não lhe é intrínseco, pois provém de uma transferência semântica do lexema elidido *projecção*.

Outros substantivos há que apresentam estrutura eventiva, sendo não construídos. São eles *guerra*, *epidemia*, *campanha*, etc.. Nestes casos, de acordo com Gross & Kiefer (1995), o carácter eventivo está presente nos traços semânticos dos lexemas.<sup>76</sup>

Em relação à estrutura argumental, parece não ser possível preconizá-la com outra origem a não ser a herança depredicativa. Mas como pode explicar-se que substantivos como *júbilo* e *análise*, cuja acentuação está de acordo com o seu carácter [-construído], porque historicamente motivada, detêm estrutura argumental se não são lexemas construídos, em português, com base nos verbos com que se relacionam lexicalmente?

Surgem duas hipóteses explicativas para essa questão:

a) a estrutura argumental de vocábulos como *júbilo* e *análise* advém do membro verbal que forma com o substantivo um par lexical. Essa influência não é derivacional, mas simplesmente paradigmática. Ou seja, pelo facto de se relacionarem lexicalmente *júbilo* com *jubilar* e *análise* com *analisar*, ao substantivo passam a ser conferidas características do verbo.

b) a estrutura argumental de *júbilo* e *análise* é-lhes intrínseca e advém-lhes do seu carácter de deverbais nas línguas em que foram construídos.

---

<sup>76</sup> Gross & Kiefer (1995: 51) resumem os tipos de substantivos detentores de estrutura eventiva da seguinte forma: «[...] les substantifs d'événement sont soit des substantifs déverbaux et dans ce cas-là ils héritent non seulement de la structure argumentale mais aussi de la structure événementielle et de la catégorie aspectuelle du verbe de base, soit des substantifs non dérivés et dans ce cas-là ils reçoivent leur interprétation événementielle par un décalage conceptuel (une extension métonymique) ou par un trait lexical. Les substantifs d'événement obtenus par un décalage conceptuel n'ont pas de structure argumentale; d'autre part, ils ont la structure aspectuelle d'une activité introduite par le décalage conceptuel même. Les substantifs d'événement simples contiennent le trait 'événement' dans leur caractérisation lexicale.»

A hipótese a) poderá ser tentadora sob um ponto de vista sincrónico, já que permite explicar a existência de características verbais em substantivos não construídos numa determinada língua. No entanto, ela não explica por que razão existem outros pares lexicais S/V, em que S não apresenta estrutura argumental, apesar de partilhar com o verbo o mesmo espaço lexical. É o caso de *rato/ratar*.

É precisamente devido a esta lacuna que Lieber (1981) estipula a necessidade de os membros destes pares lexicais estarem relacionados através de regras de direcionalidade semântica. A direcionalidade semântica permite ver qual dos dois membros vai adoptar traços do outro e impede, assim, a eventualidade de *rato* ser encarado como anómalo porque desprovido de estrutura argumental.

Contudo, a existência de uma direcionalidade está dependente de uma dimensão temporal. Essa dimensão temporal acarreta uma abordagem também diacrónica da formação de palavras. A ausência de uma perspectiva histórica conduz à miscigenação dos traços [+ construído] e [- construído] para o mesmo lexema, de acordo com a observação da sua face sintáctico-semântica, por um lado, e supra-segmental, por outro.

Note-se que, numa estrutura em que se opera apenas sincronicamente e em que é necessário mostrar para cada item lexical as regras fonológicas actantes, será necessário marcar como excepção o vocábulo que apresente uma disparidade de acentuação relativamente aos parâmetros da regra geral por ser motivado historicamente (Mateus et alii (1989: 341)). Logo, havendo essa marca de excepção no lexema, parece tornar-se contraditório imputar-lhe sincronicamente uma característica semântica própria de operações de nominalização, independentemente de essa nominalização ser objecto de uma perspectiva transformacionista ou lexicalista.

É necessário partir da informação segundo a qual *júbilo* e *análise*, por exemplo, não são construídos em português com base nas suas características supra-segmentais. A partir daí deverá tentar perceber-se, através de critérios diacrónicos, o porquê das suas características sintáctico-semânticas que, em princípio, deverão ser também historicamente motivadas.

Se, numa determinada língua, os produtos de predicativos apresentam poder de predicação, os vocábulos não construídos no português que também detêm essa capacidade deverão ter na sua génese, no sistema em que tiveram origem, um predador.

A crer em Corominas & Pascual (1991), *júbilo* representa a evolução directa do latim tardio JŪBĪLUM que é deverbal de JUBILĀRE. Por sua vez, *análise* provém do grego ἀνάλυσις, derivado do verbo ἀναλύειν.

Não será, pois, casual a existência de estrutura argumental na forma destes vocábulos na língua de chegada, quando eles apresentam uma génese deverbal nas suas línguas de origem. As formas *júbilo* e *análise* correspondem a formas provenientes do latim e do grego, pois pode observar-se que:

a) o significante foi basicamente mantido, ainda que houvesse a filtragem fonético-fonológica necessária à adaptação ao sistema do português;

b) a categoria morfo-sintáctica foi mantida;

c) os traços semântico-lexicais foram basicamente mantidos (Cf. Corominas & Pascual (1991)).

Parece, pois, adequado que se acrescente uma próxima alínea onde se mostre que é plausível que

d) os traços semântico-sintácticos tenham sido preservados no percurso de uma unidade lexical de uma língua de origem para uma língua de chegada.

Assim, se há um *continuum* entre a configuração de uma unidade lexical na sua língua de origem e a sua configuração em qualquer língua de chegada, não parece haver razões para se considerar que houve uma interrupção da capacidade de predicação de um lexema no ponto de passagem de uma língua para a outra que iria ser reestruturada por um qualquer mecanismo obducto na língua herdeira.

Em *júbilo* e *análise* o recurso a abordagens diacrónicas não anulou a constatação da estrutura argumental. Os critérios morfofonológicos tinham já dissolvido a hipótese de estes lexemas serem considerados construídos em português.

Contudo, existem pares lexicais em que a aplicação de critérios morfofonológicos não é possível, pois não há presença de marcas desse teor com que se possa operar. Nesses pares, o substantivo é, de acordo com a aplicação dos critérios sintáctico-semânticos, deverbal. Alguns dos substantivos desses pares são de facto deverbais, mas não construídos no português, o que mostra os cuidados a ter com a aplicação de critérios sintáctico-semânticos. Estes só mostram validade suficiente quando previamente filtrados por uma abordagem diacrónica.

Observemos os seguintes lexemas:

- *luta/lutar, venda/vender, fuga/fugir, falta/faltar.*

Nenhuma marca morfofonológica ressalta de nenhum par para que se possa decidir, por critérios desse teor, o tipo de relação entre S e V. Mas todos os substantivos apresentam estrutura argumental e eventiva, como pode observar-se nas frases seguintes:

- *A luta dos timorenses pela liberdade começou há muitos anos.*
- *A venda de armas à Indonésia continua a dificultar o processo de democratização.*
- *A fuga dos refugiados para as montanhas começou após o referendo.*
- *A falta de alimentos continua a piorar a situação dos timorenses.*

Uma análise da história dos substantivos em causa mostra, no entanto, que todos eles são não-construídos em português. A abordagem diacrónica justifica-se pela necessidade de separar dos substantivos realmente postverbais, construídos em português, aqueles lexemas cuja origem está radicada numa língua de partida, como é o latim.

Com base em dados colhidos em autores como Meyer-Lübke (1895), Merk (1970), Malkiel (1993) e Pena (1980), tentaremos construir uma síntese das várias origens possíveis dos lexemas apenas aparentemente postverbais do português. Como síntese que pretende ser, o conjunto de dados fornecidos não será movido pela tentativa de mostrar exaustivamente a história de cada lexema, nem sequer pela pretensão de desejar delinear todas as hipóteses de génese das palavras em causa, mas tão somente pela necessidade de apontar as principais fontes de formas que, maioritariamente, se vêm integradas em quadros descritivos que infirmam, porque a ignoram, a realidade histórica.

Assim, a leitura dos autores acima mencionados fez-nos compreender que é necessário distinguir os substantivos formados em português pela junção dos sufixos *-a*, *-e* e *-o* ao radical do verbo daqueles cuja formação é extrínseca ao português e que provêm de outras formas. Essas formas serão:

- postverbais latinos como LUCTA e FÜGA<sup>77</sup>;

---

<sup>77</sup> Merk (1970: 167-168) refere o escasso número de postverbais em latim. Do latim clássico aponta FÜGA, PUGNA, SECTA. Para o latim tardio, aponta DESTINA, FALLA, LUCTA, PROBA, ROGA, COMPÛTUS e ROGUS. No entanto, considera como primitivos directos das formas romances apenas LUCTA e FÜGA, pelo que «Il semble donc qu'il n'y ait pas eu de véritable continuité entre la formation déverbale latine et les déverbaux romans.» (p. 168).

- substantivos latinos que irão dar origem a um verbo em -ĀRE<sup>78</sup>:

SONUS [] SONĀRE

PLANTA [] PLANTĀRE

SĔRRA [] SERRĀRE<sup>79</sup>;

- substantivos latinos oriundos do supino que irá, por sua vez, dar origem a verbos frequentativos. Quando os verbos primitivos caem em desuso, os substantivos formados a partir do supino do verbo simples são associados aos verbos frequentativos que também provieram do supino do verbo simples<sup>80</sup>:

CANTUS ← CANTUM (supino de CANĒRE) → CANTĀRE

CUBĪTUS ← CUBĪTUM (supino de CUBĀRE) → CUBITĀRE

CURSUS ← CURSUM (supino de CURRĒRE) → CURSĀRE

- substantivos latinos formados a partir da adjunção dos sufixos latinos -ĪUM e -ĪA a formas do radical verbal do sistema do *infectum*:

AUSPICĀRE → AUSPICĪUM

DĪVORTĒRE → DĪVORTĪUM

STUDĒRE → STUDĪUM

GAUDĒRE → GAUDĪUM

TAEDĒRE → TAEDĪUM

ŌDISSE → ODĪUM<sup>81</sup>;

- substantivos latinos formados a partir de adjetivo ou de particípio passado a que se juntam os sufixos -ĪUM e -ĪA. O novo substantivo dá origem a um verbo:

ANGŪSTUS → ANGŪSTĪA → ANGSTIĀRE<sup>82</sup>;

- substantivos latinos formados a partir do particípio passado a que se juntam os sufixos -ĪUM e -ĪA. O novo substantivo dá origem a um verbo:

<sup>78</sup> Apesar de a forma citacional dos verbos latinos ser a primeira pessoa do singular do presente do indicativo, apresentamos o infinitivo para seguirmos as esquematizações delineadas pelos autores citados.

<sup>79</sup> Hipótese e exemplos apresentados por Meyer-Lübke (1895: 485-486) e comentados por Merk (1970: 168-169) e Pena (1980: 192-194).

<sup>80</sup> Hipótese e exemplos apresentados por Meyer-Lübke (1895: 485-486) e comentados por Merk (1970: 168-169) e Pena (1980: 192-195).

<sup>81</sup> Hipótese e exemplos apresentados por Merk (1970: 168-175) e comentados por Pena (1980: 192-195).

<sup>82</sup> Hipótese e exemplos apresentados por Merk (1970: 168-175) e comentados por Pena (1980: 192-195).

INĪTUS → INITĪUM → INITIĀRE<sup>83</sup>;

- substantivação de participios passados latinos com género feminino:

\*FALLĪTA → *falta*

\*FINDĪTA → *fenda*

\*PERDĪTA → *perda*

\*VENDĪTA → *venda*<sup>84</sup>;

- galicismos (*golpe, deleite, esmalte*)<sup>85</sup>;

- arabismos (*achaque, açoite*)<sup>86</sup>.

Perante estes dados, o estudo dos postverbais deverá conduzir-se por uma visão suficientemente abrangente que possa conciliar (i) uma abordagem sistemática e sincrónica dos produtos com (ii) uma perspectivação histórica, capaz de destrinçar os lexemas construídos em português dos não construídos.

A existência de pares S/V paradigmaticamente relacionados pode conduzir a que se considerem os substantivos como postverbais. Esta possibilidade é acentuada pela presença de estruturas de predicação no substantivo. Uma análise diacrónica poderá prestar esclarecimento acerca da história de cada substantivo, a fim de se operar uma percepção do seu carácter construído/não construído.

Os pares S/V no léxico do português podem ser:

a) membros de uma relação derivacional, sendo o substantivo derivado do verbo:

*remendar* → *remendo*

b) membros de uma relação derivacional, sendo o verbo derivado do substantivo:

*azeite* → *azeitar*

---

<sup>83</sup> Hipótese e exemplos apresentados por Merk (1970: 179) e comentados por Pena (1980: 192-195).

<sup>84</sup> Hipótese e exemplos apresentados por Merk (1970: 182-188) e comentados por Pena (1980: 192-195).

<sup>85</sup> A hipótese de as formas em *-e* provirem de galicismos remonta a Meyer-Lübke (1895: 490), donde de retira o exemplo de *golpe*. O exemplo de *deleite* foi colhido em Malkiel (1993: 108) e o de *esmalte* em Pena (1980: 199).

<sup>86</sup> O exemplo de *achaque* foi retirado de Malkiel (1993: 108) e o de *açoite* de Pena (1980: 199).

c) membros de uma relação meramente lexical, não derivacional:

(i) S e V do português representam a evolução directa de pares S/V derivacionais do latim, em que S é postverbal:

LUCTĀRE → LUCTA  
↓            ↓  
*lutar*        *luta*

(ii) S e V do português representam a evolução directa de pares S/V derivacionais do latim, em que V é denominal:

SĒRRA → SERRĀRE  
↓            ↓  
*serra*        *serrar*

(iii) S e V representam a evolução directa de S e V latinos sem relação derivacional, mas com relação lexical devida à partilha da mesma base verbal:

CANTUS ← CANTUM → CANTĀRE  
↓                            ↓  
*canto*                        *cantar*

(iv) S e V representam a evolução directa de pares derivacionais S/V do latim, em que S é predicativo construído com os sufixos -ĪA e -ĪUM e pode dar origem a um verbo:

ANGŪSTUS → ANGŪSTĪA → ANGUSTIĀRE  
                                 ↓                            ↓  
                                 *angústia*                        *angustiar*

(v) S e V representam a evolução directa de pares flexionais de um verbo latino, em que uma forma feminina do particípio passado sofre substantivação:

PERDĒRE / PERDĪTA  
↓            ↓  
*perder*        *perda*

(vi) S e V representam empréstimos de pares derivacionais S/V de outras línguas:<sup>87</sup>

(ár.) *šakâ* → *šáká*  
↓            ↓

<sup>87</sup> Corominas & Pascual (1991) dão essa explicação para *achaque* e *achacar*.

*achacar* *achaque*

(vii) S representa empréstimo de S de outra língua e V é construído denominalmente na língua de chegada:<sup>88</sup>

(fr.) \**smalt*  
↓  
*esmalte* → *esmaltar*

Os dados obtidos diacronicamente permitem compreender que existem no léxico de uma língua pares lexicais que não são pares derivacionais. Embora a sua semelhança morfológica e semântica conduza a que se tenda a ver pares como *canto* e *cantar* como derivacionais, até porque funcionam de modo paralelo a verdadeiros pares derivacionais como *abono/abonar*, a história dessas palavras revela que muitas delas nem na sua língua de origem são postverbais, ainda que tenham uma base depredicativa verbal ou adjectival.

Os lexemas construídos em *-ĪA* e *-ĪUM*, no latim, não fornecem grandes dúvidas relativamente ao seu carácter não-construído em português. A prová-lo está a acentuação esdrúxula proveniente do facto de a primeira sílaba desses sufixos ser breve, em latim.

Os substantivos que apresentam maior controvérsia, conforme pudemos constatar através da confrontação entre as várias fontes bibliográficas de visão diacrónica, são aqueles que são apontados como empréstimos de línguas que não o latim. Se é relativamente fácil apontar a etimologia de uma palavra, por vezes não é simples estabelecer qual a língua que lhe serviu de meio transmissor. Por exemplo, Corominas & Pascual (1991) apontam que *albergue* remonta ao gót. \**haribairgo*, mas acrescentam que chegou ao castelhano via catalão ou occitânico.

## 2.4 Comentários finais

A observação dos critérios focados mostra que é necessário conciliar os diferentes níveis de análise não diacrónica (morfofonológicos, sintáctico-semânticos) com uma perspetivação diacrónica capaz de despistar eventuais substantivos que uma abordagem puramente sincrónica aceitaria como constructos postverbais.

---

<sup>88</sup> Corominas & Pascual (1991) dão essa explicação para *esmalte* e *esmaltar*.

Depois de aplicados os critérios morfofonológicos, nomeadamente o da acentuação e o da presença de afixos verbais no substantivo, consegue obter-se uma boa filtragem dos substantivos. Contudo, há alguns que não apresentam dimensões onde se possam aplicar esses critérios, pois seguem uma acentuação paroxítone e não ostentam marcas afixais actuantes em verbos. O recurso aos critérios sintáctico-semânticos, na sua dimensão argumental e eventiva, pode ainda operar uma filtragem nos substantivos. Contudo, como existem substantivos não construídos em português que exibem estruturas eventiva e argumental, devido à sua génese depredicativa na língua de origem, é necessário recorrer a informações diacrónicas que dilucidem a sua história.

O recurso aos dados diacrónicos não deve ser tomado como critério único na filtragem dos substantivos. Se assim fosse, não seria necessário utilizar os outros critérios. Em primeiro lugar, há que ter em conta as próprias limitações de uma abordagem puramente diacrónica, causadas pela finitude de documentos escritos. Em segundo lugar, só uma abordagem onde convirja o maior número possível de dados atinentes ao objecto poderá proporcionar uma compreensão mais cabal desse mesmo objecto. Os vários critérios devem, pois, actuar em interacção e não em dissociação.

### 3. Conclusão

Neste capítulo procurámos demonstrar que dentro da operação a que tradicionalmente se chama “derivação regressiva” se incluem produtos demasiado díspares para que se possa continuar a compreendê-los sob o mesmo tipo de génese. Se existem vocábulos resultantes de uma operação subtractiva, quer de segmentos identificáveis com morfemas (*agiota[gem]*), quer de outros que não aparentam configuração morfemática (*prof[essor]*), outros há que à luz de uma reobservação das suas características genolexicais dificilmente poderão continuar a ser tidos como regressivos.

A avaliação da possível regressividade dos postverbais conduziu-nos à análise da hipótese de alguns substantivos com estruturas formais e semânticas próprias dos postverbais provirem do truncamento de segmentos afixais de substantivos deverbais em *-mento* ou *-ção*, por exemplo. Esta hipótese levou-nos à abordagem do fenómeno da apócope e da sua potencial aplicação à génese de alguns desses substantivos.

No entanto, a explicação da apócope para a génese destes substantivos equivaleria a uma difícil sistematização dos produtos da apócope e dos produtos deverbais. É que entre os hipotéticos produtos da apócope e os postverbais há uma simetria nas estruturas morfológicas, sintáctico-semânticas e semânticas que dificilmente permitiria operar uma fronteira entre duas eventuais classes, devido à débil força probante da existência de uma classe de objectos, estruturalmente iguais aos postverbais, eventualmente originados pela apócope. Para além deste desdobramento dos produtos lexicais em duas séries genolexicais, que tornaria o sistema menos económico, há ainda a acrescentar outros factores que dotam a explicação da apócope de um carácter inverosímil.

De facto, existem postverbais que não apresentam correspondência com outros substantivos mais longos de que fossem a forma apocopada. Um outro argumento contra a hipótese da apócope baseia-se na constatação de que os semantismos do produto postverbal encontram raiz em traços semânticos do verbo base. Para além disso, a diferença de géneros entre postverbais e os seus correspondentes mais longos parece contribuir para o afastamento da hipótese da apócope, já que esta operação é descrita como não alteradora dos traços morfo-sintácticos da base sobre que opera. Por último, considerar a apócope como promotora da formação destes produtos equivaleria a processar anacronicamente a relação entre a produtividade da apócope, que no português europeu parece ser mais recente, e a dos postverbais, que se mostram desde fases pretéritas da língua.

Afastada a hipótese de alguns postverbais serem, antes, denominais, procedeu-se à reavaliação do seu carácter regressivo deverbal. Através da constatação de que este carácter assenta, sobretudo, em análises baseadas sobre a aparência formal dos vocábulos, concluímos que os postverbais não são integráveis em operações regressivas, ou seja, subtractivas, pois que a base verbal de que emergem não é o infinitivo do verbo. Este, mera designação para um paradigma de um determinado verbo, não deve ser confundido com o lexema verbal. O abandono da forma do infinitivo como base de derivação levou-nos à redelimitação desta. A observação dos postverbais e a avaliação de diversas propostas de autores indiciam que a base de formação dos postverbais é o radical do verbo.

Os postverbais não são, pois, regressivos, porque a sua base não é o infinitivo, mas o radical do verbo a que se agregam os marcadores de classe *-a*, *-e* e *-o*. Não foi, todavia, determinado o processo responsável pela transcategorização operada entre V e

S, devido às limitações dos argumentos que sustentam que essa mudança categorial se deve à conversão do radical verbal em radical nominal e daqueles que são usados para demonstrar que o marcador de classe é detentor de poderes heterocategoriais.

Devido à existência de pares lexicais S/V com estruturas formais paralelas, mas com relações derivacionais diferentes, foi necessário mostrar e ajuizar sobre os diferentes critérios que poderão ser utilizados no reconhecimento de postverbais. Começamos por observar os critérios morfofonológicos, onde se revelaram importantes os critérios prosódicos, que se regem pela posição do acento do substantivo, e os critérios morfológicos, que se conduzem pela presença de afixos operadores da construção de verbos nos substantivos. Assim, um acento proparoxítono afasta, desde logo, a hipótese de o substantivo em jogo ser postverbal, já que uma acentuação deste tipo é motivada historicamente, revelando que o lexema não é construído em português. Por sua vez, a presença de operadores afixais verbais em substantivos indicia que estes têm uma origem deverbal, assim como a presença de operadores afixais próprios de substantivos em verbos aponta para a origem denominal dos segundos.

Os critérios sintáctico-semânticos revelam-se preciosos no estabelecimento da direccionalidade entre S e V, muito particularmente quando estes não ostentam marcas formais passíveis de ser analisadas à luz dos critérios morfofonológicos apontados. A herança das estruturas eventiva e argumental, quer ostentadas de modo total, quer de modo parcial pelos substantivos, é um bom indicador da sua origem deverbal. Contudo, a aplicação destes critérios sob a regência de um método rigorosamente sincrónico pode conduzir ao erro de se julgar construído no português um lexema herdado do latim ou emprestado de uma outra língua. É que as estruturas argumental e eventiva de substantivos não construídos em português justificam-se pela continuidade dos traços dos lexemas da língua de origem para a língua receptora.

A existência de substantivos com estruturas eventiva e argumental não construídos em português obriga a uma relativização do critério semântico-sintáctico. Se este é um bom indício do carácter de predicativo dos lexemas, não fornece, no entanto, informações acerca do seu estágio de construção. Ou seja, não fragmenta, antes homogeneiza, os grupos dos substantivos construídos em português dos não construídos.

Esta limitação só poderá ser colmatada se se recorrer a informação de ordem diacrónica. Esta permite, através da história de cada palavra, averiguar que substantivos classificáveis como postverbais do português à luz de uma descrição apenas sincrónica

representam, antes, a continuidade de formas de outras línguas. O seu carácter depredicativo não é posto em causa, pois ele enraíza-se na língua de origem. Contudo, esses lexemas não podem ser inseridos no grupo dos postverbais do português, sob pena de se contradizer a realidade histórica.

No entanto, o critério diacrónico não deve ser tomado como o principal fundamentador da delimitação dos postverbais. Para que esta delimitação se possa operar, é necessário compreender as características morfofonológicas, semânticas e sintáctico-semânticas dos postverbais. Uma abordagem diacrónica pode fornecer indícios acerca das coordenadas temporais e espaciais – o espaço que é a língua – que envolvem a génese dos lexemas. Todavia, ela não apresenta uma construção sistémica dos traços do lexema. Em suma, a abordagem diacrónica não é em si mesma definitiva do postverbal.

Daí a necessidade de tecer uma visão do objecto com vários planos, para que o produto possa ser compreendido na sua totalidade e não apenas num só nível de funcionamento. Uma visão multidimensional implica, assim, o estudo das estruturas do produto e das do derivante.

## CAPÍTULO 2. ESTRUTURA DAS BASES

### 0. Introdução

O presente capítulo visa a descrição das bases que dão origem aos postverbais em *-a*, *-e* e *-o* e do modo como se procedeu a essa descrição.

A observação das bases incidirá na sua estrutura morfológica, no intuito de compreender se este processo de formação de palavras é actualizado sobre vocábulos simples e/ou compósitos. Quando estamos perante bases compósitas, é necessário descrever os seus componentes morfológicos, para compreender se os postverbais são formados com base em verbos com estruturas morfológicas determinadas ou se não existem constrangimentos morfológicos à derivação destes produtos. A estrutura morfológica poderá ter ainda um papel importante no esclarecimento do carácter de derivado ou derivante do verbo e do substantivo dele correlato. A presença de componentes afixais verbalizadores nos substantivos indiciam que esses substantivos são deverbais, enquanto a presença de componentes afixais construtores de substantivos nos verbos apontam para o estatuto de derivante do substantivo.

Como auxílio da descrição morfológica das bases recorreu-se a obras de pendor historicista como Diez (1874), Meyer-Lübke (1895), Nunes ([1919] 1989), Said Ali (1964), Alvar & Pottier (1993) Corominas & Pascual (1991) e Machado (1977).

Para observarmos, no capítulo 3, o comportamento sintáctico-semântico e semântico dos postverbais, procede-se agora à observação da suas bases, de modo a possibilitar, por um lado, a comparação entre os comportamentos argumentais de derivantes e derivados e, por outro, a delimitação dos traços semânticos herdados pelo produto. Neste capítulo, fazemos referência aos instrumentos teóricos de que nos servimos para descrever os derivantes. Esses instrumentos foram escolhidos de acordo

com a capacidade que mostraram em operar descrições adequadas quer das bases quer dos produtos.

Devido ao facto de as bases dos produtos em causa serem predicados, proceder-se-á à análise do modo como cada uma delas exerce a função de predicação. Para tal, procurar-se-á, por um lado, caracterizar os derivantes segundo o seu funcionamento sintáctico. Neste domínio, indicar-se-á o número de lugares abertos que resultam da capacidade predicativa do verbo e a forma sintáctica como a relação entre predicador e argumentos é materializada. Por outro lado, atender-se-á à dimensão semântica dos vocábulos derivantes, olhando quer aos papéis temáticos que deverão preencher os lugares convocados pelo verbo, quer à estrutura aspectual interna encerrada no mesmo.

Devido à constatação de que muitos verbos manifestam variantes no esquema predicativo, tentaremos descrever essas variações, ainda que não exaustivamente, para perceber qual ou quais a(s) estrutura(s) herdada(s) pelo produto derivado. Os argumentos anotados para o esquema de predicação de cada verbo são, geralmente, nucleares<sup>89</sup>. Serão anotados eventuais apagamentos sintácticos de argumentos ou a inexistência de materialização sintáctica dos mesmos, devido a ocorrências incorporadas ou internas. Por vezes, anotar-se-ão também argumentos opcionais por demonstrarem um papel importante no resultado semântico do produto derivado.

Para a caracterização sintáctica e semântica dos verbos, recorreu-se aos dados sistematizados em Borba (1990) e em Busse (1994), assim como às informações apresentadas no *Dicionário da língua portuguesa*. Estas obras funcionaram como fonte de recolha dos vários co-textos em que os verbos derivantes dos postverbais podem funcionar. Contudo, não se seguiram os critérios de classificação praticados nessas obras por razões de opção teórica que explicaremos à medida que formos tratando dos diferentes traços de caracterização dos predicadores verbais.

Em Borba (1990), a classificação da estrutura eventiva utilizada tem por base a distinção acção/actividade/processo/estado. Esta classificação não permite a destrição de alguns traços aspectuais, relacionados com intervalos de tempo, que é permitida na classificação apontada em Ramchand (1997) por nós usada. A inclusão de traços nas classes eventivas que possam caracterizar a modelação dos intervalos temporais é aqui necessária devido à dependência existente entre esses traços no verbo e as possíveis significações desenvolvidas no derivado.

---

<sup>89</sup> O argumento nuclear é aquele que é exigido obrigatoriamente pelo seu predicador (Mateus et alii (1989: 41).

Em Busse (1994), a classificação sintáctica baseia-se em designações que partem de categorias morfo-sintácticas como, por exemplo, “complemento nominal”. A desvantagem desta classificação reside no facto de se usar esta designação tanto para a função tradicional de sujeito como para a de complemento directo, o que pode induzir a erros de leitura. Optámos, pois, por usar uma classificação que relacione **uma** designação com **uma** função sintáctica. De outra forma, seríamos obrigados a usar paralelamente designações que permitissem esclarecer qual dos complementos nominais estava em jogo.

A descrição dos vários traços da estrutura argumental das bases tem como objectivo último a comparação com a forma como o vocábulo derivado vai manter ou alterar essas características sintáctico-semânticas, quer num eventual funcionamento predicativo, quer nas próprias significações manifestadas do produto lexical.

## 1. Estrutura morfológica

Para a análise morfológica de um lexema é necessário recorrer à conciliação entre uma abordagem sincrónica e uma abordagem diacrónica para que se possam discernir vocábulos construídos no português, logo constituídos por morfemas agenciadores desse produto lexical, daqueles que, em aparência, poderiam ser analisados como compósitos, mas que, por não terem génese na mesma língua, o não são verdadeiramente.

É muitas vezes o recurso às informações de teor diacrónico que permite fazer a distinção entre as palavras geradas na língua em análise daquelas que, ainda que apresentando uma estrutura complexa, não são construídas. É que uma palavra pode ostentar uma estrutura morfemática não coincidente com a sua estrutura morfológica<sup>90</sup>, pois, citando Rio-Torto (1998: 19), «[...] não há necessariamente coincidência entre o estatuto actual e o estatuto pretérito de um constituinte [...]».

Assim, para a identificação dos produtos lexicais do português foram considerados os imperativos indicados em Rio-Torto (1993: 213) que se definem pela conformidade entre a estrutura composicional do vocábulo em jogo e a do padrão

---

<sup>90</sup> Para a distinção entre estrutura morfemática e estrutura morfológica veja-se Villalva (1994: 88-110).

derivacional em que aquela se integra e pela necessidade de a base e o afixo em causa serem pertença do português<sup>91</sup>.

A classificação das bases aqui apresentada tem, pois, por fundamento a conciliação entre uma perspectiva sincrónica, que permite observar se uma determinada palavra é integrável num dado paradigma genolexical da sincronia actual do português, e uma abordagem diacrónica, que possibilitará a despistagem de eventuais classificações erradas, causadas pela observação de palavras complexas não construídas como construídas. Exemplificando, verbos como *pernoitar*, *reformatar*, *conversar* poderiam ser classificados como construídos se se olhasse apenas à sua estrutura morfemática. De facto, seria fácil operar uma segmentação morfemática que, no entanto, entraria em contradição com a história dessas palavras. Para que tais vocábulos pudessem ser construídos, teriam de ter tido génese dentro das fronteiras do português. Ora, na verdade, a crer em Corominas & Pascual (1991), *pernoitar* representa a evolução do latim PERNOCTĀRE, *reformatar* de REFORMĀRE e *conversar* de CONVERSĀRI.

Para além de verbos resultantes da evolução directa do latim para o português, são catalogados como **bases não construídas** aqueles vocábulos que resultam de empréstimos de outras línguas. Assim, as bases de *gabar* e *triscar* não são pertença do português. Corominas & Pascual (1991) dão o germânico *gabban* como origem de *gabar* e o gótico *thriskan* de *triscar*.

As restantes classificações das bases dos postverbais correspondem a diversas formas de paradigmas de construção de palavras. As **bases construídas** encontradas distribuem-se por **bases de derivação imediata**, **bases prefixadas**, **bases circumfixadas** e **bases sufixadas** (Rio-Torto (1993)).

Esta categorização pretende contornar a questão de se poder identificar ou não a vogal temática como operador genolexical. Não pretendendo ignorar a possibilidade de a vogal temática estar instituída de poderes derivacionais, a descrição das bases foi elaborada por forma a distinguir afixos definidos tradicionalmente como instanciadores de derivação e aqueles segmentos, como a vogal temática, a que se tende a negar qualquer acção derivacional.

---

<sup>91</sup> Para além desses critérios de discernimento das palavras construídas vs. complexas não construídas, em Corbin (1987: 236), o carácter de interpretabilidade dos constituintes morfológicos é um factor decisivo para a sua identificação. De facto, para a autora, uma palavra complexa é não construída se nela houver um segmento morfemático não interpretável. Pelo contrário, uma palavra será construída se ocorrer

Assim, a apresentação de vocábulos construídos por prefixação não quer significar que é exactamente o segmento prefixal que controla a operação derivacional em causa. A distinção entre bases prefixadas e bases circunfixadas, por um lado, e entre bases de derivação imediata e bases sufixadas, por outro, permite manter sublinhada a diferença entre as palavras constituídas por segmentos que contêm poderes derivacionais (afixos) e aquelas que devem a sua construção a segmentos que poderão apresentar um acúmulo de funções (vogal temática) – como integrador paradigmático e como operador derivacional – na ausência dos primeiros<sup>92</sup>.

Deste modo, classificam-se como **bases de derivação imediata** aqueles verbos que têm por derivantes substantivos ou adjectivos e para cuja formação não concorre nenhum operador afixal assim reconhecido tradicionalmente. Said Ali (1964: 247) aponta como vocábulos formados por derivação imediata, por exemplo, os verbos *murar, mesquinhar, telefonar, ancorar, orientar e armazenar*.

De seguida, apresentam-se os verbos em cuja derivação se apresenta um prefixo. No paradigma das **bases prefixadas** incluem-se, então, verbos cujas bases são substantivos e adjectivos a que se agrega um prefixo e uma vogal temática ou verbos que têm por base outro verbo. Em relação a alguns dos segmentos iniciais incluídos nesta classificação, pode contestar-se o seu estatuto prefixal. Para tal contestação, que leva alguns autores (Herculano de Carvalho (1984: 547-555)) a classificar estes elementos como *prefixóides* ou *pseudo-prefixos*, contribui o carácter de morfema dependente, e não de morfema preso<sup>93</sup>, visível nesses segmentos.

Assim, segmentos como *ante-*, *com-*, *entre-*, *mal-*, *menos-*, *sobre-* apresentam um funcionamento próprio de morfemas dependentes, já que ostentam um certo grau de autonomia quer a nível acentual, quer a nível semântico (Herculano de Carvalho (1984)), não presenciável em prefixos como *a-*, *des-*, *es-* ou *em-*. Por estas razões, Cunha & Cintra (1991: 86) e Said Ali (1964: 229-230) referem que há dificuldades em operar uma classificação destes elementos como operadores de derivação ou de composição. Contudo, os autores apontam uma preferência pela prefixação. A esta opção não está alheio o tipo de significação (Herculano de Carvalho (1984: 499)) encerrada nos operadores em jogo. Concebem-se como operadores afixais os segmentos que têm significação gramatical e como componentes de composição os signos que têm

---

interpretabilidade de todos os segmentos que serão, então, morfemas. A propósito dos morfemas *cranberry*, ou seja, dos constituintes morfemáticos não interpretáveis, veja-se Spencer (1991: 40).

<sup>92</sup> A possibilidade de a vogal temática acumular estas funções é apresentada em Rio-Torto (1998 c: 23).

<sup>93</sup> Para as noções de morfema preso e dependente, veja-se Herculano de Carvalho (1984: 473-477).

significação objectiva ou lexical. Quanto às formas *mal-* e *menos-*, que são as que mais facilmente se integram no domínio da composição, optamos por enquadrá-las no espaço do segmentos prefixais (i) para uma mais fácil sistematização dos dados; (ii) porque muitos prefixos correspondem a formas dependentes que são advérbios e não apenas a preposições.

Sob a designação **bases circunfixadas** agrupam-se os verbos cujos derivantes são substantivos ou adjectivos a que se agrega um circunfixo, ou seja, conforme refere Rio-Torto (1998 a: 217), um «[...] operador descontínuo (*a-... -iz-*, *en- ... -iz-*, *a- ... -ec-*, *en- ... -ec-*) com capacidade heterocategorial.». Segundo a A., tratando-se de um afixo descontínuo e não de um prefixo mais um sufixo, o circunfixo no seu todo está imbuído de poderes derivacionais e categoriais, não estando estas funções entregues somente ao elemento que ocupa a posição sufixal.

Nas **bases sufixadas** integram-se os verbos formados a partir de bases a que se juntam operadores sufixais. Recordamos que estes sufixos estão, incontestavelmente, dotados de poderes derivacionais.

Para cada processo genolexical mostram-se as hipóteses de relação categorial empreendida entre a base e o produto. Assim, a base do verbo pode ser um substantivo (S>V), um adjectivo (Adj>V) ou um verbo (V>V).

A utilização da forma citacional para fazer referência ao verbo que serve de base ao postverbal serve apenas uma intenção de clareza. A forma derivante é o radical do verbo e não a forma do infinitivo. Utilizamos esta para proporcionar uma mais rápida leitura. Por uma questão de economia espacial e por mostrarmos os postverbais no Apêndice II, não colocamos os derivados em correlação com os seus derivantes neste quadro.

BASES NÃO CONSTRUÍDAS			
abrigar, adornar, adubar, afogar, aguçar, bailar, balbuciar, caçar, esperar, estimar, gritar, lavar, ladrar, lavrar, mesclar, mostrar, mudar, ordenhar, outorgar, pagar, pelejar, perguntar, queimar, queixar, rasgar, refrear, respirar, segar, trotar, trovar, tornar, ustir, vedar, visitar			
BASES DE DERIVAÇÃO IMEDIATA			
ausência de afixo	S>V	Adj>V	V>V
	balançar, enxofrar, fadar, galar, girar, sachar	fartar	
BASES PREFIXADAS			
prefixos	S>V	Adj>V	V>V
<i>a-</i>	abordar, aninhar, arrebatar, arrolhar	acertar, agravar, arrasar	
<i>ante-</i>			antegoçar, antepagar
<i>com-</i>			compartilhar, comportar
<i>de(s)-</i>	debagar, desabelhar, descabelar, descamisar	decruar, delongar, desbastar	dependurar, desesperar, desenganar
<i>em-</i>	embarcar, encaixar, enguedelhar, entralhar	emperrar, endireitar, endurar, engordar	embater, encarregar, encerrar, enlevar
prefixos	S>V	Adj>V	V>V
<i>entre-</i>			entrajudar, entrechocar
<i>es-</i>	esforçar, esgaivar, esgalhar, esgotar, espinçar, escabelar		escavar
<i>mal-</i>			malbaratar, malograr
<i>menos-</i>			menosprezar
<i>re-</i>	rebolar, recensear, recostar, recuar, relampar, respigar		rebrilhar, rebuscar, recortar, recomeçar, reembarcar
<i>retro-</i>			retovender
<i>so-</i>			socalcar
<i>sobre-</i>			sobrevoar
<i>trans-</i>	transbordar, transviar		transvoar
BASES CIRCUNFIXADAS			
circunfixos	S>V	Adj>V	V>V
<i>a- ... -ej-</i>	aboquejar, acarrear		
<i>a- ... -e-</i>	acarrear		
<i>es- ... -e-</i>	escantear, espinotear		
BASES SUFIXADAS			
sufixos	S>V	Adj>V	V>V
<i>-e-</i>	bolear, borboletear, passear	baratear, coxear, galantear	
<i>-ej-</i>	almejar, forcejar, pestanejar	doidejar, lourejar	andejar, cantarejar, voejar
<i>-ic-</i>			mordicar, namoricar
<i>-ilh-</i>			saltarilhar
<i>-inc-</i>			chorincar
<i>-inch-</i>			pedinchar
<i>-ing-</i>			choramingar
<i>-inh-</i>			louvaminhar
<i>-isc-</i>			lambariscar, lambiscar
<i>-iz-</i>		vocalizar	
<i>-ol-</i>			cantarolar
<i>-usc- (?)</i>	chamuscar (?)		

Um grande número de bases dos postverbais é preenchido por verbos não construídos. Como já referimos, são caracterizados como não construídos os vocábulos que representam a evolução da sua forma latina para o português ou aqueles que provêm de outras línguas, sendo, por isso, empréstimos.<sup>94</sup> No primeiro caso, encontram-se, por exemplo, *esperar* do latim SPERĀRE, *ladrar* de LATRĀRE, *refrear* de REFRENĀRE, *mesclar* do latim vulgar \*MISCULĀRE ou *outorgar* de \*AUCTORICĀRE. O segundo caso pode ser exemplificado com *trovar*, empréstimo do occitânico *trobar*, *trotar* do alto alemão antigo *trottôn* e através do francês ou do italiano e *turnar* do francês *turner*.

As bases formadas por derivação imediata apresentam como derivantes substantivos e adjectivos. Assim, na possibilidade S>V mostram-se exemplos como *balança* > *balançar* (> *balanço* ‘acção ou resultado de balançar’), *enxofre* > *enxofrar* (> *enxofra* ‘acção de enxofrar’), *fado* > *fadar* (> *fada* ‘acção ou resultado de fadar’), *galo* > *galar* (> *gala* ‘galadura’), *giro* > *girar* > (*gira* ‘acção ou resultado de girar’, ‘aquele que gira’) e *sacho* > *sachar* (> *sacha* ‘acção ou resultado de sachar’). Na possibilidade Adj>V, apenas ocorre a forma *fartar* derivada de *farto* e derivante de *farta* (‘acção ou resultado de fartar’).

As formas postverbais não poderão ser confundidas com as formas derivantes dos verbos. Em primeiro lugar, não há coincidência formal entre umas e outras. Se as formas derivantes ostentam um determinado marcador de classe, as postverbais mostram um outro, o que não permite encarar as primeiras como uma continuação semântica das segundas. Ou seja, *sacho*, com a sua significação de ‘objecto concreto’ não resulta de nenhuma operação de semântica figural sobre a significação abstracta de *sacha* (‘acção de sachar’). Esse é antes o caso de *adorno* no seu semantismo concreto resultante de operações semânticas exercidas sobre o seu semantismo abstracto. Em segundo lugar, não existe, em nenhuma das formas derivantes, qualquer semantismo abstracto do tipo ‘acção de V’ capaz de orientar a relação derivacional no sentido inverso (\**sachar* > *sacho*). Por último, as formas derivantes aqui apresentadas são vocábulos não construídos. Como tal, *balança* representa a evolução do latim vulgar \*BĪLANCIA, *enxofre* resulta do latim SULPHUR, *fado* de FĀTUM, *galo* de GALLUS, *giro* de GŶRUS e *sacho* de SARCŪLUM. Quanto ao adjectivo *farto*, este radica-se no latim FARTUS.

---

<sup>94</sup> As origens de todas as palavras aqui enunciadas encontram-se documentadas em Corominas & Pascual (1991).

Assim, as formas básicas desses verbos e os postverbiais destes encontram-se em momentos distintos da produção lexical.

As bases prefixadas oferecem uma variedade de segmentos prefixais considerável. Se alguns prefixos apenas foram encontrados em produtos resultantes de uma relação isocategorial com a sua base (V>V), outros mostram-se em derivados heterocategoriais<sup>95</sup>. Não queremos com isto asserir que o desenvolvimento das formações heterocategoriais seja da responsabilidade dos prefixos, embora não seja de excluir a possibilidade de os elementos prefixais serem dotados de poderes heterocategoriais<sup>96</sup>.

Começaremos por observar os prefixos que surgem, no *corpus* em análise, somente em relações isocategoriais de derivação. Nestes casos, encontraram-se verbos formados com o prefixo ANTE- (*antegozar*, *antepagar*), COM- (*compartilhar*), ENTRE- (*entreajudar*, *entrechocar*), MAL- (*malbaratar*, *malograr*), MENOS- (*menosprezar*), RETRO- (*retrovender*), SO- (*socalcar*) e SOBRE- (*sobrevoar*).

Apenas o prefixo A- se combina exclusivamente com verbos resultantes de outras categorias sintáticas. Assim, para o prefixo A-, em relações do tipo S>V, obtiveram-se, por exemplo, os pares *bafo* > *abafar*, *ninho* > *aninhar*, *rebanho* > *arrebancar* ou *rolha* > *arrolhar*. Em relações do tipo Adj> V, encontraram-se bases como *certo* (> *acertar*), *raso* (> *arrasar*), *grave* (> *agravar*), mas também adjectivos deverbiais em *-nte* como *crescente* (> *acrescentar*).

Os restantes prefixos manifestaram-se em relações iso e heterocategoriais:

- DE(S)- encontra-se em verbos derivados de substantivos, como *abelha* > *desabelhar*, *baga* > *debagar*, *cabelo* > *descabelar*, *camisa* > *descamisar*; em verbos derivados de adjectivos, como *cru* > *decruar* e *longo* > *delongar*; e em verbos derivados de outros verbos, como *enganar* > *desenganar*, *pendurar* > *dependurar*, e *esperar* > *desesperar*;

- EM- é operador em relações S>V (*barca* > *embarcar*, *caixa* > *encaixar*, *guedelha* > *enguedelhar*, *tralha* > *entralhar*), Adj>V (*perro* > *emperrar*, *direito* > *endireitar*, *gordo* > *engordar*) e V>V (*bater* > *embater*, *carregar* > *encarregar*);

---

<sup>95</sup> O facto de fazermos referência a prefixos somente presentes em verbos oriundos de outros verbos e a outros emergentes em verbos provenientes de outras categorias sintáticas não implica que os primeiros não possam manifestar-se em relações derivacionais heterocategoriais, já que as descrições aqui tecidas se referem a um *corpus* limitado das bases dos postverbiais e não a todas as possibilidades de formação de palavras através da prefixação.

<sup>96</sup> A propósito da capacidade categorial dos afixos, veja-se Rio-Torto (1993: 190-195).

- ES- comparece em relações S>V (*cabelo* > *escabelar*, *força* > *esforçar*, *galho* > *esgalhar*) e V>V (*cavar* > *escavar*);
- RE- é operador em relações S>V (*bola* > *rebolar*, *lampo* > *relampar*) e V>V (*começar* > *recomeçar*, *embarcar* > *reembarcar*);
- TRANS- opera em relações S>V (*bordo* > *transbordar*, *via* > *transviar*) e V>V (*voar* > *transvoar*).

Nem sempre é fácil estabelecer se a base de um verbo prefixado é também ela um verbo ou se pertence a uma categoria sintáctica diferente. Se em casos como *debagar*, *desabelhar* ou *desterrar* parece não haver dúvidas de que as bases são os substantivos apontados, já que, devido à inexistência de bases como \* *abelhar*, \* *bagar* e \* *terrar*, não é possível a concepção de que os derivantes seriam verbos a que se agregariam os prefixos, noutros, como *desgelar*, *desladrilhar*, *descercar*, *desfolhar*, emergem duas possibilidades de análise.

Na verdade, estes verbos poderão provir de substantivos (*desgelar* seria parafraseado por ‘desprover de gelo’, *descercar* por ‘desprover de cerca’, *desladrilhar* por ‘desprover de ladrilho’, *desfolhar* por ‘desprover de folhas’) ou de verbos (*desgelar* teria como paráfrase ‘reversão de gelar’, *descercar* ‘reversão de cercar’, *desladrilhar* ‘reversão de ladrilhar’ e *desfolhar* ‘reversão de folhar’). Devido à existência das duas hipóteses de derivação, optámos por não integrar estes verbos em nenhuma das categorias derivacionais, já que nenhuma das análises oferece suficiente peso para que se possa abandonar a outra. É que ambas as análises ostentam os mesmos argumentos em seu favor:

- semanticamente, parece-nos verosímil fazer derivar estes verbos quer de substantivos quer de verbos, conforme pode ser observado através das paráfrases indicadas;
- existem no léxico do português as prováveis bases *gelo/gelar*, *ladrilho/ladrilhar*, *cerca/cercar*, *folha/folhar*;
- existem no português os paradigmas derivacionais onde são integráveis ambas as análises; isto é, existem verbos formados a partir de substantivos a que se agrega o prefixo DES- (*desabelhar*, *desterrar*, *debagar*) e existem verbos oriundos de verbos prefixados com esse mesmo segmento (*desgovernar*, *desembarcar*).

As bases circunfixadas apresentam uma variedade bastante restrita de operadores afixais, funcionando todos eles com bases substantivas:

- A- ... -EJ- em *boca* > *aboquejar*, *carro* > *acarrear*;
- A- ... -E- em *carro* > *acarrear*;
- ES- ... -E- em *canto* > *escantear*, *pinote* > *espinotear*.

As bases sufixadas desenvolvem-se a partir de derivantes iso ou heterocategoriais.

Alguns operadores sufixais foram apenas encontrados em relações V>V:

- IC- em *correr* > *corricar*, *mexer* > *mexericar*, *morder* > *mordicar*;
- ILH- em *saltar* > *saltarilhar*;
- INC- em *chorar* > *chorincar*;
- INCH- em *pedir* > *pedinchar*;
- ING- em *chorar* > *choramingar*;
- INH- em *louvar* > *louvaminhar*;
- ISC- em *lamber* > *lambiscar*, *lamber* > *lambiscar*;
- OL- em *cantar* > *cantarolar*.

Outros operadores manifestaram-se somente em relações S>V:

- USC- (?) em *chama* > *chamuscar* (?)<sup>97</sup>;

ou em relações A>V:

- IZ- em *vocal* > *vocalizar*.

Relações heterocategoriais diversificadas encontraram-se com o sufixo -E-. Este apresenta-se em relações S>V (*bola* > *bolear*, *cabeça* > *cabecear*, *garganta* >

---

<sup>97</sup> Não parece haver conformidade em relação à direccionalidade derivacional entre *chamuscar* e *chamusco*. *Chamusco* é dado como postverbal de *chamuscar* no *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora, em Machado (1977) e em Corominas & Pascual (1991), onde se faz referência especificamente aos vocábulos portugueses, oferecendo-se *chamuscar* como derivado de *chama*. No entanto, o sufixo -usc- parece funcionar apenas como operador avaliativo, o que invalida a possibilidade de haver a origem heterocategorial *chama* > *chamuscar*, pois que a RFP de avaliativos é isocategorial (Rio-Torto (1993: 234)). *Chamusco* terá, assim, de ser encarado como avaliativo de *chama* e *chamuscar* como derivado de *chamusco*. Em Nunes (1989: 385), *chamusco* é visto como derivado de um substantivo.

Uma possível solução que não iria contrariar nem a isocategorialidade dos produtos de -usc- nem a aceção de 'acção de V' de *chamusco* está em considerar a seguinte ordem derivacional: *chama* > *chamusca* > *chamuscar* > *chamusco*. Devido à dualidade interpretativa, as referências, no texto, a *chamuscar* serão seguidas de (?).

*gargantear, touro > tourear, pastor > pastorear*) e Adj>V (*galante > galantear, coxo > coxear, branco > branquear*).

O sufixo -EJ- comparece em relações S>V (*alma > almejar, faro > farejar, pestana > pestanejar, braço > bracejar*), Adj>V (*doido > doidejar, louro > lourejar*) e V>V (*andar > andejar, cantar > cantarejar, murmurar > murmurejar*).

Se integrarmos estes processos genolexicais em RFP<sup>98</sup>, observamos que:

- nas relações derivacionais isocategoriais (V>V) servidas por operadores de sufixação (-EJ-, -IC-, -ILH-, -INC-, -INCH-, -ING-, -INH-, -ISC-, -OL-), os verbos que estão na base dos postverbais são produto da RFP de avaliativos, na condição de atenuativos/iterativos<sup>99</sup>;

- nas relações derivacionais isocategoriais (V>V) servidas por operadores prefixais, os verbos derivantes resultam da RFP de negação, quando acompanhados pelo prefixo DE(S)-, da RFP de posicionamento através dos segmentos ENTRE-, RETRO-, SOB-, SOBRE- e TRANS-, da RFP de repetição (iterativos/intensificadores), com o prefixo RE-, da RFP de avaliativos quando formados com os segmentos MAL- e MENOS-;

- nas relações derivacionais heterocategoriais (S>V e Adj>V) os verbos em jogo enquadram-se nos produtos da RFP de mudança, onde laboram os prefixos A-, DE(S)-, EM-, ES-; os circunfixos A- ... -EJ-, A- ... -E- e ES- ... -E- e os sufixos -E-, -EJ-, -IZ- e -USC- (?);

- nas relações derivacionais heterocategoriais (S>V e Adj>V) há ainda a considerar os verbos resultantes da RFP de posicionamento construídos com o prefixo TRANS- e com uma vogal temática.

Concluindo, os postverbais servem-se de bases resultantes de diferentes processos genolexicais e RFP. É de salientar a ausência de verbos circunfixados e/ou sufixados com os elementos sufixais -EC- (*amadurecer > \*amadureça; entristecer > \*entristeça; esclarecer > \*esclareça, escurecer > \*escureça*), -IZ- (*vampirizar >*

---

<sup>98</sup> A sistematização apresentada da conexão entre os mecanismos genolexicais e as RFP baseia-se em Rio-Torto (1994) e Rio-Torto (1998 b).

<sup>99</sup> Para os verbos produzidos pela RFP de avaliativos veja-se Rio-Torto (1993: 340-344).

\**vampiriza*, *arborizar* > \* *arboriza*)<sup>100</sup>, -IFIC- (*petrificar* > \**petrifica*, *crucificar* > \**crucifica*) e -ESC- (*ruborescer* > \**ruboresça*)<sup>101</sup>.

Esta ausência é salientada pela observação de que outros processos de formação de *nomina actionis* são compatíveis com esses verbos, o que invalida a possibilidade de se tratar de restrições colocadas ao nível da RFP em causa. Assim, encontramos *nomina actionis* como *amadurecimento*, *entristecimento*, *esclarecimento*, *escurecimento*, *vampirização*, *arborização*, *petrificação*, *crucificação*, *ruborescimento*. Devemos, contudo, notar que também não são possíveis construções do tipo \**amadureceção*, \**entristeceção*, \**esclareceção*, \**escureceção*, \**vampirizamento* ou \**arborizamento*. Este facto leva-nos a pensar que a inexistência de postverbaís com base nesse tipo de verbos deve-se a constrangimentos entre elementos afixais.<sup>102</sup>

## 2. Estrutura sintáctica

A designação “estrutura sintáctica” é aqui utilizada para fazer referência às estratégias sintácticas a que o verbo recorre para actualizar o seu esquema predicativo. Um tipo de informação acerca do nível sintáctico da função predicativa consiste no número de lugares que o predicador tem a capacidade de abrir. Deste modo, um predicador de zero lugares exige a ausência de argumentos, um predicador de um lugar ou unário exige um argumento, um predicador de dois lugares ou binário exige dois argumentos, um predicador de três lugares ou ternário exige três argumentos e um predicador de quatro lugares ou quaternário exige quatro argumentos.<sup>103</sup>

Esses argumentos podem, no entanto, não apresentar realização sintáctica, não deixando, por isso, de fazer parte da estrutura argumental do predicador. Um dos motivos para este facto encontra-se num apagamento acidental e não sistemático do argumento que é facilmente depreendido através dos dados co(n)textuais. Por exemplo, sendo o verbo *dar* um predicado de três lugares, poderá ocorrer apenas com a

---

<sup>100</sup> No *corpus* analisado surge somente o postverbal *vocalizo* que, no entanto, não parece impor-se como paradigma de eventuais construções de postverbaís de bases em *-iz-*.

<sup>101</sup> A ausência de postverbaís a partir de verbos em *-ec-*, *-iz-* e *-ific-* é também notada no francês (*-is-*; *-if-*) por Kerleroux (1997: 168) e no castelhano (*-ec-*, *-ific-*, *-iz-*) por Santiago Lacuesta & Bustos Gisbert (1999: 4515).

<sup>102</sup> Esses constrangimentos poderão dever-se a factores fonético-fonológicos (Carstairs-McCarthy (1998: 144)).

<sup>103</sup> Mateus et alii (1989: 41) e Peres & Mória (1995: 51-52). Em Busse & Vilela (1986: 18-19) fala-se de predicados avalentes, monovalentes, bivalentes, trivalentes e tetravalentes.

manifestação desinencial do sujeito e sem a materialização dos complementos directo e indirecto. Assim, em resposta a uma pergunta como *Deste o livro à Ana?*, podemos obter somente *Dei*.

Outras situações de não actualização de um argumento são já de pendor sistemático. Segundo Vilela (1992: 74-75 e 80-82), pode haver a incorporação de um argumento específico no próprio predicador que implica uma determinada leitura particular da predicação. É o caso dos enunciados *Ele bebe*; *Ele conduz*, em que no primeiro o objecto incorporado é *álcool* e no segundo é *veículo motorizado*. Por outro lado, há ainda a existência de argumentos internos cuja relação etimológica ou especial conexão semântica com o verbo impede a sua concretização, como forma de evitar redundâncias.

Pustejovsky (1998: 62-67) constrói uma tipologia de argumentos de acordo com as motivações que conduzem à sua manifestação sintáctica ou a impedem. Em primeiro lugar, o autor concebe a existência dos **true arguments**, que são aqueles que sofrem uma realização sintáctica. Em segundo lugar, o autor apresenta os tipos de argumentos não expressos ao nível sintáctico. Fazem parte deste grupo os **default arguments** e os **shadow arguments**. Os primeiros correspondem a «[...] Parameters which participate in the logical expressions in the qualia, but which are not necessarily expressed syntactically [...]»<sup>104</sup>. Os segundos são caracterizados como estando etimologicamente incorporados no verbo, pelo que correspondem aos argumentos internos apresentados em Vilela (1992: 80-82).

Os **shadow arguments** são exemplificáveis pelos objectos de verbos como *viver*, *sonhar*, em que os argumentos que preencheriam o lugar de complemento directo (*vida*, *sonho*) não são actualizados por serem cognatos ao verbo. Nestes casos, apenas a necessidade de operar uma especificação do tipo de objecto é que obriga à materialização do argumento (*Viver uma vida feliz. Sonhar um sonho cor-de-rosa.*)<sup>105</sup>.

A existência de argumentos não expressos sintacticamente não invalida a sua integração na descrição sintáctica do predicador, já que, conforme anotado, a sua ocorrência pode manifestar-se em determinadas circunstâncias ditadas por necessidades frásicas ou comunicativas.

---

<sup>104</sup> Pustejovsky (1998: 63) ilustra os **default arguments** com o constituinte sublinhado da frase que se segue: «*John built the house out of bricks.*».

<sup>105</sup> Pustejovsky (1998: 65): «Unlike default arguments [...] which are optionally expressed due to conditions above the level of the sentence (i. e., discourse and contextual factors), shadow arguments are

Por último, Pustejovsky (1998: 64) concebe ainda a ocorrência de complementos **adjuntos**<sup>106</sup> que, não estando inscritos no esquema predicativo da palavra, servem para modelar o enunciado em que ocorrem. Os **adjuntos** podem contribuir para a informação de dados situacionais acerca dos elementos do enunciado, pelo que corresponderão a expressões temporais e espaciais de circunstância, a complementos determinativos, etc..

Para além do número de lugares que o predicador pode abrir, há ainda a ter em conta a forma como esse núcleo frásico se relaciona com os argumentos que dele dependem. Nesta dimensão, é necessário compreender quais as funções sintácticas que cada argumento desempenha relativamente ao predicador e quais os meios linguísticos de que o predicador se serve para estabelecer os laços de predicação com os argumentos.

Perante a necessidade de estabelecer relações entre a regência operada pelo verbo e aquela que é praticada pelo substantivo que daquele deriva, constatámos a utilidade do uso de um quadro descritivo das funções sintácticas que se mostrasse versátil e coerente quer no estudo dos verbos quer no dos seus postverbiais. Consequentemente, abandonou-se o quadro descritivo tradicional onde se integram funções como sujeito, complemento directo, complemento indirecto, etc., pois que a manutenção destas designações na compreensão do funcionamento sintáctico-predicativo dos deverbiais conduziria a uma inevitável confusão entre objectos sintácticos e objectos semânticos.

Observemos as seguintes frases:

- (a) *A Ana remendou as calças.*
- (b) *Assisti ao remendo das calças pela Ana.*
- (c) *O remendo das calças da Ana é azul.*

Se seguirmos os critérios descritivos sintácticos da gramática tradicional, classificamos, na frase (a), *A Ana* como sujeito e *as calças* como complemento directo. Na passagem da análise de (a) para os elementos sublinhados de (b), não podemos classificar *das calças* como um complemento determinativo nominal paralelo ao da

---

expressible only under specific conditions within the sentence itself; namely, when the expressed arguments stands in a subtyping relation to the shadow argument [...].».

<sup>106</sup> Os adjuntos integram-se nos argumentos opcionais descritos em Mateus et alii (1989: 42). Em Busse & Vilela (1986: 23-27) os mesmos objectos detêm a designação de **circunstantes** por oposição aos **actantes**. Segundo a tipologia de Mateus et alii (1989: 41-42), *argumento nuclear* corresponde a *argumento* anotado por Pustejovsky (1998: 63). Ao longo deste trabalho usaremos indistintamente as duas designações, assim como as de *adjunto* e *argumento opcional*.

construção (c). É que, se em (c) *das calças* funciona apenas como um adjunto indicador do local de pertença do *remendo*, sendo este usado no seu sentido concreto, em (b) *das calças* é um argumento exigido pelo uso do sentido abstracto de *remendo*, equivalente a *remendar*, que acciona a função predicativa do postverbal.

Por outro lado, embora a manutenção da marca de predicatividade nos complementos argumentais dos postverbais seja conseguida através da aplicação de designações como *subject-like complement attribute*, *adverbial-like complement attribute*, *object-like complement attribute* e *predicative-like complement attribute*<sup>107</sup>, esta descrição da valência sintáctica dos deverbais revela-se apenas como o resultado da transposição directa das classificações sintácticas das funções exercidas pelos argumentos dependentes de um verbo. Como tal, esta classificação tem o inconveniente de não deixar espaço para a caracterização autónoma do funcionamento sintáctico particular dos argumentos dominados pelo substantivo, o que pode ainda acarretar uma confusão entre a classificação sintáctica dos argumentos e a sua categorização semântica.

Referimo-nos, pois, à indução falaciosa de que, por exemplo, o sujeito é aquele que pratica a acção, que parece ser construída através da indicação de que o *subject-like complement attribute* é aquele complemento do substantivo que no verbo era actualizado como sujeito. Ora, na verdade, os argumentos *A Ana*, em (a), e *pela Ana*, em (b), têm apenas em comum o papel temático, já que ambos funcionam como AGENTE das frases, mas não apresentam um funcionamento sintáctico equiparável.

O sujeito do esquema predicativo de um verbo caracteriza-se prototipicamente pela posição à esquerda do verbo, pela inexistência de introdutor preposicional, pela concordância com o verbo, entre outras. Se observarmos a ocorrência de *pela Ana*, em (b), constatamos que o mesmo papel temático (actualizado em *A Ana*, na frase (a)) é expresso sintacticamente por um complemento localizado à direita do predicador e introduzido por uma preposição. Como é óbvio, não havendo marcas desinenciais de número e pessoa no substantivo, como aquelas que estão incorporados nos mecanismos de conjugação verbal, não pode ocorrer uma concordância entre o predicador substantivo e o argumento preenchido semanticamente como AGENTE.

É necessário, pois, operar com uma classificação das funções sintácticas aplicável quer à estrutura argumental do verbo, quer à do substantivo, capaz de elucidar

a autonomia e a especificidade do funcionamento frásico dos argumentos do deverbal, mas também de permitir a observação das diferenças da ocorrência sintáctica dos argumentos do verbo para o substantivo. Parece-nos que uma classificação com estas potencialidades é a dos esquemas actanciais apresentados em Busse & Vilela (1986: 35-43).

Nesse trabalho são definidos dez actantes de acordo com o seu comportamento sintáctico. Os actantes são rotulados numericamente, o que evita a indesejada possibilidade de relacionar a sua designação com um papel semântico<sup>108</sup>.

Apresentamos, em seguida, alguns dos traços mais definidores dos actantes<sup>109</sup>:

- *Actante 1 (A1)*
  - corresponde ao sujeito sintáctico;
  - geralmente, encontra-se à esquerda do predicado, pelo que é referido como argumento externo<sup>110</sup>;
  - detém o controle da concordância verbal;
  - é anaforizado pelo pronome pessoal na forma nominativa.
  
- *Actante 2 (A2)*
  - corresponde ao complemento directo;
  - geralmente, encontra-se imediatamente à direita do predicado, excepto se houver co-presença de um A3 sob a forma de um clítico, situação em que A2 surgirá à direita de A3;
  - geralmente ocorre sem preposição; se houver presença de preposição, como em *amar a Deus*, ela não ocorrerá na forma anaforizada (*amá-Lo*);
  - a sua anaforização dá-se com o pronome pessoal na forma acusativa.
  
- *Actante 3 (A3)*
  - corresponde ao complemento indirecto;

---

<sup>107</sup> Esta classificação sintáctica dos argumentos de um substantivo surge em Tarvainen (1987: 81).

<sup>108</sup> Esta necessidade de separar as funções sintácticas dos papéis semânticos não anula, no entanto, a identificação de alguns papéis semânticos com determinadas funções sintácticas, assim como a impossibilidade de conjugação entre alguns deles. Por exemplo, prototipicamente, o ESSIVO ocorre em A10 e o AGENTE não pode ocorrer em A6.

<sup>109</sup> Para a melhor compreensão dos actantes utiliza-se, em alguns casos, a sua equiparação com modelos descritivos tradicionais ou com dados semânticos.

- ocorre geralmente à direita de A2, excepto quando A3 está actualizado na forma clítica, surgindo imediatamente à direita do predicador;
  - é introduzido pela preposição *a*;
  - é anaforizado sem preposição pelo pronome pessoal na forma dativa.
- *Actante 4 (A4)*
    - é um complemento preposicional;
    - a preposição mantém-se na pronominalização.
- *Actante 5 (A5)*
    - é indicador de “lugar onde”;
    - a sua anaforização é operada através de um advérbio de lugar sem preposição ou por expressões como *nesse lugar*.
- *Actante 6 (A6)*
    - é indicador direccional;
    - é introduzido pelas preposições *para, de, a*;
    - a anaforização ocorre com preposição seguida de *aí, esse lugar, lá*.
- *Actante 7 (A7)*
    - é indicador temporal;
    - é introduzido por preposições como *para, de, desde*;
    - a anaforização dá-se com a preposição seguida de advérbio de tempo.
- *Actante 8 (A8)*
    - é indicador de medida, duração ou preço;
    - é anaforizado por *isto, tanto, pouco, muito*;
    - não sofre passivização;
    - não pronominalização sob a forma de acusativo.
- *Actante 9 (A9)*

---

<sup>110</sup> Em Peres & Mória (1995: 25) indica-se que «[...] o argumento externo de um predicado é aquele que se realiza tipicamente fora do sintagma de que o predicado é núcleo, ou seja, é o argumento que se realiza geralmente como sujeito.».

- é indicador de modo;
- a anaforização dá-se com um advérbio sem preposição ou com expressões como *assim, deste modo*.

- *Actante 10 (A10)*
  - corresponde ao predicativo dos complementos directos;
  - não ocorre com pronominalização como o A2.

Uma classificação sintáctica deste tipo permite seguir o percurso sintáctico de um determinado papel temático, partindo de uma construção argumental de um verbo para uma construção predicativa de um substantivo. Por exemplo, aplicando esta tipologia actancial, é possível analisar coerentemente as frases (a), (b) e (c) enunciadas que agora recordamos:

- (a) *A Ana remendou as calças.*
- (b) *Assisti ao remendo das calças pela Ana.*
- (c) *O remendo das calças da Ana é azul.*

Em (a), *A Ana* é um A1 e *as calças* um A2, podendo este esquema actancial ser descrito como (A1 P A2). Em (b), mantêm-se os papéis temáticos dos dois elementos, mas há uma mudança das funções sintácticas que os actualizam. Assim, em (b), *das calças* e *pela Ana* funcionam como A4 do Predicador *remendo* ((P A4 A4)). Em (c), *das calças* e *da Ana* não apresentam funcionamento actancial, já que não são argumentos de *remendo*, mas apenas adjuntos, pois o sentido actual do deverbal não permite a prática da função predicativa.

A descrição dos verbos segundo o seu esquema actancial conduz a que não seja necessário acrescentar para cada verbo uma classificação sintáctica baseada na transitividade e intransitividade e na forma directa ou indirecta como a primeira é accionada. Em Cunha & Cintra (1991: 136-138), apresenta-se uma descrição sintáctica dos verbos bipartida em transitivos – verbos que exigem complementos – e intransitivos – verbos que não precisam de complementos para que o sentido da acção esteja completa. Por sua vez, os verbos transitivos são directos se o complemento localizado à sua direita não for introduzido por uma preposição, pelo que «[...] recebe o nome de objecto directo.» (Cunha & Cintra (1991: 137)). Quando o complemento é introduzido

pela preposição *a*, o verbo é transitivo indirecto, tendo esse complemento a designação de objecto indirecto. No caso de verbos que pedem um objecto directo e um indirecto, o verbo é transitivo directo e indirecto.

Como é facilmente observável, as classes sintácticas de verbos definidas desta forma revelam-se bastante incompletas. Se compararmos os vários tipos de actantes com marca preposicional e sem essa marca, constatamos que não há uma homogeneidade funcional dentro desses dois grupos, pelo que não podem ser reduzidos a apenas duas categorias – a dos verbos transitivos directos e a dos indirectos. Para além da insuficiência descritiva, uma eventual utilização desta classificação ao lado da teoria actancial revelar-se-ia redundante, já que da definição dos actantes faz parte, como vimos, a especificação das suas marcas formais. Quanto à transitividade e à intransitividade, parece não ser pertinente a sua referenciação, pois basta observar o número de lugares e os tipos de actantes que preenchem esses lugares para que se possa obter informação acerca da presença de argumentos à direita do verbo.

A descrição sintáctica que se segue dos verbos que funcionam como derivantes aos postverbais utiliza dois vectores. Um diz respeito ao número de lugares abertos pelo verbo e outro ao tipo de actante que actualiza formalmente um determinado argumento. Os verbos que ostentam mais do que uma possibilidade actancial surgem sublinhados. A escolha dos derivantes que aqui se apresentam foi feita de modo aleatório, mas com o intuito de mostrar a variabilidade actancial dos verbos derivantes dos postverbais.

No Apêndice I, apresentam-se possíveis contextualizações destes verbos, assim como a classificação dos lugares sintácticos, dos papéis temáticos e da estrutura aspectual interna (Cf. § 3 deste capítulo) de cada situação contextual. No mesmo Apêndice, colocam-se os postverbais entre [ ] à frente dos seus derivantes para tornar mais clara a relação entre bases e produtos. Para evitar redundâncias, omitimos do quadro aqui apresentado a listagem dos postverbais em relação com os seus derivantes.

A análise parcial das bases que aqui se apresenta mostra que uma grande parte dos verbos derivantes dos postverbais são verbos de dois lugares, que ostentam um argumento externo (A1) e um argumento interno (A2) sobre o qual o verbo exerce directamente a predicação. Alguns desses verbos bivalentes encerram uma possível

construção inacusativa<sup>111</sup> que optámos por apresentar devido à possibilidade de o substantivo deverbal manter em uso as duas potenciais estruturas.

Número de lugares do predicado derivante do postverbal					
Esquema actancial	Avalente	Monovalente	Bivalente	Trivalente	Tetravalente
∅ A	lampejar				
A1		adejar, <u>aferrar</u> , <u>gritar</u> , respirar, <u>sangrar</u> , saltaricar, <u>namorar</u> , <u>assobiar</u> , <u>bailar</u>			
A1; A2			<u>aferrar</u> , almejar, caçar, <u>acertar</u> , <u>namorar</u> , mudar, remendar, lavar, ordenhar, queimar, rasgar, segar, <u>sangrar</u> , visitar, anelar, estimar, desabelhar		
A1; A3			aboiar <sup>112</sup> , <u>acenar</u> , <u>assobiar</u> , <u>gritar</u>		
A1; A4			<u>namorar</u> , <u>gritar</u> , <u>bailar</u>		
A1; A5			<u>aferrar</u> , abordar, <u>atracar</u> , <u>acertar</u>		
A1; A2; A3				acrescentar, mostrar, perguntar	
A1; A2; A4 <sup>113</sup>				adornar, adubar, agasalhar, aguçar, aparelhar, vedar	
A1; A2, A5				<u>aferrar</u>	
A1; A2; A10				apodar	
A1; A3; A4				<u>acenar</u>	
A1; A4; A3				queixar	
A1; A4; A5				<u>acertar</u>	
A1;A2;A5;A4					amarrar, <u>atracar</u>

Depois de apontado o funcionamento sintáctico da predicção verbal, que irá posteriormente (cap. 3, § 2) servir de base de comparação com o modo como o deverbal

<sup>111</sup> As construções inacusativas ou ergativas apresentam o argumento actualizado como A2 no uso acusativo na posição de A1, pelo que o A1 das construções inacusativas tende a não ser agentivo. Nas construções com *-se* ergativo, este toma a posição do argumento interno. A propósito destas construções vejam-se Mateus et alii (1989: 213-217) e Vilela (1992: 51-55).

<sup>112</sup> O segundo argumento de *aboiar* é um *shadow argument*.

<sup>113</sup> Optámos por introduzir o papel INSTRUMENTIVO no esquema predicativo destes verbos como A4, apesar de serem argumentos opcionais, devido à sua importância na determinação de alguns semantismos dos postverbais deles derivados.

organiza os elementos emergentes da sua função predicativa, debruçar-nos-emos sobre a face semântica dos verbos. Essa face semântica tem grande importância na constituição dos significados dos deverbais, já que da presença de determinados traços de significação na base dependem os semantismos construídos dos produtos lexicais.

Apresentaremos, pois, a caracterização semântica dos verbos que incidirá, por um lado, sobre a sua estrutura eventiva<sup>114</sup> e, por outro, sobre os papéis temáticos da estrutura argumental já analisada sintacticamente.

### 3. Estrutura semântica

A constatação de que há uma relação entre determinados traços semânticos do vocábulo base e as significações que surgem como resultado no produto lexical<sup>115</sup> leva-nos à descrição quer dos papéis temáticos que ocupam os lugares sintácticos dependentes de um predicado base, quer da forma como este modela o estado-de-coisas a que se refere.

A classificação da estrutura aspectual interna verbal, que foi aplicada, neste trabalho, na análise das bases dos postverbais, encontra-se desenvolvida em Ramchand (1997).

Segundo Ramchand (1997), o estabelecimento da estrutura aspectual de cada verbo está dependente de critérios regidos pela apreensão do carácter temporal interno mostrado pelo lexema verbal.

Os verbos de estado são caracterizados por uma estrutura temporal interna não-atômica, visto que o facto a que fazem referência não mostra qualquer alteração na dimensão temporal.<sup>116</sup> Como tal, a função temporal não se encontra definida para este tipo de verbos (Ramchand (1997: 124)).

Os verbos que designam *achievements* apresentam uma estrutura temporal interna atômica constituída por dois sub-momentos discretos (Ramchand (1997: 126-127)). O verbo *quebrar*, por exemplo, situa-se nesta classe, pois designa a transição de um estado para outro, estando em jogo somente dois segmentos temporais, aquele em que o objecto ainda está inteiro e aquele em que o objecto já está quebrado. Parece haver um ponto de chegada que marca essa transição e que invalida a possibilidade de

---

<sup>114</sup> Utilizamos indistintamente as designações “estrutura aspectual interna” e “estrutura eventiva”.

<sup>115</sup> Veja-se, por exemplo, Rio-Torto (1997).

existência de outros pequenos espaços temporais que permitissem uma visão continuada do evento referenciado (Ramchand (1997: 121)).

Por último, os verbos de actividade e de *accomplishment* servem-se de uma estrutura temporal interna atómica formada por mais de dois momentos conceptuais discretos. O verbo *construir*, sendo um verbo de *accomplishment*, apresenta uma estrutura conceptual divisível em vários sub-momentos, onde se podem localizar as diferentes partes do objecto a ser construído. Ou seja, ao contrário dos verbos de *achievement*, nos de actividade ou nos de *accomplishment* não podemos observar o objecto numa transição de estado decorrida em apenas dois momentos<sup>117</sup>. Não há somente um momento em que uma casa não está construída e um outro momento em que a casa aparece totalmente construída. Pelo contrário, há uma série de momentos indeterminados em que o processo de construção da casa vai decorrendo, estando cada parte da edificação da casa localizada em cada um desses segmentos temporais. A existência de um ponto de chegada (o resultado da construção) está presente nos verbos de *accomplishment*, mas não nos de actividade, sendo esta a diferença que os separa<sup>118</sup>.

O modelo descritivo de papéis temáticos que utilizamos é o sistematizado em Tarvainen (1987). Este modelo tem a capacidade de descrever diferentes papéis temáticos potencialmente ocupadores do mesmo lugar actancial, não resumindo, por exemplo, a um só papel os complementos observáveis como objectos directos pela gramática tradicional.

Tarvainen (1987) desenha cada papel temático com traços de selecção prototípicos e exemplifica as eventuais ocorrências sintácticas de cada um deles. Distingue, ainda, os papéis que podem funcionar somente como verdadeiros argumentos daqueles que dualizam o seu uso ou como argumentos ou como adjuntos.

Do sistema desenvolvido por Tarvainen, fizemos adaptações relativamente aos papéis de AGENTE e CAUSA. Assim, no seu sistema, o AGENTE alarga-se a entidades [ $\alpha$  animadas] e [ $\alpha$  intencionais] que ocupam lugares de argumentos. O papel CAUSATIVO está reservado apenas para adjuntos. Devido a esta distribuição, segundo

---

<sup>116</sup> Ramchand (1997: 123): os verbos de estado «[...] have completely homogeneous reference in the sense that one cannot distinguish any change, gradual or otherwise, occurring as a part of the eventuality.»

<sup>117</sup> Em Pustejovsky (1998: 14) refere-se que «An achievement is an event that results in a change of state, just as an accomplishment does, but where the change is thought of as occurring instantaneously.»

<sup>118</sup> Ramchand (1997: 130): «[...] an activity is simply an event in which the number of time atoms in the temporal trace [...] are many and in fact potentially non-finite. An accomplishment is in my terms an

Tarvainen (1987), o AGENTE e o PACIENTE são os únicos papéis superiores<sup>119</sup>, pelo que a presença de um exclui a presença do outro na mesma frase. Parece-nos mais operatório considerar que o AGENTE só pode ser preenchido pelos traços prototípicos [+ intencional] e [+ animado]. Reservamos, pois, para o papel CAUSA<sup>120</sup> os traços [- intencional] e [- animado], para além de considerarmos que o papel CAUSA também pode ocupar um lugar argumental externo, tal como o AGENTE e o PACIENTE.

Arrolamos, em seguida, os papéis temáticos descritos em Tarvainen (1987), com as adaptações por nós referidas, com os correspondentes traços.

Papéis temáticos e seus traços prototípicos		
AGENTE [+ activo] [+ animado] [+ intencional]	PACIENTE [- activo] [- intencional] [α animado]	CAUSA [+ activo] [- intencional] [- animado]
OBJECTIVO [+ afectado] [α animado]	RESULTATIVO <sup>121</sup> [+ efectuado] [α animado]	TEMATIVO <sup>122</sup> [+ tema] [α animado]
PERCIPITIVO <sup>123</sup> [+ percebido] [- afectado] [α animado]	FINATIVO [+ finalidade] [α animado]	COMITATIVO [+ companhia] <sup>124</sup> [α animado]
ADRESSATIVO <sup>125</sup> [- activo] [- directamente afectado] [+ animado]	MODATIVO [+ modo] [- animado]	INSTRUMENTATIVO [+ instrumento] <sup>126</sup> [- animado]
LOCATIVO	TEMPORATIVO	ESSIVO <sup>127</sup>

event in which there are more than two time atoms in [the temporal trace], and which also has a distinct final moment (set terminal point).».

<sup>119</sup> Tarvainen (1987: 90) caracteriza da seguinte forma os papéis superiores: «[...] one of which is usually present in a proposition and with which together the other inferior relational cases normally only occur [...]».

<sup>120</sup> Optamos pela designação CAUSA e não CAUSATIVO, pois para Tarvainen (1987) os papéis em *-ivo* são papéis hierarquicamente inferiores ao AGENTE e ao PACIENTE. Segundo a nossa caracterização, a CAUSA está no mesmo nível hierárquico ocupado pelos dois anteriores.

<sup>121</sup> Tarvainen (1987: 93) admite como RESULTATIVO o objecto de qualquer acto comunicativo, «[...] because it expresses a kind of result from an action [...]».

<sup>122</sup> O TEMATIVO «[...] denotes the theme or the subject of a communicative or mental action.» (Tarvainen (1987: 94)). O TEMATIVO não deve ser confundido com algumas manifestações do RESULTATIVO explicitadas na nota anterior. O RESULTATIVO como argumento de um acto comunicativo coincide com o produto resultante da acção comunicativa; o TEMATIVO é o assunto desse acto comunicativo. Deste modo, o RESULTATIVO é um objecto cuja existência depende da acção designada pelo predicador, enquanto o TEMATIVO é um objecto que é exterior à acção apontada pelo verbo.

<sup>123</sup> O PERCIPITIVO «[...] denotes what is perceived through the senses or the mind.» (Tarvainen (1987: 94)), estando, pois, dependente de verbos de percepção física e intelectual.

<sup>124</sup> O traço [+ companhia] designa quer a sua ausência quer a sua presença. Aquilo que tem de ser manifestado é a ideia de “companhia” (Tarvainen (1987: 95-96)).

<sup>125</sup> O ADRESSATIVO cobre, por um lado, “aquele que recebe alguma coisa”, mas também “aquele que experiencia as consequências de uma acção”. Nesta última acepção cabem argumentos de verbos como *thank, serve, help, damage, flatter, threaten*, etc.. Ao contrário do OBJECTIVO, que, tendencialmente, apresenta uma alteração das propriedades físicas do objecto, sendo por isso [+ afectado], o ADRESSATIVO mostra apenas uma afectação indirecta e não física do objecto. (Tarvainen (1987: 96-97)).

<sup>126</sup> O traço [+ instrumento] implica que o objecto seja [- activo], [- intencional] e [- animado].

<sup>127</sup> O ESSIVO é tido por Tarvainen (1987: 99) como denotador de uma «[...] relationship (identity; classification; quality) between two nominal entities in the sentence.». O ESSIVO não surge em verbos

[+ lugar]	[+ tempo]	[+ classificação]
-----------	-----------	-------------------

Tal como na descrição das valências sintácticas das bases verbais, também na análise semântica procuraremos observar as ocorrências mais significativas de esquemas predicativos de cada verbo. A escolha dos elementos da amostra foi feita de modo aleatório, ainda que procurássemos representar a variabilidade de esquemas temáticos dos verbos que podem servir de base aos postverbais.

Remetemos novamente (Cf. § 2 deste capítulo) para o Apêndice I, onde arrolamos possibilidades de contextualização dos verbos em análise, assim como a classificação sintáctica e semântica desses predicadores, e onde colocamos os postverbais respectivos. Os papéis temáticos sistematizados dizem respeito aos lugares sintácticos de que já fornecemos informação (§ 2 deste capítulo). Os verbos de que emerge mais do que uma possibilidade de estrutura argumental ou eventiva surgem sublinhados.

---

copulativos, em que «[...] the predicative noun or adjective is regarded as the logical predicate itself [...]», nem em casos como «[...] *He became bishop of Durham* and *The king made him a duke* [...]», já que

ESTRUTURA EVENTIVA				
PAPÉIS TEMÁTICOS	<i>accomplishment</i>	<i>achievement</i>	<i>atividade</i>	<i>estado</i>
∅			lampejar	
AGENTE		<u>gritar</u>	adejar, <u>gritar</u> , saltaricar, <u>namorar</u> , <u>assobiar</u> , <u>bailar</u>	
AGENTE; OBJECTIVO	caçar, remendar, ordenhar, segar	<u>aferrar</u> , <u>acertar</u> , <u>sangrar</u> , visitar, desabelhar		
AGENTE/ CAUSA; OBJECTIVO	<u>mudar</u> , lavar, <u>queimar</u>	<u>mudar</u> , <u>queimar</u> , rasgar		
AGENTE; COMITATIVO			<u>namorar</u> , <u>bailar</u>	
AGENTE; LOCATIVO		<u>acertar</u>		
AGENTE; ADRESSATIVO	<u>namorar</u>	<u>gritar</u>	aboiar <sup>128</sup> , <u>assobiar</u> , <u>namorar</u> , <u>acenar</u> ,	
AGENTE; FINATIVO			<u>namorar</u>	
AGENTE; TEMATIVO; ADRESSATIVO		perguntar, queixar		
AGENTE; OBJECTIVO; ADRESSATIVO/ FINATIVO		<u>mostrar</u> , acrescentar	<u>mostrar</u>	
AGENTE; OBJECTIVO; LOCATIVO		<u>aferrar</u> , acertar		
AGENTE; OBJECTIVO; INSTRUMENT.	adornar, adubar, aguçar, aparelhar, vedar	agasalhar		
AGENTE; ADRESSATIVO; INSTRUMENT.			<u>acenar</u>	
AGENTE; OBJECTIVO; ESSIVO			apodar	
AGENTE; OBJECTIVO; LOCATIVO; INSTRUMENT.		<u>atracar</u>		
PACIENTE		<u>abafar</u> , <u>aferrar</u> , <u>gritar</u> , <u>atracar</u>	<u>gritar</u> , respirar, <u>sangrar</u>	
PACIENTE; LOCATIVO	abordar	<u>aferrar</u> , <u>atracar</u>		
PACIENTE; FINATIVO				anelar, almejar, estimar

nestas situações estamos perante RESULTATIVOS.

<sup>128</sup> O ADRESSATIVO de *aboiar* é um *shadow argument*.

O quadro sistematiza a relação entre argumentos de um predicado e a sua estrutura aspectual interna. Embora não haja uma relação unilateral entre os papéis-temáticos e a categoria eventiva do predicador, observa-se que tendencialmente:

- os verbos de *estado* requerem um A1 com o papel de PACIENTE;
- os verbos de *accomplishment* operam com pelo menos dois argumentos, sendo um AGENTE e o outro OBJECTIVO;
- os de *achievement* mostram duas tendências: (a) operam com pelo menos dois argumentos, sendo um AGENTE ou CAUSA e outro OBJECTIVO; (b) operam com um argumento PACIENTE. Neste último caso, estamos perante algumas construções inacusativas de verbos de *achievement* que apresentam também uma construção acusativa de AGENTE e OBJECTIVO.
- os verbos de *actividade* emergem maioritariamente sob a construção com um argumento que é AGENTE ou PACIENTE ou com dois ou mais argumentos, principalmente se o segundo não é um objecto prototípico<sup>129</sup>.

#### 4. Conclusão

Os verbos que podem servir de base aos postverbais não apresentam uma gama indiscriminada de estruturas morfológicas, o que significa que existem alguns componentes morfológicos de verbos que não são admitidos na construção de postverbais. Esses componentes morfológicos são -IFIC-, -EC-, -IZ- e -ESC-.

No que diz respeito à estrutura argumental dos derivantes dos produtos em análise, existe uma variedade considerável quer de conjugações de papéis temáticos, quer do número de argumentos admitidos pela valência do verbo. Para além disso, muitos verbos apresentam distintas possibilidades argumentais.

Relativamente à estrutura aspectual interna, emergem verbos de todas as classes eventivas inventariadas, embora os verbos de *estado* sejam em número mais reduzido. Alguns verbos apresentam distintas construções argumentais que conduzem à sua inserção em classes eventivas diferentes.

A descrição das estruturas sintácticas das bases tem como objectivo observar, por um lado, se há constrangimentos sintácticos colocados às formas derivantes e, por

---

<sup>129</sup> Falaremos de objecto prototípico a propósito da transitividade prototípica no capítulo 3.

outro, constatar as diferenças sintácticas entre a actualização predicativa do verbo e do seu derivado. Por inerência, o verbo detém uma capacidade predicativa que, prototipicamente, o substantivo não tem. Contudo, os substantivos deverbais ostentam uma função predicativa que lhes advém da base verbal. No capítulo 3, comparam-se verbo e substantivo postverbal relativamente ao modo de exercício dessa função predicativa.

Se essa função é exibida com algumas alterações pelo derivado, é necessário observar se essas alterações se limitam à inserção de um operador de mediação entre predicador e argumento ou se se alargam a uma redução co-textual do número de argumentos actualizados. Se existe esta redução, deve obedecer à eliminação de argumentos predefinidos e não aleatórios.

A descrição das estruturas semânticas das bases serve para averiguar quais os traços semânticos inscritos na estrutura argumental e na estrutura eventiva das bases são projectados nos semantismos do derivado. Para além disso, serve ainda para responder à questão enunciada no último parágrafo. Ou seja, a eliminação de argumentos na actualização da estrutura argumental dos postverbais obedece apenas a critérios sintácticos ou também/apenas semânticos?

## CAPÍTULO 3. ESTRUTURA DOS PRODUTOS

### 0. Introdução

Neste capítulo procuramos pôr em prática algumas observações abordadas nos capítulos 1 e 2 e que dizem respeito à caracterização morfológica, sintáctico-semântica e semântica dos postverbais. Na caracterização morfológica, pretendemos descrever os constituintes morfológicos do postverbal e avaliar a disponibilidade dos três marcadores de classe que se agregam ao radical verbal para a obtenção do produto, assim como a sua distribuição quanto ao género gramatical. Nas análises sintáctico-semântica e semântica, procuramos observar o modo como o postverbal se constitui com base na herança de estruturas predicativa e eventiva do verbo derivante, fazendo aproveitamento delas, quer sob a forma de capacidade predicativa, quer sob a forma de incorporação semântica nos seus semantismos.

O primeiro ponto é dedicado à estrutura morfológica dos postverbais, cujas questões teóricas foram perspectivadas no § 1.3 do capítulo 1.

O segundo ponto tem como objectivo o estudo das estruturas semântico-sintácticas dos postverbais. A relação entre estes substantivos e a herança argumental que lhes provém dos verbos dos quais derivam havia sido abordada no § 2.2 do capítulo 1 e nos § 2 e 3 do capítulo 2.

O terceiro ponto observa os semantismos das postverbais. Como as estruturas semânticas dos derivados estão dependentes das mesmas estruturas dos derivantes, neste capítulo actualizam-se observações adiantadas no § 2.2 do capítulo 1 e no § 3 do capítulo 2.

## 1. Estrutura morfológica

A descrição morfológica dos postverbiais assenta na observação da sua estrutura morfológica e não da sua estrutura morfemática. É, pois, necessário deixar explícito que uma descrição deste tipo acarreta a distinção entre constituinte morfemático e constituinte morfológico (Villalva (1994: 88-110)).

A descrição da estrutura morfemática de um lexema é alheia desde logo à estrutura dos componentes morfológicos que funcionam como constituintes derivacionais desse lexema.

Por exemplo, a descrição da estrutura morfemática de postverbiais como *enclausura*, *acarrejo*, *almejo*, *encabeço* será:

PREFIXO *en* + RADICAL *clausur* + MARCADOR DE CLASSE *a*

PREFIXO *a* + RADICAL *carr* + SUFIXO *ej* + MARCADOR DE CLASSE *o*

RADICAL *alm* + SUFIXO *ej* + MARCADOR DE CLASSE *o*

PREFIXO *en* + RADICAL *cabeç* + MARCADOR DE CLASSE *o*

A descrição da estrutura morfemática do lexema situa-se numa abordagem concatenativa que se limita a uma observação da ocorrência superficial dos componentes morfemáticos. Assim, este tipo de descrição não apresenta os diferentes níveis de derivação a que pertencem, num determinado lexema, esses constituintes. Ou seja, a descrição morfemática não discerne os constituintes de acordo com a sua função derivacional em cada lexema.

Para além de haver o erro de se situar na mesma estrutura linguística componentes que apresentam funções derivacionais em línguas diferentes<sup>130</sup>, há ainda o risco de identificar no mesmo lexema constituintes cuja acção derivacional se exerce em lexemas distintos. É esse o caso das descrições mostradas em cima. A decomposição de *enclausura*, *acarrejo*, *almejo*, *encabeço* em constituintes morfemáticos ignora que os componentes definidos como PREFIXO, RADICAL e SUFIXO não se manifestam activamente na construção dos postverbiais em causa.

A descrição morfológica dos lexemas será:

RADICAL VERBAL *enclausur* + MARCADOR DE CLASSE *a*

RADICAL VERBAL *acarrej* + MARCADOR DE CLASSE *o*

---

<sup>130</sup> Falamos de lexemas não construídos no português. Ver cap.1, § 2 deste trabalho.

RADICAL VERBAL *almej* + MARCADOR DE CLASSE *o*

RADICAL VERBAL *encabeç* + MARCADOR DE CLASSE *o*

Em *enclausura* o segmento *en-* não tem um papel derivacional, já que a sua acção se exerceu na construção do verbo *enclausurar* e não na do substantivo postverbal. Como tal, o radical que vai funcionar de base à formação de *enclausura* não é *-clausur-*, mas sim *enclausur-*.

Em *acarrejo* não podemos considerar que o radical é *-carr-*, pois este é o radical de base de formação do verbo *acarrear* a que se agregou o circunfixo *a-...-ej-*. A base de formação de *acarrejo* é o radical verbal *acarrej-*.

Em *almejo* o radical que funcionou de base à sua formação é *almej-*. O radical *alm-* e o sufixo *-ej-* são constituintes morfológicos do verbo *almejar*.

Em *encabeço* o radical é *encabeç-*. O prefixo *en-* e o radical *-cabeç-* são constituintes morfológicos do verbo *encabeçar*.

Não faz sentido, numa descrição morfológica de um lexema, destacar segmentos que, nesse lexema, não exerceram uma função na sua formação. Deste modo, a estrutura morfológica dos postverbais aqui visada diz respeito à análise dos constituintes morfológicos, ou seja, daqueles que sobressaem activamente na construção do substantivo.

A estrutura morfológica dos postverbais pode ser representada por

RADICAL VERBAL + MARCADOR DE CLASSE.

O radical verbal, que pode ser actualizado alomorficamente, constitui a base de formação dos postverbais.<sup>131</sup> Para que estes sejam integrados no paradigma dos substantivos, surge agregado ao radical verbal um marcador de classe<sup>132</sup> que pode ser *-a*, *-e* ou *-o*.

Este marcador de classe não deve ser confundido com os marcadores de género, visto não existir equivalência unívoca entre as duas classes de segmentos morfológicos. As vogais em causa apresentam uma função de actualizadores de categorização, já que são elas que permitem a manifestação do lexema como substantivo. Para além disso, os marcadores de classe operam a actualização do lexema enquanto unidade a utilizar contextualmente.

---

<sup>131</sup> Veja-se 1.3.1.2 deste trabalho.

<sup>132</sup> Veja-se 1.3.1.4 deste trabalho.

O marcador de classe emergente em maior número é *-o*, seguindo-se *-a* e, por último, *-e*. Dos 1411 lexemas analisados, 787 (55,776 %) terminam em *-o*, 475 (33,664 %) terminam em *-a* e 149 (10,560 %) terminam em *-e*<sup>133</sup>.

Todos os postverbaís terminados em *-o* pertencem ao género masculino (*o rebusco, o relincho, o mordo, o represento*). Do total de 475 postverbaís terminados em *-a*, 31 (6,526 %) apresentam género masculino e feminino (*o/a caça, o/a crava, o/a pica*), 6 (1,263 %) apresentam apenas género masculino (*o atiça, o rapa, o topa*) e 438 (92,211 %) apenas género feminino (*a limpa, a apanha, a malha, a talha*). Todos os postverbaís em *-e* encontrados pertencem ao género masculino (*o alcance, o ajuste, o baile*).

O recurso a marcadores de classe para a construção dos postverbaís parece revelar uma tendência de economia da língua. Os deverbaís que decorrem da agregação a um radical verbal de um segmento vocálico que cumpre uma função de manifestador categorial e de actualizador lexical (*lav+a; vo+o; visit+a; desfolh+a; alcanc+e*) concorrem a par de outros congéneres sufixados com outros operadores formalmente mais extensos e semanticamente mais marcados (*lava+çãõ/ lava+dura; voa+dura; visita+çãõ; desfolha+çãõ/ desfolha+mento/ desfolha+dura; alcança+mento/ alcança+dura*).

Caracterizamos estes sufixos como semanticamente mais marcados do que *-a, -e* e *-o* porque, ao contrário destes, operadores como *-çãõ, -mento, -dura, etc.* são imediatamente identificáveis como segmentos derivacionais detentores de uma função também semântica na formação da palavra que integram. Esses sufixos mais extensos são definidos como instrumentos de formação de substantivos que designam a acção, o resultado da acção (*-çãõ; -mento; -dura*), instrumentos e objectos (*-dura; -mento*) (Cf. Nunes ([1919] 1989: 371-373)).

Relativamente a *-a, -e* e *-o*, estes são confundíveis com os marcadores de classe de lexemas não construídos, onde prestam somente uma função flexional.<sup>134</sup> Poderemos, provavelmente, estar perante segmentos desprovidos de qualquer carga semântica ou de carácter derivacional. Não afirmamos que se trata de operadores distintos daqueles que estão presentes em lexemas básicos. Aceitamos que possam ser os mesmos segmentos, mas com funções diferenciadas num e nouro tipo de lexema. A função de um marcador de classe num lexema básico não poderá coincidir totalmente com a função de um

---

<sup>133</sup> As percentagens obtidas foram arredondadas ao milésimo.

<sup>134</sup> Recorde-se o que referimos em 1.3.1.4 a propósito de Herculano de Carvalho (1984: 569).

marcador de classe num lexema construído. É que neste esse segmento vocálico acarreta a manifestação da transcategorização ocorrida derivacionalmente.

## 2. Estrutura sintáctico-semântica

O funcionamento sintáctico de um postverbal está dependente da significação actualizada em co-texto. Como tivemos oportunidade de observar em 2.2 do capítulo 1, um postverbal encerra diferentes significações que vão de um grau de abstracção a um grau de concretude, de acordo com as potencialidades semânticas inscritas no verbo de base. Sem querermos aprofundar as estruturas semânticas dos postverbais, já que esse é o propósito do § 3 deste capítulo, estabeleceremos desde já que as várias significações potencializadas pelos postverbais podem estar mais ou menos próximas do tipo de significação veiculada pelo verbo básico.

Assim, uma significação abstracta do tipo ‘acção de V’ está mais próxima da significação enformada pelo lexema verbal do que uma significação concreta do tipo ‘aquele que V’. Exemplificando, a acepção abstracta de ‘acção de namorar’ presente em *namoro* está, semanticamente, muito próxima da descrição do estado de coisas própria do verbo *namorar*. Por sua vez, a acepção de ‘aquele que namora’ em *namoro*, embora tenha por base uma topicalização do papel temático AGENTE pressuposto pela estrutura argumental do verbo *namorar*, está mais afastada da acepção de ACÇÃO do verbo, já que representa não a acção holisticamente, mas um participante da acção.

Qual a relação entre o comportamento sintáctico do postverbal e a sua significação? Essa proximidade entre a significação do postverbal e a significação do verbo relaciona-se com o comportamento sintáctico do produto lexical?

Poder-se-á dizer que quanto mais próxima da acepção de ACÇÃO do verbo estiver a significação do postverbal mais próximo do comportamento sintáctico do verbo estará o comportamento sintáctico do postverbal.

De facto, a significação abstracta de ‘acção de V’ de um substantivo deverbal irá, em princípio, actualizar-se nos parâmetros que regem a actualização da forma verbal correspondente. Ou seja, se a categoria morfo-sintáctica a que cabe prototipicamente a designação de ACÇÃO – o verbo – se faz acompanhar de elementos semânticos realizáveis sintacticamente, quando essa significação de ACÇÃO for enformada por uma outra categoria sintáctica – o substantivo –, esses elementos semânticos serão

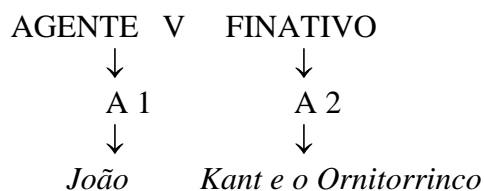
aproveitados pelo postverbal. Em suma, a estrutura argumental própria de um verbo é também utilizada pelo postverbal quando este ocorre em co-texto com a significação abstracta de ‘acção de V’.<sup>135</sup>

Um afastamento da significação do postverbal em relação à significação de ACÇÃO do verbo acarreta que o postverbal não mantenha estrutura argumental.

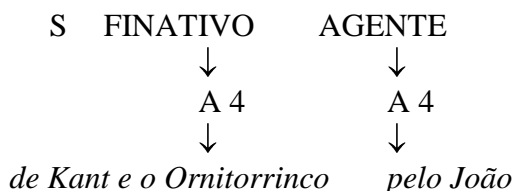
Observemos os exemplos:

- (1) *O João anda a namorar Kant e o Ornitorrinco há dois dias.*
- (2) *O namoro de Kant e o Ornitorrinco pelo João dura há dois dias.*
- (3) *Kant e o Ornitorrinco é o namoro do João há dois dias.*
- (4) *O João é o namoro de Kant e o Ornitorrinco há dois dias.*

Em (1), a estrutura argumental do verbo *namorar* surge actualizada em



Em (2), sendo a significação de *namoro* a de ‘acção de V’, há presença de estrutura argumental sintagmatizada em



Em (3) e (4), as significações de *namoro* são ‘aquilo que é Vdo’ ((3)) e ‘aquele que V’ ((4)). A ocorrência do postverbal com estas significações conduz a uma não utilização da estrutura argumental. Esta só é possível no deverbal se o semantismo do lexema for construído a partir da significação de ACÇÃO como um todo, onde estão envolvidos determinados participantes. No caso de o semantismo do postverbal ser reflexo de um componente da significação de ACÇÃO e não do seu todo, não haverá lugar para a encenação do estado de coisas, pelo que não haverá estrutura argumental do postverbal.

<sup>135</sup> O uso do deverbal na sua acepção mais abstracta pode, no entanto, prescindir de estrutura argumental. Neste caso, de acordo com Neves (1996 a: 150), não se trata da não manifestação sintáctica dos argumentos. É que o substantivo não chega a abrir lugares argumentais. Deste modo, o substantivo é usado em termos “absolutos”.

Em (3), *namoro* refere-se ao FINATIVO protagonizado em (1) e (2) por *Kant e o Ornitorrinco*. Em (4), *namoro* refere-se ao AGENTE preenchido em (1) e (2) por *João*.

O comportamento sintáctico do postverbal está, pois, condicionado pela própria significação que está a ser actualizada em determinado co-texto. Apenas as significações abstractas do postverbal desempenham um papel subcategorizador. As significações concretas podem apenas fazer-se rodear de adjuntos, ou seja, de elementos sem carácter argumental.

(5) *O remendo das calças é azul.*

(6) *O remendo das calças pela Maria durou duas horas.*

Em (5), o complemento *das calças* é um adjunto e não um argumento. Ele não pertence a uma hipotética estrutura argumental de *remendo*, até porque esta não é admitida na significação concreta de ‘produto de acção de V’ aqui actualizada. Este adjunto é um complemento determinativo de que se pode prescindir sem afectar a gramaticalidade da frase (5’).

(5’) *O remendo é azul.*

Em (6), *das calças* e *pela Maria* representam argumentos verdadeiros. O seu apagamento sintáctico é possível, mas a sua carga semântica é mantida em potência.

(6’) *O remendo durou duas horas.*

Em (6’), a construção com verbo durativo impõe uma leitura abstracta e processiva de *remendo*. Este uso abstracto é aquele que mantém no deverbal a função predicativa. O apagamento sintáctico dos argumentos subcategorizados pelo postverbal não anula a sua actuação como predicador.

Cabe agora observar as diferenças entre a forma como um verbo e o seu derivado subcategorizam sintacticamente os papéis temáticos compreendidos na sua estrutura argumental e determinar se a estrutura aspectual interna do verbo tem influência no modo como, no postverbal, se processa essa subcategorização sintáctica.

## 2.1 Actualização sintáctica dos papéis temáticos

Como os postverbiais só sustentam estrutura argumental nos usos que apresentam função predicativa, iremos focar a actualização sintáctica desses usos.

Ao contrário dos verbos, os substantivos não têm capacidade para operar a subcategorização directamente<sup>136</sup>. A mediação entre um substantivo com função predicativa e o seu argumento faz-se por uma preposição. Esta diferença entre as formas como substantivo e verbo se relacionam sintacticamente com os seus argumentos é, de acordo com a gramática cognitiva, devida à diferente reificação conceptual (Langacker (1989: 22)) conseguida pela nominalização. Segundo Langacker (1989: 37), embora o substantivo deverbal encerre «[...] the conception of a process, it represents a higher level of organization that does not profile interconnections but rather an abstract region whose constitutive entities are component states of that process [...]». A manifestação dessas entidades faz-se através de preposições.

As preposições auxiliares da subcategorização variam de acordo com os argumentos que introduzem e da própria relação que se mantém entre eles. A estrutura aspectual interna do verbo derivante também parece ter um papel na selecção da preposição.

Observemos o verbo *remendar* no seu comportamento sintáctico-semântico:

(7) *A Maria remendou as calças.*

O verbo *remendar* está aqui actualizado com a estrutura argumental A1 (AGENTE); A2 (OBJECTIVO).

O uso do substantivo postverbal *remendo* implica alterações na forma como o predicador se relaciona com os argumentos. Se o verbo o fazia sem auxílio de preposições, o substantivo tem de se socorrer delas para a instanciação da sua função predicativa.

(8) *O remendo das calças pela Maria demorou cinco minutos.*

O substantivo *remendo* exhibe uma estrutura argumental A4 (prep DE) (OBJECTIVO); A4 (prep POR) (AGENTE).

---

<sup>136</sup> Grimshaw (1990: 6): «[...] nouns, even though they have argument [...], never theta-mark directly but only via prepositions.».

Estas constatações levam a concluir que o argumento externo do verbo, situado à sua esquerda, no substantivo é introduzido por *por* (Brito & Oliveira (1997: 69)) e sofre uma mudança posicional, que se reflecte no afastamento, para a direita do outro argumento, em relação ao predicador. Para além dessa mudança na posição do AGENTE, este argumento pode, opcionalmente, sofrer um apagamento, quando dependente de um predicador substantivo.

Esse potencial apagamento leva Grimshaw (1990) a classificar este tipo de grupo sintáctico introduzido por *por*, assim como a construção anafórica com possessivo, como um argumento-adjunto.<sup>137</sup>

A opcionalidade destes elementos conduz a que a autora os integre na classe dos adjuntos. No entanto, a actualização desses elementos impede a presença de pretensos argumentos com a mesma função. Ou seja, um chamado argumento-adjunto introduzido por *por* impede a existência de um argumento AGENTE.<sup>138</sup>

Sem pretendermos esclarecer o estatuto de argumento ou de adjunto dos grupos introduzidos por *por* numa construção com predicador postverbal, tratá-los-emos como argumentos que poderão funcionar, adoptando a classificação de Pustejovsky (1998: 63), como *default arguments*, ou seja, como «Parameters which participate in the logical expressions in the qualia, but which are not necessarily expressed syntactically [...]».

Parece-nos ser esta a classificação mais adequada para este tipo de grupos, pois a presença do papel temático AGENTE é imprescindível na configuração semântica da predicação protagonizada por um verbo de *accomplishment* como *remendar*. Como tal, ainda que o grupo *pela Maria*, em (8), possa ser apagado sintacticamente, o AGENTE é necessário no plano semântico para a enformação do estado-de-coisas como um *accomplishment*. Este estado-de-coisas exige a presença, pelo menos em potência, de um argumento que expresse o agente da acção.

---

<sup>137</sup> Segundo Grimshaw (1990: 108), «If the a[rgument]-structure position corresponding to the subject [...] is suppressed for passives and nominals, then neither the possessive nor the *by* phrase can be an argument, despite their semantic similarities to arguments.»

<sup>138</sup> Grimshaw (1990: 109). A autora entende que numa nominalização apenas o correspondente ao argumento externo é que é um argumento-adjunto. O elemento correspondente ao argumento interno do verbo é um argumento. Assim, «[...] the presence of an object invokes the complex event reading of a noun because the object must be theta-marked, but the argument structure of a noun never requires the presence of a subject for satisfaction. As a result, even an argument-taking noun will never require a subject.» (Grimshaw (1990: 110)).

O argumento que corresponde, no verbo, a um argumento interno surge no substantivo sob a marca de um A4 protagonizado pela preposição *de* (Brito & Oliveira (1997: 69)). Este argumento pode também sofrer um apagamento, como é visível em (6') *O remendo durou duas horas*, mas a sua actualização parece ser mais necessária do que a do argumento introduzido por *por*.<sup>139</sup>

A preposição *de* surge como introdutora do argumento correspondente ao A1 do verbo sempre que ele esteja preenchido pelo papel temático PACIENTE ou sempre que o papel AGENTE não se fizer acompanhar por outro papel, na estrutura argumental do predicador, com que se relacione, em termos semânticos, através de um evento físico e energético.

Algumas construções deste tipo correspondem às construções inergativas e inacusativas<sup>140</sup> do verbo e podem ser exemplificadas em (9), (10), (11) e (12):

(9) *O aferro do navio foi instantâneo.*

(10) *O afogo do marinheiro foi instantâneo.*

(11) *O grito do João foi assustador.*

(12) *O adejo das aves foi magnífico.*

As frases (9) e (10) exemplificam construções inacusativas. Estas frases podem ser o resultado da conversão de construções verbais em construções nominais. Assim,

(9') *O navio aferrou num instante.*

(10') *O marinheiro afogou-se num instante.*

funcionam como contraparte verbal de (9) e (10). Contudo, se fizermos a conversão das construções acusativas verbais

(9'') *O marinheiro aferrou o navio rapidamente.*

(10'') *O corsário afogou o marinheiro rapidamente.*

os resultados serão, após um apagamento dos grupos AGENTE introduzidos por *por*, em aparência iguais a (9) e (10):

---

<sup>139</sup> É essa a conclusão que está patente em Grimshaw (1990: 109). A autora defende que na leitura predicativa do deverbal o argumento correspondente ao argumento interno do verbo é, de facto, um argumento e não um argumento-adjunto. Ao contrário do elemento introduzido por *por*, aquele que é introduzido por *de* e que actualiza qualquer papel temático classificável como TEMA é imprescindível à identificação do deverbal como actuando com uma função predicativa.

<sup>140</sup> Para a distinção entre construções inergativas e inacusativas veja-se Sadler & Spencer (1998: 217): «[...] many languages distinguish morphosyntactically between two types of intransitive verbs. In the first type, the unergative, the subject fulfils an active semantic role (such as the traditional Agent), while in the second, the unaccusative, the subject is more passive semantically, and corresponds to a Theme or Patient.».

(9'') *O aferro do navio (pelo marinheiro) foi rápido.*

(10'') *O afogo do marinheiro (pelo corsário) foi rápido.*

Como decidir se os grupos introduzidos por *de* em (9) e (10) são os mesmos de (9'') e (10'') ou se desempenham semanticamente papéis diferentes? Ou melhor, é possível considerar que a conversão da construção verbal inacusativa na nominalização tem um resultado semanticamente distinto da conversão da acusativa, ainda que sob uma capa de superfície aparentemente igual? Ou dever-se-á antes julgar que as conversões das duas construções convergem para a mesma solução?

Parece difícil determinar se é possível a identificação de (9) e (10) como semanticamente distintos de (9'') e (10''). Como vimos, (9) e (10) seriam o resultado da nominalização das construções inacusativas dos verbos, enquanto (9'') e (10'') correspondem às construções acusativas verbais com apagamento dos papéis AGENTES.

Em termos comunicacionais, parece dar-se uma equivalência dos sentidos das duas construções. Em (9'') e (10'') ocorre um apagamento do AGENTE que é, provavelmente, sancionado pelo próprio funcionamento sintáctico do postverbal. O argumento preenchido pelo OBJECTIVO do evento é focalizado e o do AGENTE tende a sofrer uma atenuação da força centrípeta protagonizada pelo predicador. Tal atenuação é visível através da deslocação do AGENTE para a direita do argumento interno OBJECTIVO e do seu carácter de *default argument*. Em (9'') e (10'') aquilo que é enformado é o evento desenvolvido sobre o OBJECTIVO, sem explicitação do participante agenciador desse evento.

Ora, é precisamente essa enformação que está patente nas construções inacusativas verbais e nas correspondentes substantivas. O argumento OBJECTIVO das construções acusativas torna-se PACIENTE nas inacusativas, já que não existe o AGENTE para que possa continuar a funcionar como OBJECTIVO.<sup>141</sup> O PACIENTE continua a ser, no entanto, o objecto sobre o qual se desenvolve o evento.

Assim sendo, não é possível distinguir comunicacionalmente, sem o recurso a informações dos co- e contextos, as construções (9) e (10) das (9'') e (10''). Isto não deve, contudo, impedir a possibilidade de, pelo menos em termos teóricos, se considerarem as duas construções como distintas. É verosímil considerar-se que os

---

<sup>141</sup> Os papéis temáticos funcionam como valores, ou seja, como elementos definidos pelas relações que mantêm entre si. Como tal, um argumento interno só será ocupado por, por exemplo, um OBJECTIVO, se houver, na estrutura argumental em acto, um AGENTE ou uma CAUSA. Se estes não se verificarem, esse argumento interno tomará o papel, e. g., de PACIENTE.

argumentos introduzidos por *de* em (9) e (10) correspondem ao A1 das construções inacusativas e não ao A2 das acusativas.

Uma abordagem superficial tenderá a submeter todas as construções nominais ao parâmetro geral que indica que o argumento do deverbal correspondente ao A1 do verbo é introduzido por *por* e que a preposição *de* está reservada para a expressão dos argumentos correspondentes ao A2 do verbo. Todavia, uma análise mais cuidada revela que nem todas as nominalizações obedecem a este esquema de funcionamento.

A observação de nominalizações de construções verbais inergativas, por exemplo, indica que os grupos subcategorizados pelo postverbal que correspondem no verbo ao A1 são, em determinados casos, introduzidos por *de*.

As frases (11) e (12) são a nominalização de construções com verbos inergativos:

(11') *O João gritou assustadoramente.*

(12') *As aves adejaram magnificamente.*

O resultado da conversão das construções verbais ((11') e (12')) em nominais ((11) e (12)) apresenta os grupos preenchidos por AGENTES com a preposição *de* e não com a preposição *por*:

(11) *O grito do João foi assustador.*

(11'') *\*O grito pelo João foi assustador.*

(12) *O adejo das aves foi magnífico.*

(12'') *\*O adejo pelas aves foi magnífico.*

É pois possível a introdução de AGENTES do deverbal pela preposição *de*. Logo, nem todos os elementos correspondentes ao A1 do verbo são na nominalização introduzidos por *por*. A hipótese que lançamos para explicar este fenómeno é a seguinte:

Os deverbais que têm base em verbos que não configuram uma transferência directa, física de energia de um elemento A para um elemento B apresentam o argumento que corresponde no verbo a A1, seja ele preenchido por AGENTE ou PACIENTE, introduzido por *de*.

Os deverbais que têm base em verbos que configuram uma transferência directa, física de energia de um elemento A para um elemento B apresentam o argumento que corresponde no verbo a A1, preenchido por AGENTE ou CAUSA, introduzido por *por*, como se observa em (8).

(8) *O remendo das calças pela Maria demorou cinco minutos.*

A exemplificar a primeira asserção temos postverbais formados a partir de verbos de estado:

(13) *O almejo do João pela Maria.*

(14) *O anelo do João pela Maria.*

(15) *O anseio do Homem pela imortalidade.*

É interessante notar que em (13), (14) e (15) o argumento correspondente ao A1 do verbo é introduzido por *de*, enquanto a preposição *por* introduz o FINATIVO.

Os argumentos do postverbal correspondentes ao A1 do verbo podem, pois, ser actualizados sob o domínio de *por* ou de *de*. Sob o domínio de *por* actualizar-se-ão os sujeitos prototipicamente transitivos. Essa transitividade é definida à luz da gramática cognitiva. Segundo Langacker (1989: 302), a transitividade é tecida por determinadas características prototípicas:

- existência de um sujeito e de um objecto;
- existência de um evento;
- esse evento é energético, relativamente breve, com um fim definido;
- sujeito e objecto são entidades físicas, individuais e discretas;
- sujeito e objecto são preexistentes ao evento;
- sujeito e objecto são distintos e participam numa relação assimétrica;
- sujeito é volitivo e objecto é não volitivo;
- sujeito é a fonte de energia e o objecto o seu alvo;
- objecto é totalmente afectado pelo evento.

Langacker (1989: 309) concebe ainda a possibilidade de o sujeito ser uma fonte de energia [- animada], ou seja, de ser preenchido semanticamente por CAUSA.

Se medirmos a transitividade de

(7) *A Maria remendou as calças.*

constatamos que esta proposição obedece aos traços prototípicos da transitividade definidos por Langacker. Assim, a nominalização (8) de (7) terá o argumento correspondente ao sujeito introduzido por *por*:

(8) *O remendo das calças pela Maria demorou cinco minutos.*

O grupo *pela Maria*, em (8), equivale a um sujeito transitivo (Langacker (1989: 380)), sendo a transitividade definida semanticamente segundo traços prototípicos, conforme vimos.

Por sua vez, se observarmos as proposições (9'), (10'), (11'), (12'), (13'), (14'), (15') e (16'), correspondentes verbais das construções com postverbais (9), (10), (11), (12), (13), (14), (15) e (16), constatamos que elas não obedecem aos traços prototípicos da transitividade. Em

(9') *O navio aferrou rapidamente.*

e

(10') *O marinheiro afogou-se rapidamente.*

não existe, desde logo, a relação entre um sujeito e um objecto devido à construção inacusativa. Os argumentos actualizados à esquerda do verbo não funcionam, pois, como sujeitos transitivos nem mesmo como argumentos externos. São antes, a crer na Hipótese Inacusativa, argumentos internos, já que resultam de objectos na estrutura profunda que vão ocupar a posição de sujeito na estrutura de superfície (Spencer (1991: 260-262)).

Em

(11') *O João gritou assustadoramente.*

e

(12') *As aves adejaram magnificamente.*

existe um sujeito, mas não um objecto. Nestas construções de verbos inergativos, o sujeito é um argumento externo preenchido semanticamente por um AGENTE. No entanto, trata-se de um sujeito intransitivo, pois não existe um objecto alvo da sua energia.

Em

(13') *O João almeja a Maria eternamente.*

(14') *O João anela a Maria eternamente.*

(15') *O Homem anseia a imortalidade eternamente.*

existem sujeitos e objectos, mas a relação entre eles não é eventiva, mas antes estativa, já que *almejar*, *anelar* e *ansiar* são verbos de estado e não de evento. Como tal, estas proposições não se enquadram nos parâmetros que identificam a transitividade.

Os A1 das frases (9')-(15') não são caracterizáveis como sujeitos prototipicamente transitivos. Isto reflecte-se nas construções com os postverbais correspondentes ((9)-(15)), em que esses elementos emergem num grupo iniciado por

*de*. É que só os elementos da nominalização correspondentes a um sujeito prototipicamente transitivo são introduzidos por *por*.<sup>142</sup> Quando os sujeitos são definidos como intransitivos vão obter-se sintacticamente no uso do deverbais sob o domínio de *de*.<sup>143</sup>

Outro tipo de construções em que o argumento do postverbal correspondente ao A1 do verbo é introduzido por *de* é o que tem por base verbos de actividade adressativos. Em

(15) *O aboio do João (aos bois)*<sup>144</sup> *durou um minuto*.

(16) *O aceno do João à Maria foi prolongado*.

também não se desenvolve a transitividade. Existe um evento, mas este não desencadeia a transferência directa, física de energia de um sujeito para um objecto. Repare-se que por parte do sujeito há uma libertação física de energia. No entanto, esta não atinge a fisicidade do objecto, que, aliás, não o é prototipicamente. O objecto, que é preenchido em (15) e (16) por ADRESSATIVO e não por OBJECTIVO, não é directamente afectado pelo evento.

Os grupos introduzidos por *de* que correspondem ao A1 das construções verbais são argumentos de nominalizações de:

- construções inacusativas e são preenchidos tematicamente por PACIENTE;
- verbos inergativos e são preenchidos tematicamente por AGENTE/CAUSA;
- verbos de estado e são preenchidos tematicamente por PACIENTE;
- alguns verbos de actividade e são preenchidos tematicamente por AGENTE e relacionam-se com um ADRESSATIVO.

As construções com postverbais parecem tender a uma simplificação sintáctica da estrutura argumental herdada do verbo. Aquilo a que se assiste é a uma redução do número de argumentos actualizados sintacticamente, ou seja, de *true arguments* (Pustejovsky (1998: 63)).

Nos sintagmas em que a predicação é exercida por um postverbal, o argumento que corresponde ao A1 verbal sofre, tendencialmente, um apagamento. A mesma

---

<sup>142</sup> Referimo-nos ao uso de *por* na introdução de grupos correspondentes ao A1 do verbo e não a qualquer uso desta preposição, já que é utilizada na introdução de outros argumentos, como, por exemplo, o FINATIVO.

<sup>143</sup> Langacker (1989: 380): «[...] *by* is used for a transitive subject, and *of* for either an intransitive subject or a transitive object [...].».

tendência é observável em relação a postverbais cujas bases são verbos que abrem, à sua direita, dois ou mais lugares argumentais. Observemos as frases:

(17) *A Maria acrescentou farinha à massa cuidadosamente.*

(17') *O acrescento da farinha à massa pela Maria foi cuidadoso.*

(17'') *O acrescento da farinha foi cuidadoso.*

(18) *O João aparelhou o cavalo com os arreios numa hora.*

(18') *O aparelho do cavalo com os arreios pelo João demorou uma hora.*

(18'') *O aparelho do cavalo demorou uma hora.*

(19) *O estalajadeiro alojou o viajante no melhor quarto durante duas semanas.*

(19') *O alojamento do viajante no melhor quarto pelo estalajadeiro durou duas semanas.*

(19'') *O alojamento do viajante durou duas semanas.*

(20) *A Maria acenou ao namorado com o lenço durante dez minutos.*

(20') *O aceno da Maria ao namorado com o lenço demorou dez minutos.*

(20'') *O aceno da Maria demorou dez minutos.*

(21) *O João apostou dez contos no cavalo branco com o Manuel precipitadamente.*

(21') *A aposta de dez contos no cavalo branco pelo João com o Manuel foi precipitada.*

(21'') *A aposta de dez contos foi precipitada.*

A primeira frase de cada grupo demonstra a actualização da estrutura argumental de verbos com mais de dois lugares. A segunda frase (') corresponde à potencial predicção do substantivo segundo a herança da estrutura argumental completa do verbo. A frase (') representa a actualização da predicção do substantivo após filtragem dos argumentos a sintagmatizar.

As frases (') mostram que, em potência, os postverbais herdaram a estrutura argumental do verbo de que derivam. Contudo, comunicacionalmente, as frases (') são notadas como artificiais e complexas. Na actualização do substantivo na acepção de

---

<sup>144</sup> O argumento entre parênteses é um *shadow argument* (Pustejovsky (1998: 63-64)).

‘acção de V’, opera-se uma filtragem dos argumentos da estrutura argumental potencial. A tendência está em transformar em *default arguments* os argumentos que no verbo são introduzidos por preposição ((17’), (18’), (19’) e (21’)), para além do argumento correspondente ao A1 quando introduzido por *por*. Por sua vez, preservam-se como *true arguments* os argumentos correspondentes a qualquer papel temático respeitante a argumentos internos com a função de objecto ((17’), (18’), (19’) e (21’)), assim como os argumentos que no verbo são actualizados como A1 e que no substantivo são introduzidos por *de* por não serem sujeitos prototipicamente transitivos ((20’)).

Essa filtragem parece mostrar que se opera uma hierarquização dos argumentos que, em potência, estão integrados na estrutura argumental do postverbal. Assiste-se a uma tendência de apagamento dos argumentos que não enformam o participante que funciona como continente da energia enunciada na ACCÇÃO.

A simplificação da valência actual das nominalizações é tida por Koptjevskaja-Tamm (1993) como reflexo do reduzido grau de transitividade dessas construções. Esse baixo nível de transitividade, por sua vez, parece estar dependente da função que as nominalizações prestam em termos de equivalência semântica na construção da coesão lexical do texto<sup>145</sup>. Se a nominalização tem a função de retomar, através da recorrência parcial (Beaugrande & Dressler (1984: 54)), o evento já anunciado ou a anunciar no texto, a construção com o deverbal não necessita de mostrar sintacticamente todos os participantes da ACCÇÃO. Estes são anunciados na predicação verbal.

A relação entre deverbal/simplificação da estrutura argumental e verbo/manutenção desta pode estar alicerçada na própria caracterização prototípica das duas classes sintácticas e na relação de derivação entre S e V. Um verbo funciona, prototipicamente, como um molde de uma interacção energética que está dependente dos seus participantes (Langacker (1989: 14)). Um substantivo deverbal não enforma uma interacção energética, pois esta está dependente da expressão temporal, mas uma «abstract region» (Langacker (1989: 37)) alheia à dimensão de tempo. A ausência do factor tempo conduz à inexistência, no substantivo, de interconexões energéticas. Como tal, a explicitação dos participantes do evento torna-se dispensável. Assim, a actualização da estrutura argumental herdada do verbo pelo substantivo tende a ser simplificada.

---

<sup>145</sup> Koptjevskaja-Tamm (1993: 260-261). Para os conceitos de equivalência semântica e coesão lexical veja-se Fonseca (1992: 14-16).

Dessa simplificação parecem estar salvaguardados, como já referimos, os argumentos correspondentes aos actantes verbais A2 e A1 quando A1 não está ocupado por um sujeito prototipicamente transitivo. O argumento preservado pode corresponder tematicamente a um PACIENTE, a um OBJECTIVO, a um RESULTATIVO ou inclusivamente a um AGENTE.

Aparentemente, não há homogeneidade entre estes argumentos preservados. Contudo, pode observar-se que, sintacticamente, todos eles apresentam a característica de serem introduzidos por *de*. Semanticamente assemelha-se ser mais difícil encontrar um denominador comum que agregue os argumentos preservados. Uma possível resposta poderá estar na observação da decomposição sémica dos papéis- $\theta$  enquadrados na relação com todo o esquema predicativo em jogo.

(22) *O adejo das aves durou duas horas.*

(23) *O almejo do João (pela Ana) durou dez anos.*

(24) *O remendo das calças (pela Ana) durou três minutos.*

(25) *O aceno da Maria (ao namorado) durou dez minutos.*

(26) *O balbucio da palavra (pela criança) demorou dois segundos.*

Os argumentos sublinhados das frases (22) e (25) representam AGENTE, da (23) PACIENTE, da (24) OBJECTIVO e da (26) RESULTATIVO. Todos eles apresentam em comum três características:

1. são preservados na actualização da significação de ‘acção de V’ do deverbais ;
2. sintacticamente são introduzidos por *de*;
3. semanticamente sustentem-se como CONTINENTES físicos da carga energética em jogo.

Esta característica enunciada em 3. prende-se com o facto de esses argumentos, apesar de heterogéneos entre si, funcionarem como recipientes da ACCÇÃO designada pelo deverbais. Estes argumentos constituem o campo em que a energia dos diferentes eventos se aplica.

É esperável que os argumentos de (24) e (26) sejam o campo de aplicação da energia dos eventos, já que, sendo um OBJECTIVO e o outro RESULTATIVO, são, prototipicamente, alvos da transferência energética encerrada pelos eventos.

Provavelmente, o mesmo não se espera relativamente a PACIENTE e, muito particularmente, a AGENTE. É que o AGENTE é encarado como a fonte de que a energia

parte e não o recipiente em que se instala. A observação de (22), (23) e (25) conduz à consideração de que *as aves* (AGENTE) ((22)) são o campo onde se instala a energia do adejo, *João* (PACIENTE) ((23)) é o campo onde se instala a energia do almejo, assim como a energia do aceno ((25)) não se espalha física e directamente até ao ADRESSATIVO, que é apagado sintacticamente, mas antes se circunscreve à fisicidade de *Maria* (AGENTE).

Os argumentos mantidos na actualização da estrutura argumental do deverbal parecem ter em comum o facto de representarem, dentro de cada predicação, o participante mais directa e fisicamente envolvido pelo evento designado pelo postverbal. Estes argumentos podem corresponder a diversos papéis temáticos. Contudo, estes serão definidos, dentro do sistema de relações tecidas entre os vários componentes do esquema predicativo, como pertencentes a uma espécie de arquipapel- $\theta$  aqui convencionado como CONTINENTE.

## 2.2 Comentários finais

O deverbal usado na acepção de ‘acção de V’ apresenta uma maior proximidade relativamente ao verbo do qual deriva. Essa proximidade é observável na própria capacidade de predicação que o substantivo exerce e que provém da herança da derivação.

Contudo, a formação de um novo lexema que mantém com a sua base uma relação heterocategorial acarreta alterações na manifestação do esquema de predicação herdado. Essas alterações são visíveis na:

- a) necessidade de operar relação de predicação com os argumentos através de preposição;
- b) tendência para simplificação da actualização do esquema predicativo.

Os argumentos preservados no uso do postverbal são objectos prototipicamente transitivos e sujeitos não prototipicamente transitivos. A unir estas duas classes está o facto de os seus elementos serem introduzidos por *de* e a possibilidade de serem inseridos no arquipapel- $\theta$  CONTINENTE, definível como uma classe onde cabem papéis temáticos distintos, mas que, na relação que mantêm numa determinada predicação, têm em comum o facto de serem os detentores directos do processo energético encenado pelo postverbal. A preposição *de* parece estar, pois, ao serviço da expressão argumental substantiva do CONTINENTE.

### 3. Estrutura semântica

As diferentes significações dos postverbais são alvo de estudo neste ponto. O estudo da semântica dos postverbais passa, necessariamente, pela distinção entre as significações previsíveis, porque genéricas, daquelas que são produzidas em níveis não genéricos. Como tal, só uma perspectiva polidimensional da formação de palavras, capaz de mostrar a convergência dos diferentes planos significativos, poderá ser usada na descrição dos semantismos dos postverbais.

O modelo teórico de que nos servimos para delimitar as significações dos postverbais encontra-se desenvolvido em Rio-Torto (1993: 135-147). O modelo concebe a existência de três módulos na esfera da formação de palavras: um módulo de base, um módulo gerativo e um módulo convencional. O módulo de base é uma espécie de inventário de componentes morfo-lexicais utilizados na formação de palavras. O módulo gerativo encerra o conjunto de regras e de processos de formação de palavras de uma língua. O módulo convencional funciona como um filtro que dota os lexemas produzidos das características semânticas e formais finais.

Através da actuação do módulo gerativo, os produtos lexicais obtêm uma significação genérica, inscrita na RFP em jogo pela própria operação semântico-categorial aí definida, o que lhe confere um carácter de previsibilidade.

No entanto, os postverbais apresentam outras significações encaradas como sub-regularidades convencionais (Rio-Torto (1993: 146)). Estas significações desenvolvem-se no módulo convencional. De acordo com Rio-Torto (1993: 146), «[...] as significações convencionais, porque não são construídas pela RFP, não podem ser generalizadas a todos os seus produtos, afectando conjuntos específicos, mas não predetermináveis ou regulares, destes.».

Dentro das significações operadas no módulo convencional destacam-se aquelas que se desenvolvem a partir da actuação de operações de semântica figural sobre traços semânticos dos componentes morfo-lexicais participantes na formação do lexema e as que decorrem de especializações semântico-referenciais.

A observação dos diferentes tipos de significações far-se-á com base nos seguintes postverbais:

- *abordo, abrigo, almejo, anseio, anelo, uste, aceno, caça, namoro, mostra, muda, remendo, grito, lava, ordenha, paga, peleja, pergunta, queixa, queima, rasgo, sega, sangra, respiro, veda, saltarico, visita, adorno, adubo, agasalho, aguço.*

### 3.1 Significação genérica

A significação mais genérica que está presente nestes postverbais é de ACCÇÃO. Trata-se de uma significação de carácter previsível (Corbin (1991: 21)), já que é herdada de modo sistémico pelo substantivo do semantismo genérico do verbo. O semantismo de ACCÇÃO não está preso a nenhuma classificação semântica particular de cada verbo, ou seja, não pretende ser uma descrição da estrutura aspectual interna do verbo. Esta significação tem, pois, um pendor globalizante e pode ser sinonimizada por “interpretação verbal”.

Assim, encontramos esta significação em postverbais formados a partir de verbos de:

- *accomplishment* (*abordo, caça, remendo*);
- *achievement* (*abrigo, paga, muda*);
- *actividade* (*peleja, respiro, saltarico*);
- *estado* (*almejo, anelo, uste*).

Porque mais próxima do semantismo do verbo, é esta acepção que presta o postverbal à actualização da estrutura argumental.

### 3.2 Significações não-genéricas

#### 3.2.1 Significações figurais inscritas na operação semântico-derivacional

Para além da significação genérica de ACCÇÃO, os postverbais apresentam uma variedade de outras significações que não são comuns a todos estes substantivos. Apesar de não serem genéricas, estas significações estão inscritas na própria operação semântico-derivacional accionada (Rio-Torto (1993: 145-146)). Como estão dependentes da focalização de traços semânticos particulares dos verbos derivantes, não são comuns a todos os derivados.

Dentro deste tipo de significações, existem aquelas que estão dependentes da estrutura aspectual interna do verbo e as que são devidas à topicalização de argumentos e de adjuntos ocorrentes na actualização co-textual do lexema derivante.

### 3.2.1.1 Significações figurais dependentes da estrutura aspectual interna do verbo

Dentro dos postverbais listados em cima, alguns apresentam as seguintes significações não genéricas:

- ‘resultado de V’ (*abordo, abrigo, caça, namoro, mostra, muda, remendo, lava, ordenha, paga, queima, rasgo, sega, sangra, veda, visita, adorno, adubo, agasalho, aguço*);

- ‘produto da acção de V’ (*aceno, remendo, grito, pergunta, queixa, rasgo, sangra, saltarico, veda, aguço, adorno*).

A significação de ‘resultado de V’ está ainda instalada num campo de abstracção considerável, na escala cujos pólos são o abstracto e o concreto. O ‘resultado de V’ é o ‘resultado **abstracto** de V’. O ‘resultado de V’ não se confunde, pois, com o ‘produto da acção de V’ (Anastácio (1998: 68)). Este último é o ‘produto **concreto** da acção de V’ que, quando não designa um objecto que ocupa espaço, com determinado peso, uma determinada massa e uma forma, sendo percebido pela visão e pelo tacto, é, pelo menos, apreendido sensorialmente pela audição.

Estes dois semantismos estão dependentes da forma como o verbo derivante enforma o estado-de-coisas. A significação parafraseada por ‘resultado de V’ é potenciada por bases que configurem o estado-de-coisas telicamente. Como tal, verbos de *accomplishment* e de *achievement*<sup>146</sup>, prototipicamente [+ télicos], estão na origem da variante significativa ‘resultado de V’, pois contêm em si o carácter de telicidade da acção. O ‘resultado de V’ surge, pois, como a metonimização do ponto de perfectivização do evento pelo evento na sua globalidade.

Como metonímias desse ponto de perfectivização de verbos de *accomplishment* surgem *abordo, caça, namoro, muda, remendo, lava, ordenha, queima, sega, veda, adorno, adubo e aguço*.

---

<sup>146</sup> Cf. cap. 2, § 3 deste trabalho.

Como metonímias desse ponto de perfectivização de verbos de *achievement* surgem *abrigo, mostra, muda, paga, queima, rasgo, sangra, visita e agasalho*.<sup>147</sup>

No que diz respeito à significação ‘produto da acção de V’, esta parece ocorrer em derivados cujas bases são verbos de *accomplishment*, de *achievement* e de *actividade*. Os postverbiais que contêm a significação ‘produto da acção de V’ formados a partir de verbos de *accomplishment* são *remendo, veda, aguço e adorno*. Os que partem de verbos de *achievement* são *pergunta, queixa, rasgo e sangra*. Os que têm por base verbos de *actividade* são *sangra*<sup>148</sup>, *saltarico, aceno e grito*.

O ‘produto da acção de V’ resulta em postverbiais formados a partir de verbos que têm em comum um enquadramento temporal. Seria de esperar que este semantismo ocorresse apenas em deverbiais de verbos [+ télicos], pois são estes que desenham a perfectivização do estado-de-coisas descrito. No entanto, o ‘produto da acção de V’ é também constatável em derivados de verbos de *actividade*, especialmente aqueles que designam a performance de gestos (*saltarico, aceno*) e de actos sonoros (*grito, murmulho, relincho*).

Há, no entanto, diferenças entre o ‘produto da acção de V’ dos postverbiais de verbos de *accomplishment* e o dos postverbiais de verbos de *actividade* e *achievement*.

Se compararmos, por exemplo, *remendo, pergunta* e *aceno*, constatamos que as significações de ‘produto de acção de V’ de *pergunta* e *aceno* designam produtos cuja existência é temporalmente coincidente com a duração da ACÇÃO. Em *remendo*, a mesma significação já designa um produto cuja existência vai apenas ocorrer a partir do momento de perfectivização da ACÇÃO, não acompanhando todo o período da sua duração.

Nos derivados de verbos de *achievement*, o designado por ‘produto da acção de V’ é temporalmente paralelo ao designado por ‘acção de V’. É que o carácter [+ pontual] dos verbos de *achievement* conduz a que o produto, existente com a perfectivização da ACÇÃO, coincida, em termos temporais, com a feitura dessa ACÇÃO.

Nos derivados de verbos de *actividade*, aquilo que é referido por ‘produto da acção de V’ também apresenta paralelismo temporal com o desempenho da ACÇÃO.

---

<sup>147</sup> Os lexemas *muda* e *queima* surgem nos dois grupos, pois os verbos *mudar* e *queimar* podem funcionar como verbos de *achievement* e de *accomplishment*. São gramaticais as frases *Mudou a roupa às três horas./ Queimou as cartas às três horas.* (*achievement*) e *Demorou três horas a mudar a roupa./ Demorou três horas a queimar as cartas.* (*accomplishment*).

<sup>148</sup> O lexema *sangra* é produto de *sangrar* como verbo de *achievement* e como verbo de *actividade*. No primeiro caso, temos uma construção acusativa (AGENTE *sangrar* OBJECTIVO). No segundo, temos uma construção inacusativa (PACIENTE *sangrar*).

Contudo, ao contrário dos postverbais formados a partir de verbos de *achievement*, apresentam um carácter durativo e não pontual. O ‘produto da acção de V’ *grito* dura enquanto durar a ACÇÃO de *gritar*.

Note-se que os verbos derivantes destes postverbais, apesar de classificáveis como de *actividade* ([- télicos] e [- pontuais]), são distintos de outros como *acarrar* e *acarretar*. É que os postverbais destes (*acarro* e *acarreto*) não designam o ‘produto da acção de V’, talvez porque, referencialmente, não apontam para uma região suficientemente homogénea para que possa ser descrita como um todo material.

Como o designado por ‘produto da acção de V’ dos verbos de *accomplishment* não tem a sua existência perfectivizada ao longo do decorrer da ACÇÃO, mas somente no ponto da sua culminação, o objecto referenciado tem uma existência mais autónoma em relação à própria ACÇÃO, o que lhe confere um carácter prototipicamente mais concreto. Os referentes designados como produtos de verbos de *actividade*, como dependentes da duração da ACÇÃO, têm um carácter menos autónomo, o que contribui para que sejam menos concretos, comparativamente com os de *accomplishment*.

As significações de ‘resultado de V’ e de ‘produto da acção de V’ estão, pois, dependentes de bases que configuram o estado-de-coisas temporalmente, ou seja, que sustentam a ACÇÃO sobre o factor tempo.

### 3.2.1.2 Significações figurais dependentes da topicalização de argumentos e de adjuntos do verbo

Outras significações de teor concreto observáveis nos postverbais são:

- ‘aquilo/aquele que V’ (*o caça, namoro, saltarico, visita*);
- ‘aquilo/aquele que é Vdo’ (*a caça, namoro, mostra, muda*),
- ‘instrumento com que V’ (*abrigo, sega, adorno, agasalho, adubo, aguço*);
- ‘lugar (por) onde (se) V’ (*abordo, abrigo, mostra, respiro*).

A acumulação destas significações situadas no domínio do concreto resultam de operações de semântica figurial<sup>149</sup> que actuam metonimicamente sobre a significação

---

<sup>149</sup> Em Rio-Torto (1993: 147) mostra-se que:«[...] como exemplo de operações semânticas que frequentemente se fazem sentir podem mencionar-se a de concreção, ou de passagem de abstracto a não abstracto, da propriedade ao portador, ou a de passagem da acção ou processo ao actante; nestes casos as significações convencionais são manifestações de regras de semântica figurial que operam convencionalmente (no sentido de não sistematicamente) sobre alguns itens derivantes ou derivados.».

genérica dos produtos. Assim, as operações de semântica figural conduzem o semantismo do derivado para campos que são contíguos à significação de ‘acção de V’. Estas significações são autorizadas devido à «[...] implicação de um fenómeno da realidade com as realidades que o rodeiam [...]», no dizer de Lausberg (1967: 159).

De acordo com Lausberg (1967: 91 e 159), essas realidades representam o *locus a persona*, o *locus a re*, o *locus a loco* e o *locus ab instrumento* que respondem às questões formuladas por *quis*, *quid*, *ubi* e *quibus auxiliis*, respectivamente. Estes *loci* assinalam os papéis semânticos que podem actualizar-se no lugar de argumentos e de adjuntos dos verbos derivantes dos postverbais.

De facto, não são apenas os papéis que ocupam um lugar argumental que são alvo da topicalização metonímica fabricadora de significações. Os papéis que, no contexto de um determinado verbo, ocorrem como adjuntos estão igualmente devotados para a formação dos semantismos do deverbais.

Assim, as significações de ‘instrumento com que V’ e ‘lugar (por) onde (se) V’ resultam da metonimização de participantes circunstanciais da ACCÇÃO. As significações de ‘instrumento com que V’ em *abrigo*, *adorno*, *agasalho*, *adubo* e *aguço* e de ‘lugar (por) onde (se) V’, *abrigo*, *mostra* e *respiro* poderão emergir da associação referencial concebida entre as ACCÇÕES designadas e os respectivos *loci ab instrumento* e *a loco*, ainda que as estruturas argumentais não os prevejam como essenciais.

A significação de ‘lugar onde V’ em *abordo* já decorre da topicalização do argumento e não do adjunto LOCATIVO.

Por sua vez, as significações de ‘aquele/aquilo que V’ e ‘aquele/aquilo que é Vdo’ emergem da topicalização dos argumentos AGENTE/CAUSA e OBJECTIVO, respectivamente. A distinção entre aquele/aquilo é feita com base nos semas dos participantes que ocupam esses argumentos. Se os participantes tiverem o traço [+animado], são designados por ‘aquele’; se tiverem o traço [-animado], são designados por ‘aquilo’.

De acordo com Temple (1996: 122), estas significações de carácter não genérico mostram que «[...] dans certains cas, seules certaines des propriétés sémantiques de la base d’un mot construit sont représentées au niveau du sens du mot construit ou, en d’autres termes, que la construction du sens d’un dérivé peut s’opérer à partir d’une sélection des propriétés sémantiques associées à sa base.».

### 3.2.2 Significações convencionais decorrentes de especialização semântico-referencial

Do grupo de postverbais apresentados ressaltam alguns cujos semantismos se mostram, a nosso ver, bastante interessantes por denotarem especializações semânticas que os destacam dos seus congêneres. Falamos, pois, das significações de:

- *sangra* ‘líquido que escorre da azeitona, quando comprimida’;
- *queima* ‘festa académica da queima das fitas’;
- *mostra* ‘relação de vencimentos das praças nas unidades do exército’;
- *muda* ‘substituição dos animais de tracção, em jornadas longas’ e ‘renovação da pena, do pêlo, da couraça, etc.’;
- *respiro* ‘abertura por onde sai o fumo na abóbada dos fornos de pão’;
- *saltarico* ‘gafanhoto’.<sup>150</sup>

Estas significações funcionam nos lexemas paralelamente às significações genéricas e suas variantes, já anotadas, sem que haja monopolização por parte de nenhuma delas. São decorrentes, de acordo com Rio-Torto (1993: 147), de «[...] operações de adaptação e/ou especialização semântico-referencial que a estrutura semântica do produto lexical sofre, mormente quando este funciona como termo de áreas de designação específicas ou especializadas.».

Deste modo, estamos perante significações que concorrem a par das significações previsíveis e que provêm de peculiarizações que atendem a domínios referenciais particulares. Dentro dessa esfera referencial, essas significações podem manter o estatuto de previsibilidade, já que emergem da possibilidade de aplicação a um determinado sector da realidade de significações suficientemente genéricas para que possam permitir especializações de acordo com o universo do referente a que irão adaptar-se.<sup>151</sup>

Essas especializações são feitas sobre uma dada significação genérica ou não genérica. As significações especializadas são, pois, o resultado de especificações operadas sobre semantismos regulares ou semi-regulares integrados na estrutura semântica do lexema.

---

<sup>150</sup> Significações tomadas de *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora.

<sup>151</sup> Em Corbin (1991: 11), mostra-se que «[...] un mot construit a une référence extralinguistique, ce qui a pour conséquence qu’un même sens prédictible est susceptible de se réaliser différemment dans plusieurs domaines référentiels et de créer ainsi un effet d’hétérogénéité superficielle [...]: le sens linguistiquement prédictible de ce mot, combinaison du sens dérivationnel et de l’application de règles sémantiques, est potentiellement susceptible de servir à la dénomination de diverses catégories référentielles.».

No caso de *sangra*, essa especialização parte da significação concreta de ‘produto da acção de V’, fazendo-se referência a um dos muitos possíveis produtos de sangrar.

Em *queima*, a especialização só parece ser possível devido a uma elipse que irá abreviar o sintagma *queima das fitas*, havendo uma transferência dos sentidos contidos nos segmentos elipsados para o lexema mantido. A integração de toda a carga semântica, anteriormente albergada num sintagma, em apenas um lexema deverá ter origem na convenção operada por um grupo da comunidade linguística, estando o seu sentido especializado dependente de um determinado universo referencial.

No lexema *mostra*, a especialização é exercida sobre a significação de ‘aquilo que é Vdo’.

As duas significações especializadas que são indicadas para *muda* resultam ambas de especificações do sentido genérico de ‘acção de V’.

Em *respiro*, o sentido específico apontado produz-se com base na significação de ‘lugar por onde V’.

Finalmente, o sentido de ‘gafanhoto’ em *saltarico* é uma especificação de ‘aquele/aquilo que V’.

### 3.3 Comentários finais

Os *nomina actionis* portadores dos sufixos *-a*, *-e* e *-o* estão capacitados para a expressão regular de ‘acção de V’. Através da aplicação de um módulo convencional, essa significação genérica pode mostrar variações que, ainda que não regulares, são caracterizadoras de um número significativo de postverbais. Essas significações não genéricas provêm da actualização de regras de semântica figural dentro do espaço de influência da operação semântico-derivacional e são, de alguma forma, motivadas pela semântica das bases (Rio-Torto (1993)).

Por outro lado, certos semantismos mais específicos de alguns lexemas surgem de convenções oriundas de campos referenciais em que uma determinada significação, genérica ou não genérica, sofre uma particularização.

## 4. Conclusão

Os postverbais assentam numa estrutura morfológica composta por um radical verbal – que funciona como base derivante – e um marcador de classe – que manifesta a transcategorização ocorrida no processo derivacional actuante e possibilita o novo lexema de ocorrer co-textualmente.

As estruturas sintáctico-semânticas em que o postverbal se exhibe em co-texto estão dependentes do tipo de significação actualizado. Uma significação de teor mais abstracto e mais próxima da enformação semântica do verbo acarreta também uma maior semelhança entre a actualização sintáctica do derivante e do derivado. Assim, quando o derivado é usado com a significação de ‘acção de V’, a sua função é tendencialmente predicativa. Essa função predicativa manifesta-se na ocorrência de uma estrutura argumental proveniente da herança da capacidade predicativa do derivante.

No entanto, como verbos e substantivos enformam os designados de forma diferente, os instrumentos de que o substantivo se serve para pôr em prática a sua função predicativa diferem daqueles que são usados pelo verbo. O substantivo socorre-se de preposições para se relacionar predicativamente com todos os seus argumentos. As preposições variam de acordo com os traços semânticos do papel-temático inserido no argumento. Para além da necessidade da ocorrência de preposições mediadoras, assiste-se, no substantivo, a uma tendência para o apagamento sintáctico de alguns argumentos. O argumento subsistente ocorre sob o domínio da preposição *de* e tem como traço semântico a possibilidade de ser integrado naquilo que aqui definimos como o arquipapel- $\theta$  CONTINENTE.

As significações concretas do postverbal perdem a capacidade predicativa. Ocorrem, co-textualmente, com complementos determinativos prescindíveis.

As estruturas semânticas dos postverbais mostram que estes são herdeiros de uma variedade considerável de traços semânticos dos verbos derivantes. Por um lado, os postverbais manifestam uma significação genérica de ‘acção de V’. Por outro, alguns substantivos apresentam outras significações de teor gradativamente mais concreto. Estas significações resultam da aplicação de regras que actuam no módulo convencional. Embora não abarquem a totalidade dos produtos, afectam um número considerável destes.

Algumas destas significações decorrem da actuação de regras de semântica figural sobre traços da estrutura aspectual interna do derivante. Estão nesta condição os semantismos de ‘resultado de V’ e ‘produto da acção de V’. Outras significações como ‘aquilo/aquele que V’, ‘aquilo/aquele que é Vdo’, ‘instrumento com que V’ e ‘lugar (por) onde (se) V’ resultam da topicalização quer de argumentos inseridos na estrutura argumental do verbo, quer de circunstâncias que, apesar de terem esse estatuto, são semântico-referencialmente tidos como participantes ordinários da ACCÇÃO em causa.

Todas as significações genéricas e semi-genéricas podem ainda sofrer uma especialização que dota o postverbal de semantismos específicos de determinados campos semântico-referenciais.

A potencialidade de aglomeração de uma série de significações distintas num lexema construído com um radical verbal e um marcador de classe parece apontar para as virtualidades de economia do próprio sistema linguístico. Provavelmente, toda essa informação semântica só poderia estar contida num lexema construído com um segmento sufixal semanticamente não marcado.

As possibilidades de significação dos postverbais localizam-se numa escala abstracto/concreto e a sua actualização depende de determinados co-textos. É este o principal objecto do capítulo que se segue.



## CAPÍTULO 4. IMPORTÂNCIA DOS CO-TEXTOS PARA A DELIMITAÇÃO DA SIGNIFICAÇÃO DO PRODUTO

### 0. Introdução

Como observámos no capítulo anterior, os postverbais apresentam significações que podem variar entre um nível abstracto e um nível concreto. O problema que se levanta do acumular de sentidos em cada produto prende-se com a necessidade de compreender o modo como poderão ser apreendidos na unidade lexical esses semantismos genéricos e não-genéricos.

Esses diferentes semantismos de um mesmo produto lexical são apenas perceptíveis e diferenciáveis em co(n)texto, pelo que será necessário utilizar critérios de análise co-textual para emprendermos a sistematização dos modos de construção, no uso e já não no sistema, dos vários sentidos condensados, *in potentia*, no lexema deverbal. Para além da capacidade de predicação, que leva a que o postverbal seja actualizado com estrutura argumental, as significações de carácter abstracto do produto são perceptíveis em construções particulares que bloqueiam a actualização de significações mais concretas.

O objectivo deste capítulo reside, assim, na avaliação, por um lado, da escala de semantismos abstracto/concreto e, por outro, da importância das realizações co-textuais para a determinação das diferentes significações previstas no postverbal.

### 1. Semantismos abstractos e concretos

A distribuição de lexemas pelas categorias *abstracto/concreto* não se apoia em dados concernentes à intrinsecidade do signo linguístico, mas sim nas informações

acerca do referente<sup>152</sup>. É que não podemos esquecer que a face significativa do signo é, por definição, abstracta, já que encerra em si o conceito, ou seja, a construção abstracta baseada na essência, e não nos traços acidentais, que nos permite enquadrar um conjunto de indivíduos numa dada categoria conceptual. É, pois, indiferente que um signo evoque um referente concreto ou abstracto, já que essas características do objecto do real não interferem no estatuto de abstracção do significado (Flaux (1996:78)).

Não há, contudo, uma relação de exclusividade entre um determinado lexema e um só tipo de significação abstracta ou concreta. De facto, um mesmo signo pode apresentar polissemias que vão desde significações abstractas a significações concretas, sendo estas actualizadas e perceptíveis apenas contextualmente<sup>153</sup>.

Antes de observarmos as ocorrências co-textuais que permitem a actualização dos diferentes sentidos de um lexema, tentemos compreender os traços definidores de um referente concreto e de um abstracto.

Segundo Langacker (1987: 28), uma substância concreta é caracterizada por determinadas propriedades decorrentes da sua materialidade, como a cor, a viscosidade, a transparência, o sabor, a densidade, a solidez, a rigidez, etc.. Para Galmiche (1996: 34), essa materialidade, que permite a localização da substância em causa em coordenadas espaço-temporais, dota o objecto de um carácter perceptual. Dessa perceptualidade não deverão ser retirados processos auditivos ou olfactivos, não devendo ser somente tidos em conta dados de informação sensitiva provenientes de uma apreensão táctil ou visual.

Por sua vez, o carácter abstracto de um referente liga-se, segundo Picoche (1996: 100), à ausência da «[...] idée de sensation, de spatialité et de mesure.». Assim, a substância abstracta<sup>154</sup> não tem uma existência material, autónoma, pelo que só poderá ser manifestada através da ocorrência de um processo (Langacker (1987: 28)). A ausência de materialidade da substância abstracta tem como consequência que esta não mostre uma existência referencialmente autónoma, pelo que a sua manifestação depende ontologicamente da ocorrência de referentes materiais que possam ostentar as

---

<sup>152</sup> De facto, concordando com Galmiche (1996: 24), «[...] il est clair que, lorsqu'on parle des noms abstraits ou concrets, ce ne sont pas les noms eux-mêmes qui sont abstraits ou concrets, mais leurs référents.», assim como «[...] c'est ne pas le *concept* ou le *signifié* de *chat* qui miaule ou qui est carnivore, mais ce sont là des propriétés de l'être du monde que le mot *chat* évoque.» (Martin (1996: 41)).

<sup>153</sup> A dependência contextual dos sentidos abstracto/concreto dos lexemas é apontada por Martin (1996: 42) e Galmiche (1996: 30).

<sup>154</sup> De acordo com Nyéki (1996: 231), essas substâncias abstractas são «[...] des objets «culturels» créés justement par le langage, grâce à la faculté d'abstraction, de création et d'imagination qu'il permet de réaliser [...].».

características apresentadas de forma virtual pelo *denotatum* abstracto. É devido a essa dependência ontológica da substância abstracta em relação à substância concreta que os lexemas detentores da primeira significação são tidos como sincategoremáticos (Galmiche (1996: 27-28)).

Sintetizando, o substantivo abstracto designará prototipicamente substâncias imateriais, concebidas pela mente humana e configuradas linguisticamente, cuja ocorrência depende da ocorrência de substâncias concretas.

Pelo contrário, os substantivos concretos designarão prototipicamente substâncias materiais, pelo que corresponderão a referentes autónomos percepcionáveis pelos sentidos.

Segundo Flaux (1996: 84-85), o critério de acessibilidade aos sentidos poderá ser falível no que toca aos substantivos concretos. Se é verdade que todas as substâncias abstractas são não acessíveis aos sentidos, nem todas as concretas são apreendidas sensorialmente. Seria este o caso de, por exemplo, *fantasma*, que Flaux considera concreto.

Depois de termos delineado brevemente a caracterização das substâncias abstractas e concretas, iremos averiguar se há alguma correspondência entre estas categorias semântico-referenciais e as categorias gramaticais que as enformam linguisticamente.

Segundo Langacker (1987: 14), «[...] discrete physical objects are clearly prototypical for the class of nouns, and their energetic interactions for the class of verbs.». A substância concreta é, pois, tendencialmente categorizada linguisticamente pelo substantivo, enquanto a substância abstracta, sendo caracterizada por constituintes de ordem relacional e não material<sup>155</sup>, encontra, geralmente, forma de categorização no verbo. O substantivo parece, assim, relacionar-se com entidades cuja existência se situa no espaço. Por seu lado, o verbo tende a aliar-se à conceptualização de processos interaccionais, desenrolados numa coordenada temporal, cuja ocorrência está dependente de vários participantes (Langacker (1987: 14)).

Todavia, não pode afirmar-se que há uma relação directa e unívoca entre substantivo e substância concreta, por um lado, e verbo e substância abstracta, por outro. É que muitos substantivos manifestam significações de ACCÃO. Os produtos

---

<sup>155</sup> Citando Langacker (1987: 28), as entidades constituintes da substância abstracta «[...] are not patches of matter, but rather *relationships*, namely component states of the process in question.».

deverbais constituem, pois, um bom exemplo dessa “discordância” entre categoria nocional e gramatical, o que leva Rémi-Giraud (1996: 115) a definir a nominalização como «[...] une véritable **métaphore grammaticale**, qui consiste à donner à une notion une catégorie qui ne lui est pas adéquate [...]».

Os substantivos deverbais herdaram da base a significação de ACCÇÃO. Contudo, mesmo nos casos em que essa significação é mantida, não há um paralelismo semântico completo entre o verbo derivante e o seu derivado. No substantivo, o grau de abstracção encontra-se num patamar superior (Langacker (1987: 37)), pois que, ao contrário do verbo, onde para além do semantismo de ACCÇÃO se encontram outras noções relacionadas com as categorias de tempo, voz, aspecto e modo, o produto de uma nominalização não apresenta este tipo de informações (Comrie (1976: 180)).

Por outro lado, também não há a manutenção, no deverbais, de um funcionamento morfossintáctico igual ao do verbo (Cf. cap. 3, § 2 deste trabalho).

Para além destas dissemelhanças entre o verbo e o substantivo dele resultante, há ainda a apontar o possível afastamento semântico do produto em relação à base através de um percurso de concreção.

Os semantismos concretos dos deverbais decorrem de processos de polissemia que conduzem o sentido para a esfera da reificação (Langacker (1987: 22)). Num mesmo lexema encontram-se, assim, vários planos significativos. Haverá planos onde se condensa uma significação abstracta – a ACCÇÃO – e planos onde essa herança do verbo se encontra mitigada, para sobressair antes uma significação concreta – o produto da ACCÇÃO ou os participantes da ACCÇÃO, por exemplo<sup>156</sup>.

A ocorrência de significações abstractas e concretas num mesmo signo é explicável através da polissemia. Parece-nos que uma explicação homonímica<sup>157</sup> iria redundar numa multiplicação de entradas lexicais donde estão ausentes as relações semânticas tecidas entre aquelas por meio de processos geracionais. Na verdade, a polissemia, para além de se revelar mais económica ao reduzir o número de entradas

---

<sup>156</sup> Para Rémi-Giraud (1996: 113), as nominalizações são substantivos não prototípicos, já que encerram semantismos, num primeiro nível, próprios de verbos. Assim sendo, há uma tensão entre o nível gramatical e o nível nocional que, quando ocorre a desactivação das significações prototípicas dos verbos, se resolve para bem da conciliação entre os dois níveis, criando-se, deste modo, significações concretas.

<sup>157</sup> Para a distinção entre polissemia e homonímia veja-se Silva (1992: 263). O autor também procede a uma distinção entre significações polissémicas e variantes contextuais. Assim, as significações polissémicas encontram-se previstas no sistema, enquanto as variantes contextuais decorrem apenas do uso.

lexicais, deixa perceber as conexões de teor semântico urdidas entre os diferentes sentidos do lexema possibilitados pela RFP.<sup>158</sup>

Se observarmos os vários sentidos que fomos apontando no § 3 do capítulo 3 para os deverbais em *-a*, *-e* e *-o*, constatamos que se torna impossível conceber apenas dois compartimentos definidores da abstracção/concreção – um para o [+ abstracto] e o outro para o [- abstracto]. Na realidade, parece haver um percurso gradativo entre os dois extremos, que nos leva a conceber um *continuum* escalar onde se vão inserindo os diferentes semantismos do deverbal.

Defrancq & Willems (1996: 222) apresentam uma visão não discreta, mas analógica da oposição abstracto/concreto<sup>159</sup>. Caminhando do pólo abstracto para o pólo concreto, os semantismos potencialmente acumulados pelos produtos deverbais apresentados por estes autores são os seguintes (p.228):

- deverbal de acção;
- deverbal de acção concretizável;
- deverbal concretizado colectivo;
- deverbal concretizado individual;
- deverbal concreto.

O deverbal de acção é aquele que se encontra num mais alto grau de abstracção. Este semantismo, correspondente à paráfrase ‘acção de V’, manifesta a configuração da ACCÇÃO como processo a desenvolver interaccionalmente. Será esta a significação do deverbal na frase:

(1) *A caça da presa pelo leão deixou-o cansado.*

Em (1) aquilo que é entendido por *caça* é o desenrolar global do processo de caçar. Assim, é toda a globalidade do evento que deixa o leão cansado, e não apenas o ponto culminante da acção.

O deverbal de acção concretizável é parafraseado por ‘resultado de V’.

---

<sup>158</sup> Anastácio (1998: 68) rejeita a explicação da homonímia para a existência de um sentido abstracto e outro concreto para o mesmo significante, «[...] dado que a mesma paráfrase composicional de uma RFP pode ter várias variáveis.», ou seja, numa RFP não está apenas prevista a criação de um só sentido, mas de variáveis que podem partir da significação genérica gerada pela RFP. Também em Defrancq & Willems (1996: 222) se optou por explicar «[...] la cohabitation, à l’intérieur d’une même forme dérivée, du sème «procès» et du sème «concret» [...]» através da polissemia.

<sup>159</sup> O mesmo tipo de descrição é adoptado por Godard (1996: 301-302).

(2) *A caça da presa pelo leão deu-se ao fim de duas horas de uma perseguição intensa.*

Em (2), *caça* designa apenas o momento em que o leão agarra a presa, ou seja, o ponto de chegada da acção enformada por um verbo de *accomplishment*. De (1) para (2) assiste-se a um caminhar no sentido da concreção, que, no entanto, ainda não é equiparada a níveis tão intensos que conduzam o lexema a uma perda da estrutura argumental. Vemos, pois, que em (2) continua a estar presente a subcategorização de argumentos própria de construções como (1), o que significa que o lexema ainda não abandonou a capacidade de predicção que o aproxima da sua base verbal, pelo que ainda não atingiu a função de referenciação prototípica do substantivo.

O deverbal concretizado colectivo é inserido nesta escala antes do deverbal concretizado individual, posicionamento justificado pelos autores através da tendência de relação entre o colectivo e o abstracto, por um lado, e o individual e o concreto<sup>160</sup>, por outro.

A noção de colectividade serve uma significação abstracta. Uma dada colectividade é formada por indivíduos caracterizados por uma determinada essência comum. Isto significa que, na construção desse conjunto, é necessária a não projecção dos traços individualizadores de cada elemento, já que estes não são pertinentes (comportam-se, aliás, como obstáculos) para se obter uma classe.

A noção encerrada em deverbal concretizado colectivo não cabe dentro dos parâmetros da abstracção absoluta, visto que a colectividade em questão deverá ser composta por referentes concretos. Contudo, ainda não está localizada no pólo extremo da concreção, pois a colectividade é, por inerência, o resultado da abstracção das características acidentais dos indivíduos que a compõem.

(3) *Os caçadores dizem que este ano há pouca caça.*

Em (3) *caça* designa o ‘conjunto daquilo que é caçado’. Já não estão aqui patentes as significações de ‘acção de caçar’ ou de ‘resultado de caçar’, mas também ainda não há referência a um objecto individual que é caçado.

---

<sup>160</sup> Em Defrancq & Willems (1996: 227) pode ler-se: «Le nom collectif étant souvent considéré comme une abstraction par rapport à l'individuel, ces concrétisations collectives occuperaient, sur l'échelle de la concrétisation, une position intermédiaire entre l'abstrait et le concret.»

De notar ainda que nesta ocorrência já não cabe a possibilidade de subcategorização por parte do deverbal. Esta é, pois, uma particularidade que enfatiza o afastamento em relação aos sentidos mais abstractos do lexema.

O objecto individual que é caçado pode ser designado por um deverbal concretizado individual, utilizado em (4):

(4) *Ao almoço comi uma peça de caça.*

De (3) para (4) deu-se uma operação de concreção através da passagem do colectivo para o individual. Neste uso de *caça*, parece ter-se perdido qualquer resquício de abstracção, pois ressalta a referência a um elemento particular daquele conjunto de indivíduos designado em (3).

O deverbal concreto poderá, provavelmente, ser exemplificado pela forma masculina *o caça*. Este sentido é parafraseável por ‘aquele/aquilo que caça’<sup>161</sup>. *O caça* parece estar situado no último grau da escala de concreção. Contudo, poderemos enquadrar *o caça* no culminar de uma contiguidade que está patente ao longo dos deslizes semânticos urdidos entre os diferentes sentidos da forma feminina?

O problema reside, sobretudo, em saber se *o caça* resulta do prolongamento de uma série de processos de polissemia já manifestados no decorrer da aplicação dos vários semantismos em *a caça*, ou se, pelo contrário, estamos perante produtos homónimos, com percursos gerativos distintos. Note-se que o género de *o caça* é masculino, o que o distingue das formas femininas anteriores. No entanto, como neste caso a diferença de género só é visível através da anteposição do artigo, essa distanciação gramatical poderá ser considerada posterior à geração de *caça* (‘aquele/aquilo que caça’).

---

<sup>161</sup> Em *o caça-fantasmas*, *caça* é AGENTE, sendo parafraseado por ‘aquele que caça’, já que apresenta os traços prototípicos de [+ humano], [+ activo] e [+ intencional]. Em *o caça-aviões*, *caça* é CAUSA e não INSTRUMENTATIVO, pois este deverá ostentar os traços [- animado], [- activo] e [- intencional], enquanto em CAUSA deverão estar contidos os traços [+ activo], [- intencional] e [- animado]. Ora, *o caça-aviões* parece ser [- intencional], [- animado], mas [+ activo], pelo que o classificamos como CAUSA e não INSTRUMENTATIVO. Como tal, fazemo-lo figurar no conjunto dos semantismos

## 2. Critérios co-textuais para a delimitação do semantismo do produto

Depois de termos observado os diferentes sentidos condensados no mesmo lexema, torna-se necessário compreender os mecanismos co-textuais que conduzem à percepção dessas diferentes significações. Como já vimos, o derivado *caça* congrega vários planos semânticos localizados em diferentes pontos da escala de abstracção/concreção e gerados em distintos níveis de todo o processo de uma RFP. No entanto, essas diferenças semânticas não são materializadas morfologicamente, à excepção de *o caça*, pelo que a sua apreensão está dependente de dados concernentes ao co-texto onde se insere, numa utilização discursiva, o vocábulo em causa.

Torna-se, pois, necessário proceder à compreensão das ocorrências co-textuais que determinam a activação, na *praxis* da língua, de uma determinada significação do deverbais.

### 2.1 Critério posicional

A apreensão do carácter abstracto ou concreto do deverbais poderá ser resolvida pela posição do produto em causa relativamente a um outro lexema. Observemos as seguintes frases:

(5) *O remendo do adorno resolveu a situação.*

(6) *O adorno do remendo resolveu a situação.*

Se procurarmos posicionar na escala de abstracção/concreção as significações que ressaltam das ocorrências de *remendo* e *adorno* nas frases apresentadas, vemos que *remendo* em (5) é detentor de um carácter [+ abstracto] e em (6) possui um sentido [- abstracto], enquanto *adorno* é [- abstracto] em (5) e [+ abstracto] em (6).

A ocorrência dos dois deverbais à esquerda produz-se com o acarretar de um sentido abstracto parafraseável por ‘acção de V’ e a sua ocorrência à direita traduz-se por um sentido concreto correspondente a ‘produto da acção de V’.

Assim, em (5) temos a descrição de uma cena equivalente a “a acção de remendar o produto concreto resultante de adornar resolveu a situação”; em (6) os

---

parafraseados por ‘aquilo que V’ e não ‘instrumento com que V’. Para a caracterização dos papéis temáticos veja-se, neste trabalho, § 3 do cap.2.

participantes invertem os papéis para “a acção de adornar o produto concreto resultante de remendar resolveu a situação”.

Perante dois deverbais onde se avolumam diferentes semantismos, o produto situado à esquerda será usado numa significação [+ abstracta] e o da direita emergirá com uma significação [- abstracta] (Anastácio (1998: 54)).

O critério da posição do deverbal, no entanto, mostra-se falível em frases em que o deverbal está seguido de nome próprio ou concreto.

(7) *O remendo das calças incomoda-me.*

(8) *O adorno da Maria demorou duas horas.*

(9) *O adorno da Maria é bonito.*

Em (7) a interpretação de *remendo* é bivalente, na medida em que se admite uma leitura predicativa e outra referencial do produto. De facto, neste contexto, a posição à esquerda do deverbal não contribui para uma interpretação de teor abstracto, mas também não existem outros indícios que forneçam uma interpretação a pender para o concreto. Como tal, em (7) podemos ter as interpretações “a acção de remendar as calças incomoda-me” ou “o produto concreto resultante da acção de remendar as calças incomoda-me”.

Em (8) *adorno* sofre uma interpretação predicativa. Contudo, esta interpretação não nasce da posição à esquerda em que o deverbal se encontra, mas sim da ocorrência, no co-texto, de indicadores da duração do processamento da acção (*demorou duas horas*).

Em (9) *adorno*, apesar de se situar à esquerda, é objecto de uma leitura referencial. Neste caso, o lexema tem uma significação concreta, já que designa um objecto tido como produto da acção enunciada pelo verbo que lhe serve de base. Esta leitura é proporcionada pela existência co-textual do nome predicativo do sujeito que instancia a qualificação do objecto antes nomeado.

O critério posicional poderá por vezes fazer salientar o carácter abstracto ou concreto do produto deverbal. Todavia, não deverá ser encarado como instrumento de análise sólido, visto que outros factores co-textuais concorrem para a determinação do tipo de leitura a efectuar.

## 2.2 Pluralização

A pluralização é apontada por Flaux (1996: 89) como um dos factores de alteração do sentido dos lexemas para o nível concreto.<sup>162</sup> Pelo facto de o substantivo com significação abstracta designar entidades não circunscritas fisicamente ou não delimitáveis de modo espacial, não é, geralmente, possível operar uma pluralização dessas entidades. Assim, quando um deverbal surge actualizado sob a forma do plural, a leitura que sói ocorrer é a referencial ou concreta, visto que o carácter de pluralização é próprio dos objectos definidos como concretos. É que a pluralização implica, geralmente, a replicabilidade de identidades discretas, ou seja, de nomes contáveis<sup>163</sup>.

(10) *Os adornos da Maria são bonitos.*

(11) *Os remendos das calças incomodam-me.*

Em (10) *adornos* denota uma significação concreta, realizada em ‘produto da acção de V’, ou seja, ‘os objectos que a Maria usa como adorno’ e não as ‘acções de adornar’. Como vimos quando fizemos referência ao critério posicional para a leitura dos deverbais, o sentido concreto surge aqui enfatizado pela ocorrência do nome predicativo do sujeito *bonitos*.

Em (11) *remendos* parece apontar para os objectos concretos definidos como ‘produto da acção de V’. Se na versão do singular havia uma ambiguidade concernente à interpretação abstracta/concreta do lexema, nesta utilização essa ambiguidade decresceu para se dar saliência ao nível concreto deste sentido. Contudo, essa ambiguidade não foi completamente dissipada. Se é verdade que há um favorecimento da leitura concreta em (11), não podemos descurar que não está alheia deste enunciado uma interpretação eventiva, em que *remendos* se refere a várias ‘acções de remendar’, isto é, à mesma ‘acção de remedar’ desenrolada em diferentes coordenadas temporais, e não ao produto físico dessa operação.

---

<sup>162</sup> Flaux (1996: 89) mostra qual o tipo de significação saliente dos *nomina actionis* decorrente da pluralização: «[...] les noms d’action prennent souvent au pluriel une acception résultative (**destruction/destructions**). Para o contributo da pluralização para a concreção vejam-se também Bartning (1996: 330) e Nyéki (1996: 236).

<sup>163</sup> «O limite de um nome contável é responsável por sua replicabilidade: há um ponto em que se esgota uma instância da categoria, de modo que incrementá-la resulta iniciar outra.» (Camacho & Pezatti (1996: 158)).

A possibilidade de o lexema utilizado com uma função predicativa ocorrer pluralizado é apontada por Brito & Oliveira (1997: 61), especialmente se estiver em jogo uma construção progressiva<sup>164</sup>.

(12) *Os remendos das calças estavam no início.*

(13) *Os remendos das calças demoraram trinta minutos.*

Em (12) e (13) a leitura abstracta de ‘acção de V’ é claramente indiciada pelos elementos denotadores do pendor durativo ou progressivo dos eventos descritos. Desta forma, constatamos que a pluralização pode favorecer a actualização do sentido concreto do deverbal, mas não é deste exclusiva.

### 2.3 Quantificação

A possibilidade de quantificação anda a par da de pluralização dos deverbais. A correlação entre quantificação e pluralização é anotada por Anastácio (1998: 69), que salienta o valor de concretude inculcado por estas operações sintáctico-semânticas. A ocorrência de quantificadores<sup>165</sup>, sendo uma propriedade dos nomes contáveis, condiciona a leitura do deverbal como concreta:

(14) *Os diversos adornos da Maria são bonitos.*

Contudo, tal como a pluralização, a quantificação também é conciliável com o sentido abstracto ‘acção de V’ dos produtos deverbais. A ocorrência do verbo de percepção, em (15), acarreta uma leitura abstracta de *adornos*.

(15) *Assisti aos diversos adornos da Maria.*

Vemos, pois, que a manifestação de determinados elementos pode anular, ou pelo menos mitigar, o efeito produzido por outros elementos presentes no enunciado.

---

<sup>164</sup> Brito & Oliveira (1997: 61) mostram que, apesar de tendencialmente a pluralização servir uma leitura concreta, em determinados usos, o carácter abstracto, equivalente nos deverbais a uma significação eventiva, é conciliável com a pluralização. As autoras exemplificam a constatação com as seguintes frases: «Os jornalistas estavam a assistir a várias destruições de cidades, quando chegaram as tropas.» e «Os jornalistas estavam a assistir a invasões de cidades, quando chegaram as tropas.»

<sup>165</sup> Em Camacho & Pezatti (1996: 163-164) definem-se os quantificadores da seguinte forma: «Como todos os numeradores são quantificadores, pode-se afirmar que o paradigma dos numeradores constitui-se

## 2.4 Determinação

A caracterização da pluralização e da quantificação como tendencialmente construtoras de uma leitura concreta não deverá conduzir a que se tome a manifestação do singular, nos deverbais, como exclusivamente indiciadora de uma interpretação abstracta. De facto, o tipo de leitura de um deverbal que se encontre no singular poderá estar condicionado pela própria determinação co-ocorrente.

### 2.4.1 Artigo definido

A determinação operada através do artigo definido pode servir uma leitura abstracta. Esta indicição do abstracto não é operada apenas nos lexemas que apresentam significações com diferentes níveis de abstracção/concretude localizados nos extremos desta escala, como será o caso dos deverbais, mas também naqueles que apontam somente para um tipo de referente categorizado como concreto. Em lexemas como *leão*, *rosa*, *montanha*, a utilização do artigo definido pode, por um lado, operar uma especificação singularizada ao referente individual apontado ou, por outro lado, accionar uma referenciação genérica, designadora não de um indivíduo pertencente a uma determinada classe, mas antes dessa classe como um todo.

Em exemplos fornecidos para a ilustração dos critérios analisados anteriormente, encontram-se, contudo, usos de deverbais acompanhados de artigos definidos que apresentam um semantismo concreto. Analisemos as seguintes frases:

(16) *O adorno da Maria é bonito.*

(17) *O remendo das calças está mal alinhavado.*

(18) *O adorno da Maria demorou duas horas.*

(19) *O remendo das calças demorou duas horas.*

Em (16), (17), (18) e (19), todos os deverbais estão no singular, para se evitar uma possível contaminação da pluralização no sentido dos lexemas em causa, e estão determinados pelo artigo definido. Se seguirmos a ideia de que o artigo definido serve uma interpretação abstracta, então não conseguiremos explicar as leituras concretas de

---

não só dos numerais cardinais de um a infinito, mas também de qualquer quantificador que identifique

(16) e (17). O artigo definido pode contribuir para a construção de uma leitura abstracta, mas no sentido de que é genérica, pois faz referência a uma classe e não a um indivíduo dessa classe. Recordemos, no entanto, que o que está em causa na caracterização abstracta/concreta das leituras dos deverbais, ou mesmo na determinação da classificação de um substantivo como abstracto ou concreto, não é o carácter abstracto inerente a todo o signo linguístico, mas as características físicas do referente designado.

Parece-nos, pois, que a acção do determinante definido se localiza numa dimensão que trabalha com uma escala de genérico/individual e não abstracto/concreto tal como aqui definidos.<sup>166</sup> Como tal, a leitura abstracta de (18) e (19) deve-se à manifestação do carácter durativo no verbo que retira a possibilidade de aceitar, nestes exemplos, uma interpretação concreta.

#### 2.4.2 Artigo indefinido

Se o artigo definido é muitas vezes utilizado para a obtenção de uma referência genérica a uma determinada classe, o artigo indefinido possui a capacidade de operar uma aproximação a um indivíduo dessa classe.<sup>167</sup> Poderá ser devido ao carácter físico do referente concreto que este aparece mais facilmente relacionado com a possibilidade de individualização.

Em Brito & Oliveira (1997: 60) e em Bartning (1996: 330-331) alerta-se, no entanto, para o facto de uma leitura eventiva ser perfeitamente coadunável com a ocorrência de uma determinação indefinida.

(20) *Um remendo de calças demora duas horas.*

---

uma ou mais unidades discretas, mas não necessariamente um número preciso delas [...].».

<sup>166</sup> É certo que aquilo que é genérico é tendencialmente abstracto e aquilo que é individual é tendencialmente concreto. Contudo, essa oposição de abstracção/concretude não coincide com aquela que é alvo do nosso estudo. Por exemplo, *remendo*, na acepção de ‘acção de remendar’, é abstracto, na medida em que não se trata de uma unidade discreta, não tem características físicas como uma determinada massa, um determinado peso, uma determinada forma, pelo que não ocupa espaço. *Remendo*, nesta acepção, é antes definido como uma inter-relação entre vários participantes que se desenrola no tempo. Por outro lado, *remendo* na acepção de ‘produto da acção de remendar’ é concreto, pois já possui todas aquelas características de teor físico negadas à acepção de ‘acção de V’. Quer uma acepção abstracta quer uma acepção concreta podem ser utilizadas ou genérica ou individualmente. Podemos fazer referência à classe dos *remendos* como objectos concretos e podemos fazer referência a um *remendo* (objecto concreto) individual; assim como é possível designar a classe genérica da ‘acção de remendar’ ou uma ‘acção de remendar’ particular, protagonizada por participantes bem definidos e localizada numa coordenada temporal específica.

<sup>167</sup> Em Rousseau (1996: 57) são assim delimitadas as funções dos artigo definido e indefinido: «[...] *le* désigne le prototype idéal de la classe des chiens, alors que *un* renvoie à un élément quelconque pris dans la classe [...]».

Em (20), apesar da existência de um artigo indefinido, a leitura adequada do deverbal é a de ‘acção de V’. Aquilo que o determinante indefinido operou foi uma especificação ou individualização de um objecto, fazendo-o sobressair da classe onde se enquadra.

Conforme foi dito a propósito do artigo definido, a operação efectuada pelos artigos definido ou indefinido em termos de actualização de um lexema situa-se numa escala de um tipo de abstracção que está relacionada com a possibilidade de fazer referências genéricas ou individualizadoras ao objecto ou classe de objectos nomeados. Não estamos, portanto, no mesmo domínio de abstracção abstracto/concreto que temos vindo a analisar.

#### 2.4.3 Artigo zero/partitivo

Uma abordagem pertinente da ligação entre a determinação indefinida operada por *un* ou pelo partitivo *de*, para o francês, e as potenciais leituras dos *nomina actionis* é apresentada por Van de Velde (1996). Segundo Van de Velde (1996: 278), no caso dos deverbais, «[...] il est clair que ce qui détermine [...] le choix du déterminant, ce sont des considérations d’aspect.».

Assim, os deverbais que têm por base verbos descritos aspectualmente como de *actividade* são conciliáveis com o artigo indefinido partitivo *de*. Os verbos de *actividade* são descritos como enformadores da ACCÇÃO de forma contínua, ilimitada, onde cada partição daquilo que é descrito pelo verbo resulta na obtenção de elementos iguais ao todo e não providos de um carácter de unidade. Os verbos de *actividade* compreendem uma ACCÇÃO homogénea, pelo que o artigo indefinido compatível com a noção de continuidade é o partitivo (Van de Velde (1996: 279-280)).

No caso do português, o partitivo não encontra correspondência morfológica, pelo que é expresso pela ausência de artigo. Se compararmos as frases:

(21) *Quero água.*

(22) *Quero uma água.*

observamos que em (21) o carácter contínuo do substantivo denso é enfatizado pela ausência de artigo; enquanto em (22) há uma segmentação da continuidade inerente a *água* através do artigo indefinido *uma*.

De acordo com Van de Velde (1996: 279-280), os deverbais que têm por base verbos de *accomplishment* e de *achievement* são acompanhados pelo artigo definido *un*, pois que este enceta uma partição discretizadora do objecto. Este artigo permite, então, dar conta das várias partes discretas que compõem o todo heterogéneo descrito por estes dois tipos de verbos.

Segundo Willmet (1996: 74), a inexistência do artigo a determinar o deverbal coloca este num nível muito próximo do funcionamento do verbo que lhe deu origem. Essa aproximação ao verbo coloca o deverbal num nível abstracto, o que leva Flament-Boistrancourt (1996: 289) a afirmar que a ausência de artigo conduz o lexema a uma significação abstracta, enquanto a presença do artigo, afastando-o do verbo, o coloca numa dimensão concreta da significação.

O critério do tipo de determinação não é suficientemente sólido para decidir sobre o carácter abstracto ou concreto da interpretação dos deverbais, pelo que é necessário analisar outros tipos de elementos co-textuais que determinem essas leituras.

## 2.5 Anteposição da partícula negativa

Um dos critérios apontados como sendo mais consistentes (Brito & Oliveira (1997: 67)), no caso do português, na dilucidação do tipo de leitura dos lexemas deverbais consiste na possibilidade de antepor a estes a partícula negativa somente quando se está na presença de uma significação abstracta de ‘acção de V’<sup>168</sup>.

(23) *O não remendo das calças ajudará a que se rompam ainda mais.*

(24) \* *Gosto da cor da linha do não remendo das calças.*

Em (23) a anteposição de *não* é possível, pois há referência à ‘acção de remendar’, enquanto em (24) essa construção resulta agramatical, visto que aquilo que é designado é o ‘produto da acção de V’.

---

<sup>168</sup> Flaux (1996:89) aponta o mesmo critério para o francês: «[...] seuls les Na, notamment les noms déverbaux, acceptent d’être «préfixes» par la particule négative [...]».

## 2.6 Expressões adverbiais durativas

Um outro critério que permite construir e apreender a significação abstracta é o uso de expressões adverbiais que emprestam à descrição do estado-de-coisas um sentido durativo, apenas possível quando se caracteriza uma ACÇÃO. A ocorrência destas expressões adverbiais está, contudo, dependente da própria estrutura aspectual interna do verbo derivante.

Para Brito & Oliveira (1997: 58-59), a expressão adverbial em + medida de tempo é apenas combinável com a significação ‘acção de V’ dos deverbais, conforme pode constatar-se por (25) e (26).

(25) *O remendo das calças em duas horas fatigou a costureira.*

(26) \* *O remendo das calças em duas horas tem linha azul.*

A duração temporal pode ser também expressa através da ocorrência de um verbo como demorar ou durar + medida de tempo:

(27) *O remendo das calças demorou duas horas.*

(28) *O remendo das calças durou duas horas.*

## 2.7 Ocorrência de verbos de percepção progressivos

Quando um deverbal funciona como objecto de um verbo de percepção com forma progressiva, a leitura que se forma desse deverbal é de ‘acção de V’ (Cf. Brito & Oliveira (1997: 63) e Bartning (1996: 331)). A existência do processo perceptivo progressivo implica, em contexto, que este se dê sobre um determinado desenrolar accional, conforme pode ser observado em (29):

(29) *Assisti ao remendo das calças.*

A necessidade de o deverbal ser objecto de um verbo de percepção **progressivo** para que se construa uma interpretação eventiva é salientada se utilizarmos verbos de percepção dos quais esteja ausente qualquer modulação progressiva. Assim, em (30) e (31), apesar de estarmos perante um funcionamento dos deverbais como objectos de verbos perceptivos, a significação obtida é de carácter dúbio, pois não há a intervenção

de semantismos aspectuais progressivos do verbo a solidificar uma interpretação eventiva.

(31) *Observei o remendo das calças.*

(32) *Estou a ver o adorno da Maria.*

## 2.8 Posição predicativa

A ocorrência de um deverbal em posição predicativa poderia fomentar-lhe um sentido concreto, visto que, nessa posição, o derivado tende a sofrer uma discretização e uma reificação incentivada pela presença de um deíctico.

Todavia, Rousseau (1996: 55-56) salienta que, apesar de os deícticos operarem uma materialização no que respeita à significação do substantivo abstracto, estes também podem «[...] avoir le pouvoir de faire surgir le nom abstrait en lui donnant consistance dans l'univers de discours.». O papel do deíctico torna-se, pois, semelhante ao do artigo indefinido, visto que ambos têm a capacidade de individualizar o objecto nomeado, fazendo-o sobressair da classe onde se integra, independentemente de se tratar de uma substância concreta ou abstracta.

Em (33) e em (34), tanto a leitura eventiva como a referencial são possíveis:

(33) *Isto é o remendo das calças.*

(34) *Isto é o adorno da Maria.*

Os deverbais em posição predicativa e apontados pelo deíctico podem significar os 'produtos da acção de V', mas também o desenrolar da própria acção, pelo que não existe nas frases nenhum dado linguístico capaz de anular essa ambiguidade em favor de uma ou de outra leitura.

Se o deverbal se fizer acompanhar por determinados adjectivos, a interpretação eventiva é aquela que perdura<sup>169</sup> ((35)).

(35) *Isto é o remendo rápido das calças.*

---

<sup>169</sup> Brito & Oliveira (1997: 62) exemplificam a manutenção do sentido eventivo em enunciados com o deverbal em posição predicativa através da presença de certos adjectivos com as frases «Isto é uma destruição devastadora pelo exército.»; «Isto é a destruição da cidade pelo exército mais devastadora a que se assistiu ultimamente.»; «Isto é a destruição progressiva dos valores humanistas.».

Deste modo, o critério da posição predicativa não se apresenta, para o português, como uma solução eficaz para a compreensão do sentido dos derivados deverbais.

## 2.9 Adjectivação

De acordo com Brito & Oliveira (1997: 63), no que diz respeito à distinção do semantismo ‘acção de V’ e ‘resultado de V’, a qualificação dos deverbais desenvolvida por adjectivos como *total*, *parcial*, *completo* tem como consequência a obtenção do sentido resultativo.

Em (35) a presença do adjectivo mostra a significação resultativa do deverbais que, no entanto, é trocada pela eventiva (36) quando ocorre em contexto progressivo (Brito & Oliveira (1997: 63)).

(35) *Vi o remendo total das calças.*

(36) *Estou a assistir ao remendo total das calças.*

## 2.10 Construções ser + adjectivo

Em construções do tipo ser + adjectivo (*difícil*, *penoso*, *agradável*)<sup>170</sup> seguidos do deverbais, este ganha uma carga semântica eventiva, especialmente se se fizer acompanhar por um verbo de percepção, conforme é indicado por Brito & Oliveira (1997: 64) e exemplificado em (37) e (38).

(37) *É difícil o remendo das calças.*

(38) *É agradável assistir ao adorno da Maria.*

## 2.11 Construção com verbo de suporte

---

<sup>170</sup> Para o francês Bartning (1996: 327) indica os adjectivos *hâtif*, *formel*, *maladroit*, *difficile*. Bartning apresenta ainda os adjectivos *prometteur*, *illisible*, *exact* como forma de obtenção de uma leitura resultativa. No entanto, parece-nos que estes adjectivos estão demasiado centrados nos próprios exemplos que Bartning fornece, não mostrando uma aplicabilidade suficientemente abrangente para que possam ser utilizados gramaticalmente com todos os deverbais que apresentam um sentido resultativo.

Quando um deverbal surge integrado numa construção de verbo de suporte, a significação activada é a de ‘acção de V’<sup>171</sup>. Neste tipo de construções, o verbo tem como único papel o fornecimento de determinadas funções, como as categorias de tempo, modo e pessoa, que o substantivo, dentro do conjunto das informações herdadas do verbo derivante, não mantém. A construção com verbo de suporte permite obter uma proposição sem que seja necessário recorrer ao auxílio de um verbo com uma carga lexical forte. Desta forma, a única informação acarretada pelo verbo de suporte é de tipo gramatical, cabendo ao deverbal o monopólio das informações lexicais e da capacidade de satelitizar um determinado número de argumentos com os respectivos papéis temáticos.<sup>172</sup>

Nem sempre a utilização de um verbo que pode funcionar como suporte, como *andar a, fazer, dar*, resulta numa construção desse tipo. Por vezes, o verbo não cumpre essa funcionalidade, manifestando-se como verbo pleno, o que acarreta que o deverbal seja alvo de uma leitura referencial.

Em (39), (40) e (41) estamos perante construções com verbo de suporte, já que a significação lexical está a cargo do derivado; o verbo empresta-lhe apenas as categorias necessárias à obtenção de uma proposição.

(39) *O João andou ao rebusco durante a manhã.*

(40) *Dei um abraço ao Pedro.*

(41) *Hoje vamos fazer a redra.*

Em (42) a leitura obtida é ‘produto da acção de V’. *Adorno* é tido como objecto realizável concretamente e não como ACÇÃO a desenvolver.

(42) *Hoje vamos fazer o adorno da Maria.*

Uma construção com verbo de suporte que é apontada por Bartning (1996: 327) como critério sólido para a arquitectura do sentido ‘acção de V’ é a de *proceder a + substantivo*. A verdade é que este verbo empresta à proposição uma noção de processo conciliável com a ideia de ‘acção de V’, tal como exemplificado em (43), (44), (45) e (46).

---

<sup>171</sup> Para a obtenção do sentido de ‘acção de V’ nas construções de deverbal + verbo de suporte vejam-se Godard (1996: 305), Riegel (1996: 315), Bartning (1996: 327) e Neves (1996 b).

- (43) *Vou proceder ao adorno da Maria.*  
(44) *Vou proceder ao remendo das calças.*  
(45) *Vou proceder à redra logo de manhã.*  
(46) *Vou proceder ao rebusco logo de manhã.*  
(47) ? *Vou proceder ao abraço do Pedro.*

A frase (47) não parece resultar gramatical. A hipótese que colocamos é a de que tal se deve ao facto de *abraço* ser derivado de um verbo de *achievement*, pelo que se torna incompatível com uma expressão verbal que lhe forneceria uma noção de duração ou progressão não determinada pela estrutura aspectual interna da base.

## 2.12 Estrutura argumental<sup>173</sup>

A manutenção, no derivado, da estrutura argumental do verbo derivante é um indício de que o deverbal está a ser usado na acepção de ‘acção de V’ ou na de ‘resultado de V’, quando esta existe, estando ausente qualquer interpretação referencial (Brito & Oliveira (1997: 57)).

Quando falamos da manutenção da estrutura argumental no substantivo deverbal não queremos fazer implicar que haja uma total simetria entre o modo como o verbo e o substantivo marcam os seus argumentos, mas apenas que o substantivo herda da base verbal a sua capacidade predicativa<sup>174</sup>.

## 3. Conclusão

Dos critérios acima apresentados, aqueles que se mostram mais adequados para a dilucidação do sentido concreto ou abstracto do deverbal, em contexto, são a colocação da negativa antes do deverbal, o uso de expressões adverbiais durativas e o

---

<sup>172</sup> Vivès (1988: 146) define desta maneira a construção com verbo de suporte: «Ce qui caractérise un emploi de verbe comme support, c’est le fait que, à la différence de la rection ordinaire, ce n’est pas le verbe qui impose ses arguments à la phrase, mais le nom supporté.».

<sup>173</sup> A estrutura argumental é alvo de reflexão no § 2 do capítulo 3.

<sup>174</sup> Booij & Haaften (1988: 105) mostram que «[...] l’héritage est effectué sur la structure argumentale, et non pas sur la sous-catégorisation syntaxique [...]».

funcionamento do deverbal como objecto de verbos de percepção com uma noção progressiva.<sup>175</sup>

São estas as três ocorrências que permitem a elaboração do semantismo abstracto ‘acção de V’.

Os restantes critérios revelam-se por vezes falaciosos, por levarem a uma confusão entre a dimensão de abstracção/concretude em análise e uma outra dimensão que, ainda que possuidora de uma determinada vertente de “abstracção”, tem antes que ver com a generalização/individualização. Falamos, pois, do problema da determinação definida e indefinida, da pluralização, da quantificação e da posição predicativa.

Outros critérios, como o da posição à esquerda e o da adjectivação revelam-se demasiado inconsistentes quando co-ocorrentes com os mecanismos decisivos, mencionados em cima, para a construção do sentido do deverbal.

Por sua vez, o critério que se apoia nas construções com verbo de suporte parece oscilar, em termos de adequação, de acordo com a própria estrutura aspectual interna que o deverbal guarda do verbo.

Por último, a estrutura argumental, critério importante, mas não decisivo, para o estabelecimento da direcionalidade entre verbo e substantivo, não tem a capacidade de destringir se o uso do deverbal corresponde a ‘acção de V’ ou a ‘resultado de V’, sempre que o lexema apresentar as duas possibilidades semânticas.

---

<sup>175</sup> Os mesmos critérios são apontados por Brito & Oliveira (1997: 67) como aqueles que solucionam adequadamente o problema das interpretações dos deverbais.



## CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES

O objectivo principal deste trabalho consiste na demonstração de que, ao contrário do que a explicação tradicional defende, a formação dos postverbais do português não reside numa operação de subtracção do morfema do infinitivo verbal. Esse pretenso carácter regressivo, que aparece relacionado com a formação de substantivos deverbais formalmente mais curtos do que as formas citacionais das suas bases, é negado por uma abordagem mais fina do mecanismo genolexical actuante (cap. 1).

De facto, só uma perspetivação superficial e concatenativa permite continuar a sustentar a regressividade dos produtos em apreço. A avaliação da forma do infinitivo verbal revela que esta é a forma citacional do lexema-verbo de acordo com a convenção imperante na gramática ocidental moderna. Fazer derivar um produto lexical da forma que serve a citação de um lexema equivale a deixar-se guiar por arbitrariedades que oscilam no espaço e no tempo e por aparências obductoras da realidade genolexical.

Uma descrição sistémica e coerente consiste, pois, em delimitar a forma do verbo que funciona como base da construção dos postverbais. Seria incongruente e pouco sistémica a concepção de um processo genolexical que exigisse, por um lado, uma operação de subtracção (do morfema do infinitivo) e, por outro, uma operação de adição (de um marcador de classe), quando radical e tema verbais se encontram disponíveis como formas derivantes de novos lexemas.

A delimitação da forma que serve de base à geração de postverbais passa pela comparação entre a vogal temática dos verbos derivantes e a que constitui o marcador de classe dos novos substantivos. Devido à inexistência de uma coincidência total entre os dois segmentos visados, salientada pelo facto de no postverbal o marcador de classe mais encontrado ser *-o*, forma que não se apresenta como vogal temática da classe

verbal, conclui-se que o radical do verbo, com as possíveis variantes alomórficas, constitui a base de construção dos postverbais (cap. 1).

O mecanismo que dá origem aos postverbais do português não é, pois, subtractivo. Ao radical do verbo agrega-se um marcador de classe que, devido à sua semelhança formal com os marcadores de classe dos substantivos básicos, emerge envolto numa certa ambivalência funcional. De facto, os segmentos *-a*, *-e* e *-o* não possuem carácter derivacional com a mesma clareza com que o possuem sufixos como *-ção* ou *-mento*. É que se estes são apontados exclusivamente como sufixos derivacionais operadores da construção de *nomina actionis*, os primeiros surgem geralmente associados, nos substantivos, à marcação do género gramatical e à integração lexical. Devido a essa ambivalência de funções, não foi possível determinar se a heterocategorialidade de V para S é impulsionada pelo marcador de classe, ou se, estando este desprovido de tal capacidade, é devida à conversão do radical verbal em nominal a que se agregariam, posteriormente, as vogais *-a*, *-e* e *-o*.

Defendemos que *-a*, *-e* e *-o* dos postverbais não podem ser encarados como marcadores de género, pois não existe uma relação unívoca entre cada segmento e os géneros gramaticais. Por outro lado, se nos substantivos básicos eles permitem o uso contextual dos lexemas, parece-nos que nos postverbais eles encerram funções acrescidas. Perante a ausência de sufixos derivacionais e no contexto do processo de derivação através do qual se obtêm os postverbais, *-a*, *-e* e *-o* surgem, pelo menos, como manifestadores da transcategorização efectuada na operação heterocategorial V>S (cap. 1).

Outro objectivo do trabalho incide sobre a demarcação de critérios que possibilitem o estabelecimento da deverbalidade de um substantivo (cap. 1). A dificuldade do estabelecimento da direcionalidade existente entre um par lexical V/S deve-se, sobretudo, ao facto de existirem semelhanças formais entre verbos derivados de substantivos básicos e verbos derivantes de postverbais e, obviamente, entre substantivos postverbais e substantivos derivantes de verbos.

Como entendemos que um lexema derivado é um composto estrutural, os critérios definidos centram-se em diferentes planos da língua. Assim, só o concurso de análises morfofonológicas, semântico-sintácticas e semânticas podem esclarecer se, num dado par S/V, o substantivo é, de facto, postverbal construído no português. Sintetizando os critérios aduzidos, num par S/V, o substantivo é postverbal se:

- a) apresentando S e V uma estrutura compósita, a estrutura morfemática do substantivo contiver afixos operadores da construção de verbos;
- b) S apresentar acentuação que o caracterize como construído em português;
- c) as significações de S emergirem como projecções do semantismo de V;
- d) S manifestar um comportamento sintáctico-semântico predicativo.

Como procurámos demonstrar, a presença de apenas um dos traços enunciados não tem suficiente força probante da deverbalidade do substantivo. A avaliação deste tem, pois, de ser laborada através da conjugação dos diferentes critérios (cap. 1). Contudo, existem alguns pares S/V que, através de uma perspetivação sincrónica, são encarados como pares V>S. O recurso a informações de teor diacrónico permite visualizá-los como pares paradigmáticos, mas não derivacionais do português. Esses pares podem constituir a herança directa de formas latinas ou o empréstimo de outras línguas. Tal como nas línguas de origem, os substantivos desses pares exibem, no português, uma função predicativa. No entanto, essa capacidade não é critério suficiente para que se considere que esses substantivos foram formados no português. É que na passagem da língua de origem para o português, esses substantivos mantêm a capacidade predicativa, facto dilucidado por uma abordagem diacrónica.

A descrição das estruturas das bases dos postverbais (cap. 2) revela que, em termos morfológicos, os verbos derivantes apresentam uma variedade considerável de estruturas. Podem funcionar como derivantes de postverbais verbos não construídos no português e verbos formados a partir de verbos, substantivos e adjectivos. Os derivantes podem ser formados através da derivação imediata, da prefixação através dos operadores A-, ANTE-, COM-, DE(S)-, EM-, ENTRE-, ES-, MAL-, MENOS-, RE-, RETRO-, SO-, SOBRE-, TRANS-, da circunfixação através dos operadores A-...-EJ-, A-...-E-, ES-...-E, da sufixação através dos operadores -E-, -EJ-, -IC-, -ILH-, -INC-, -INCH-, -ING-, -INH-, -ISC-, -OL-, -USC-.

Os verbos derivantes construídos no português podem ser produtos das RFP de avaliativos, posicionamento, repetição e mudança.

Não se registam postverbais a partir de verbos circunfixados ou sufixados com os operadores sufixais -EC-, -IZ-, -IFIC- e -ESC-. Não foram, no entanto, determinadas as razões de tais constrangimentos.

Quanto à estrutura argumental dos verbos derivantes (cap. 2), encontraram-se verbos avalentes, mono, bi, tri e tetravalentes com uma variação actancial acentuada, ainda que a maioria seja composta por verbos bivalentes com o esquema A1; A2. Os

papéis- $\theta$  que preenchem os lugares abertos pelos verbos também apresentam uma acentuada variação, embora a relação AGENTE/OBJECTIVO seja a mais saliente.

Quanto à estrutura eventiva dos derivantes (cap. 2), foram encontrados exemplares das quatro classes de que se partia: *estado*, *actividade*, *achievement* e *accomplishment*.

O comportamento sintáctico-semântico dos postverbais (cap. 3) revela que, quando estes são actualizados na significação genérica de ‘acção de V’ e na de ‘resultado de V’, mantêm activa a função de predicação que herdaram do derivante. Contudo, ao contrário do verbo, os substantivos servem-se do auxílio de preposições para estabelecerem a relação de predicação com todos os seus argumentos. Para além deste uso de um mediador preposicional, a estrutura argumental do substantivo, quando em co-texto, tende a sofrer uma redução do número de argumentos. Esta redução não é arbitrária, já que se assiste à manutenção do arquipapel- $\theta$  a que chamámos CONTINENTE, sintacticamente introduzido por *de*.

As estruturas semânticas do derivado são, em grande parte, projectadas a partir de traços semânticos do derivante, sob a filtragem da própria RFP em jogo (cap. 3). A significação genérica ‘acção de V’ é aquela que mais se aproxima do semantismo do verbo, embora desprovida de informações de tempo, modo, pessoa ou voz. As significações não-genéricas resultam de operações de semântica figural exercidas quer sobre traços da estrutura eventiva do verbo (‘resultado de V’, ‘produto da acção de V’), quer sobre traços da estrutura argumental (‘aquele/aquilo que V’, ‘aquele/aquilo que é Vdo’, ‘instrumento com que V’, ‘lugar (por) onde (se) V’).

Alguns postverbais exibem ainda significações resultantes de especializações semântico-referenciais exercidas sobre as significações genérica e não-genéricas enunciadas.

Como as diferentes significações não se fazem acompanhar por alterações formais, discutimos ainda alguns critérios sintácticos para a determinação em co-texto das significações abstractas ou concretas em vigor (cap. 4). Dos vários critérios, resultaram satisfatórios a colocação da partícula negativa antes do deverbal, o uso de expressões adverbiais durativas e o funcionamento do deverbal como objecto de verbos de percepção com uma noção progressiva.

Concluindo, a construção de postverbais parece revelar uma economia das estratégias da língua. Por um lado, não é necessário, perante verbos com determinadas estruturas morfológicas, o recurso a sufixos derivacionais para a construção de

deverbais. Por outro lado, a manutenção da capacidade predicativa no substantivo deverbal possibilita a construção de enunciados utilizando técnicas da “cross-referência”. Por último, é também mostra de economia a aglomeração de diferentes significações no mesmo lexema cuja actualização vai depender dos mecanismos em vigor em cada co-texto.

Procurando tecer uma avaliação crítica do nosso trabalho, parece-nos que foi conseguida a compreensão da formação dos postverbaís como processo não-subtractivo, o que permite distingui-los de outros lexemas verdadeiramente originados por operações de *back-formation*. Julgamos também que a conexão dos critérios sincrónicos e diacrónico vem revelar-se importante na dilucidação do carácter de postverbal de um determinado substantivo do português.

No entanto, muito ficou ainda por explorar no domínio dos postverbaís e áreas afins. Seria proveitoso analisar uma classificação dos postverbaís em campos semântico-referenciais. Se, como as observações de carácter geral indiciam, os postverbaís se situam em campos designativos de pendor básico/prático, poderá haver alguma relação cognitiva entre a criação de postverbaís, ou seja, lexemas formalmente curtos, e uma necessidade de fazer referência a ACCÇÕES marcantes sob o ponto de vista antropológico (Dirven (1988)). Um estudo cognitivista dos postverbaís ressalta ainda da constatação de que existe, na criança, uma tendência para a geração destas formas em detrimento de formas sufixadas mais longas (Rio-Torto (comunicação pessoal)). Seria também interessante analisar a concorrência diacrónica, diafásica e diastrática entre os postverbaís e os restantes deverbais.

Por sua vez, a ligação entre os vários semantismos do postverbal carece de uma explicação coesa, capaz de, por exemplo, dilucidar a geração da significação ‘aquele que V’ acrescida de alteração de género gramatical.

A geração da transcategorização ocorrida entre a base e o seu derivado não foi ainda clarificada. Compreender se é impulsionada pelo marcador de classe ou se por um processo de conversão do radical pode ser a base de um futuro trabalho.

Por último, este trabalho suscitou-nos uma grande curiosidade pelos processos de criação de novas formas através do encurtamento ou apócope.



## BIBLIOGRAFIA

ALARCOS LLORACH, Emilio (1983) – *Consideraciones sobre la formación léxica*. In: *Serta Philologica F. Lázaro Carreter. Natalem diem sexagesimum celebranti dicata*, Vol. I. Madrid, Cátedra, p. 11-15.

ALCOBA RUEDA, Santiago (1989) – *Tema verbal y formación de palabras en español*. In: *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*. A Coruña, Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde Fenosa”, 1992, p. 323-346.

ALVAR EZQUERRA, Manuel (1983) – *Vitalidad y pervivencia del sufijo nominalizador -o*. In: *Serta Philologica F. Lázaro Carreter. Natalem diem sexagesimum celebranti dicata*, Vol. I. Madrid, Ed. Cátedra, p. 47-58.

ALVAR, Manuel & POTTIER, Bernard (1993) – *Morfología histórica del español*. Madrid, Editorial Gredos, 2ª reimpressão (1ª impressão 1983).

ANASTÁCIO, Conceição (1998) – *Para uma leitura dos nomes depredicativos*. Coimbra, Dissertação de Mestrado em Linguística Geral apresentada à Universidade de Coimbra (inérita).

ASCOMBRE, J.-C. (1996) – *Noms de sentiment, noms d'attitude et noms abstraits*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 257-273.

AZUAGA, Luísa (1996) – *Morfologia*. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; GOUVEIA, C. A. M. (Org.) – *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho, p. 215-244.

BARRETO, Mário (1922 [1982]) – *De gramática e de linguagem*. Rio de Janeiro, Presença Edições.

BARTNING, Inge (1996) – *Les nominalisations déverbales dans les SN complexes en de envisagées sous l'angle des traits processifs et résultatifs ainsi que de l'opposition abstrait/concret*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 323-336.

BASÍLIO, Margarida (1980) – *Estruturas lexicais do português. Uma abordagem gerativa*. Petrópolis, Ed. Vozes.

BASÍLIO, Margarida (1987) – *Teoria lexical*. São Paulo, Ed. Ática.

BASÍLIO, Margarida & MARTINS, Helena (1996) – *Verbos denominais no português falado*. In: KOCH, Ingedore Villaça (Org.) – *Gramática do português falado, Vol. VI: desenvolvimentos*. Ed. da Unicamp/Fapesp, p. 371-391.

BEARD, Robert (1998) – *Derivation*. In: SPENCER & ZWICKY (Ed.) – *The handbook of morphology*. Oxford, Blackwell Publishers, p. 44- 65.

BEAUGRANDE, Robert & DRESSLER, Wolfgang (1982) – *Introduction to text linguistics*. London, Longman.

- BENIERS, Elisabeth (1991) – *Productividad morfológica y valencia*. In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Tomo XXXIX, p.707-736.
- BOOIJ, Geert & HAAFTEN, Ton van (1988) – *La syntaxe externe des mots dérivés*. In: *Lexique*, n.º 7, p. 101-120.
- BORBA, Francisco da Silva (1990) – *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. São Paulo, Editora Unesp.
- BORDELOIS, Ivonne (1993) – *Afijación y estructura temática: -da en español*. In: VARELA ORTEGA, Soledad (Org.) – *La formación de palabras*. Madrid, Taurus Universitaria, p. 162-179.
- BRITO, Ana Maria & OLIVEIRA, Fátima (1997) – *Nominalization, aspect and argument structure*. In: MATOS, Gabriela et alii (Ed.) (1997) – *Interfaces in linguistic theory*. (Selected papers from the International Conference on Interfaces in Linguistics. Porto, November 13-17, 1995). Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Edições Colibri, p.57-80.
- BUSSE, Winfried (1994) – *Dicionário sintático de verbos portugueses*. Coimbra, Livraria Almedina.
- BUSSE, Winfried & VILELA, Mário (1986) – *Gramática de valências*. Coimbra, Livraria Almedina.
- CAMACHO, Roberto Gomes & PEZATTI, Erotilde Goreti (1996) – *As subcategorias nominais contável e não-contável*. In: KATO, Mary (Org.) (1996) – *Gramática do português falado. Vol. V: convergências*. São Paulo, Unicamp/Fapesp, p. 155-183.
- CÂMARA, Joaquim Mattoso Jr. (1985) – *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão-Livraria Editora, 4ªed.
- CARSTAIRS-MCCARTHY, Andrew (1998) – *Phonological constraints on morphological rules*. In: SPENCER & ZWICKY – *The handbook of morphology*. Oxford, Blackwell Publishers, p. 144-148.
- CARVALHO, Herculano de (1984) – *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*. Vol. II. Coimbra, Coimbra Editora, 4ª reimpressão.
- CHOMSKY, Noam (1970) – *Remarks on nominalization*. In: CHOMSKY, Noam – *Studies on semantics in generative grammar*. Paris; New York, Mouton Publishers, p. 11-61.
- CHOMSKY, Noam (1995) – *The minimalist program*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- COMRIE, Bernard (1976) – *The syntax of action nominals: a cross-language study*. In: *Lingua* n.º 40, p. 177-201.
- CORBIN, Danielle (1976) – *Peut-on faire l'hypothèse d'une dérivation en morphologie?* In: CHEVALIER, Jean-Claude (Org.) – *Grammaire transformationnelle: syntaxe et lexique*. Lille, Presses Universitaires de Lille, p. 47-91.
- CORBIN, Danielle (1984) – *Méthodes en morphologie dérivationnelle*. In: *Cahiers de Lexicologie*, Vol. XLIV, n.º1, p. 3-17.
- CORBIN, Danielle (1987) – *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

CORBIN, Danielle (1991) – *Introduction. La formation des mots: structures et interprétations*. In: *Lexique*, n.º10, p. 7-30.

COROMINAS & PASCUAL (1991) – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid, Editorial Gredos, 3ª reimpresión.

COSERIU, Eugenio (1978) – *Gramática, semántica, universales*. Madrid, Editorial Gredos.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1991) – *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, Ed. Sá da Costa, 8ªed.

DEFrancq, Bart & WILLEMS, Dominique (1996) – *De l'abstrait au concret. Une réflexion sur la polysémie des noms déverbaux*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 1996, p. 221-230.

DELAPLACE, Denis (1999) – *Parano, perpèt(te)e, polar(d), redingue et situasse ou comment l'apocope parvient à certaines de ses fins...* In: *Silexicales. La morphologie des dérivés évaluatifs*. (Forum de morphologie; Actes du colloque de Toulouse, 29-30 de Abril de 1999), n.º2, Pub. De l'UMR 8528 du C.N.R.S., Université de Lille III, p. 49- 58.

*Dicionário da língua portuguesa*. Porto, Porto Editora e Priberam Informática, 1996.

DIEZ, F. (1874) – *Grammaire des langues romanes*. Paris, A. Franck, 3ªed.

DIRVEN, René (1988) – *A cognitive approach to conversion*. In: HÜLLEN, Werner & SCHULZE, Rainer (Ed.) – *Understanding the lexicon. Meaning, sense and world knowledge*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, p. 329-343.

DUBOIS, Jean (1968) – *La dérivation en linguistique descriptive et en linguistique transformationnelle*. In: *Travaux de Linguistique et Littérature*, Vol. VI, n.º1, p. 27-53.

DURAND, Jacques (1990) – *Generative and non-linear phonology*. London, Longman.

FAITELSON-WEISER, Silvia (1993) – *Sufijación y derivación sufijal: sentido y forma*. In: VARELA ORTEGA, Soledad (Org.) – *La formación de palabras*. Madrid, Taurus Universitaria, p. 119-161.

FILLMORE, Charles (1977) – *Em favor do caso*. In: LOBATO, Lúcia (Org.) – *A semântica na linguística moderna – o léxico*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, § 3, p. 296-326.

FLAMENT-BOISTRANCOURT, Danièle (1996) – *Une question abstraite: les N de la construction en Avec +  $\phi$  + N. Un problème d'«abstrait» ou d'abs-traction?*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 289-299.

FLAUX, Nelly (1996) – *Question de terminologie*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 76-90.

FONSECA, Joaquim (1992) – *Linguística e texto/discurso. Teoria, descrição e aplicação*. Lisboa, ICALP.

GALMICHE, Michel & KLEIBER, Georges (1996) – *Sur les noms abstraits*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 23-40.

GAMARSKI, Léa (1988) – *A derivação regressiva: um estudo da produtividade lexical em português*. Goiânia, Cegraf.

GODARD, Danièle (1996) – *Les phrases compléments de nom sont-elles des arguments?*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 301-311.

GRIMSHAW, Jane (1990) – *Argument structure*. Cambridge, London, The MIT Press.

GROSS, Gaston & KIEFER, Ferenc (1995) – *La structure événementielle des substantifs*. In: *Folia Linguistica*, XXIX, n.º1-2, p. 43-65.

HUDSON, R. A. (1976) – *Lexical insertion in a transformational grammar*. In: *Foundations of Language. International Journal of Language and Philosophy*, Vol. 14, p. 89-107.

JACKENDOFF, Ray (1975) – *Morphological and semantic regularities in the lexicon*. In: *Language*, Vol. 51, p. 639-671 (traduzido em *Régularités morphologiques et sémantiques dans le lexique*. In: RONAT, Mitsou (Édit.) – *Langue. Théorie générative étendue*. Paris, Hermann, 1977, p. 65-108).

JACKENDOFF, Ray (1997) – *The architecture of the language faculty*. Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press.

KAGER & ZONNEVELD (1999) – *Introduction*. In: KAGER; HULST & ZONNEVELD – *The prosodic morphology interface*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 1- 38.

KEHDI, Valter (1998) – *A derivação regressiva em português*. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n.º 2, p. 205-213.

KERLEROUX, Françoise (1996) – *Représentations de l'absence de suffixe dans les noms déverbaux processifs du français*. In: *Travaux Linguistiques du Cerlco. Absence de marques et représentation de l'absence*. Presses Universitaires de Rennes, p. 141-169.

KERLEROUX, Françoise (1997) - *De la limitation de l'homonymie entre noms déverbaux convertis et apocopes de noms déverbaux suffixés*. In: *Silexicales. Mots possibles et mots existants* (Forum de morphologie; Actes du colloque de Villeneuve d'Ascq, 28-29 de Abril de 1997), n.º1, Pub. De l'U.R.A., 382 du C.N.R.S., Université de Lille III, p. 163-172.

KERLEROUX, Françoise (1998 a) – *L'apocope en français*. (comunicação apresentada a 20 de Fevereiro de 1998 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

KERLEROUX, Françoise (1998 b) – *Quels obstacles à l'identification d'un procédé de construction morfologique: la conversion?* (comunicação apresentada a 20 de Fevereiro de 1998 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

KERLEROUX, Françoise (1999) – *Sur quelles bases opère l'apocope?*. In: *Silexicales. La morphologie des dérivés évaluatifs*. (Forum de morphologie; Actes du colloque de Toulouse,

29-30 de Abril de 1999), n.º2, Pub. De l'UMR 8528 du C.N.R.S., Université de Lille III, p. 95-106.

KOPTJEVSKAJA-TAMM, Maria (1993) – *Nominalizations*. London, Routledge.

LANGACKER, Ronald (1987 e 1989) – *Foundations of cognitive grammar*. Vol. I. e II, Stanford, Stanford University Press.

LAUSBERG, Heinrich (1967) – *Elemente der literarischen rhetorik*. München, Max Hueber Verlag. (traduzido em *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, 1993).

LEES, R. (1960) – *The grammar of english nominalization*. The Hague, Mouton.

LIEBER, Rochelle (1981) – *On the organization of the lexicon*. Indiana, Indiana University Linguistics Club.

LOBATO, Lúcia (1995) - *A derivação regressiva em português: conceitualização e tratamento gerativo*. In: *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, p. 205-230.

LOBATO, Lúcia (1999) – *Participios rizotônicos de primeira conjugação e deverbais não afixais no português*. In: BASÍLIO, Margarida (Org.) (1999) – *Palavra*. Volume temático I. *A delimitação de unidades lexicais*. Rio de Janeiro, Grypho, p. 29-68.

LÜDTKE, Jens (1976) – *Sur les niveaux d'analyse des nominalisations prédictives*. In: *Cahiers de Lexicologie*, Vol. XXVIII, n.º1, p. 51-59.

MACHADO, José Pedro (1977) – *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 3ª edição.

MAIA, Clarinda de Azevedo ([1986] 1997) – *História do galego-português. Estudo linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Reimpressão da edição do INIC, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e tecnológica.

MALKIEL, Yakov (1993) – *El análisis genético de la formación de palabras*. In: VARELA ORTEGA, Soledad (Org.) – *La formación de palabras*. Madrid, Taurus Universitaria, p. 71-115.

MARTIN, Robert (1996) – *Le fantôme du nom abstrait*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 41-50.

MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. (1989) – *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho, 2ª ed. revista e aumentada.

MATEUS, Maria Helena Mira (1975) – *Aspectos de fonologia portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.

MATEUS, Maria Helena Mira (1996) – *Fonologia*. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; GOUVEIA, C. A. M. (Org.) – *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho, p. 171-199.

MATTHEWS, P. H. (1991) – *Morphology*. Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed.

- MCCARTHY & PRINCE (1998) – *Prosodic morphology*. In: SPENCER & ZWICKY – *The handbook of morphology*. Oxford, Blackwell Publishers, p. 283- 305.
- MCCARTHY & PRINCE (1999) – *Faithfulness and identity in prosodic morphology*. In: KAGER, HULST & ZONNEVELD – *The prosodic morphology interface*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 218- 309.
- MERK, Georges (1970) – *Déverbaux? «Formes raccourcies»? «Formations régressives?»*. In: *Travaux de Linguistique et de Littérature*, Vol. VIII, n.º1, p. 167-189.
- MEYER-LÜBKE (1895) – *Grammaire des langues romanes*. (Traduction par Auguste Doutrepoint et Georges Doutrepoint). Tome II *Morphologie*. Paris, H. Welter Éditeur.
- MONTERMINI, Fabio (1999) – *L'apocope en italien en tant que procédé de morphologie évaluative*. In: *Silexicales. La morphologie des dérivés évaluatifs*. (Forum de morphologie; Actes du colloque de Toulouse, 29-30 de Abril de 1999), n.º 2, Pub. De l'UMR 8528 du C.N.R.S., Université de Lille III, p. 149- 159.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1996 a) – *Estudo da estrutura argumental dos nomes*. In: KATO, Mary (Org.) – *Gramática do português falado*. Vol. V. São Paulo, Editora da Unicamp/Fapesp, p. 119-154.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1996 b) – *Estudo das construções com verbo de suporte em português*. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.) (1996) – *Gramática do português falado*. Vol. IV. São Paulo, Editora da Unicamp/Fapesp, p. 201-229.
- NIEDERMANN, Max (1991) – *Précis de phonétique historique du latin*. Paris, Librairie Klincksieck, 5ª ed.
- NUNES, José Joaquim ([1919] 1989) – *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Clássica Ed., 9ªed.
- NYÉKI, Lajos (1996) – *Opposition concret/abstrait et types de prédication*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 231-239.
- PENA, Jesús (1980) – *La derivación en español. Verbos derivados y sustantivos verbales*. In: *Verba, Anuario Galego de Filoloxía*, anexo 16.
- PEREIRA, Isabel (1996) – *O acento da palavra em português: algumas considerações*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*. Vol. XXI, p. 265-285.
- PERES, João Andrade & MÓIA, Telmo (1995) – *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho, caps. 1 e 2.
- PIEL, Joseph (1940) – *A formação dos substantivos abstractos em português*. In: *Biblos*, Vol. XVI, p. 209-237.
- PLÉNAT, Marc (1993) – *Observations sur le mot minimal français*. In: LAKS, Bernard & PLÉNAT, Marc (Direc.) (1993) – *De natura sonorum. Essais de phonologie*. Paris, Presses Universitaires de Vincennes, p. 143-172.
- PON, Jan (1993) – *Morphological conversion*. Led, Utrecht.

- PUSTEJOVSKY, James (1998) – *The generative lexicon*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- RAMCHAND, Gillian Catriona (1997) – *Aspect and predication. The semantics of argument structure*. Oxford, Clarendon Press.
- RAPOSO, Eduardo Paiva (1992) – *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa, Ed. Caminho.
- RÉMI-GIRAUD, Sylvianne (1996) – *Pour une approche notionnelle de la nominalisation*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 105-116.
- RIEGEL, Martin (1996) – *Les noms à compléments propositionnels: en quoi sont-ils plus abstraits que d'autres?*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 313-321.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1993) – *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Coimbra. (Inédita). Coimbra.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1994) – *Regras de formação de palavras em português: achegas para um quadro geral*. In: *Diacrítica*, n.º 9, p. 319-342.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1995) – *Formação de palavras: um espaço de confluência e de interactividade*. In: *Biblos*, Vol. LXXI.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1997) – *Construção e interpretação: o exemplo dos nomes heterocategoriais*. In: *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto, Campo da Letras, p. 815-834.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998) – *Unidades e variantes morfolexicais: princípios de identificação*. In: RIO-TORTO, Graça Maria (1998) – *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora, Coleção Linguística n.º 12, p. 13-49.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998 a) – *Esquemas de circunfixação em português*. In: RIO-TORTO, Graça Maria (1998) – *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora, Coleção Linguística n.º 12, p. 211-221.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998 b) – *Operações e paradigmas genolexicais do português*. In: RIO-TORTO, Graça Maria (1998) – *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora, Coleção Linguística n.º 12, p. 83-107.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998 c) – *Padrões de formação de verbos em português*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XXII.
- ROCHÉ, Michel (1997) – *La variation non flexionnelle du genre des noms. Diachronie, diatopie, diastratie*. Toulouse, Université de Toulouse-Le Mirail, Centre de Linguistique et de Dialectologie.
- ROUSSEAU, André (1996) – *Les mots abstraits: une approche interdisciplinaire*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*.

Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 51-65.

SADLER, Louisa & SPENCER, Andrew (1998) – *Morphology and argument structure*. In: SPENCER & ZWICKY (Ed.) (1998) – *The handbook of morphology*. Oxford, Blackwell Publishers, p. 206-236.

SAID ALI, Manuel (1964) – *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 3ªed.

SANDMANN, Antônio José (1989) – *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba, Scientia et Labor Editora da UFPR.

SANTIAGO LACUESTA, Ramón & BUSTOS GISBERT, Eugenio (1999) – *La derivación nominal*. In: BOSQUE, Ignacio & DEMONTE, Violeta (1999) (Dirigida por) – *Gramática descriptiva de la lengua española*. Tomo 3. *Entre la oración y el discurso. Morfología*. Madrid, Editorial Espasa Calpe.

SILVA, Antonino da Conceição de Almeida e (1998) – *O sistema verbal do português arcaico. O papel da analogia na regularização dos paradigmas verbais do português arcaico da segunda fase*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Coimbra (Inédita). Coimbra.

SILVA, Augusto Soares da (1992) – *Homonímia e polissemia: análise sémica e teoria do campo léxico*. In: *Actas do XIX congresso internacional de lingüística e filología románicas*. Vol. II (1992) (Universidade de Santiago de Compostela, 1989) A Coruña, Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, p. 257-287.

SILVA, Rosa Mattos e (1991) – *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo, Editora Contexto.

SPENCER, Andrew (1991) – *Morphological theory*. Oxford, Cambridge, Blackwell Publishers.

TARVAINEN, Kalevi (1987) – *Semantic cases in the framework of dependency theory*. In: DIRVEN, René & RADDAN, Wüinter (Ed.) – *Concepts of case*. Tübingen, Gunter Narr Verlag, p. 75-102.

TEMPLE, Martine (1996) – *Pour une sémantique des mots construits*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.

TEYSSIER, Paul (1993) – *História da língua portuguesa*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 5ª ed.

TUȚESCU, Mariana (1969) – *La catégorie de la nominalisation en français moderne et contemporain*. In: *Revue Roumaine de Linguistique*, tome XVI, n.º4, p. 343-364.

VAN DE VELDE, Danièle (1996) – *La détermination des noms abstraits*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 275-287.

VARELA ORTEGA, Soledad (1993) – *Líneas de investigación en la teoría morfológica*. In: VARELA ORTEGA, Soledad (Org.) – *La formación de palabras*. Madrid, Taurus Universitaria, p. 13-29.

VILELA, Mário (1992) – *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra, Livraria Almedina.

VILELA, Mário (1994) – *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Livraria Almedina.

VILLALVA, Alina (1994) – *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

VIVÈS, Robert (1988) – *Lexique-grammaire, nominalisations et paraphrases*. In: *Lexique*, n.º 6, p. 139-156.

WILLMET, Marc (1996) – *À la recherche du nom abstrait*. In: FLAUX, Nelly; GLATIGNY, Michel; SAMAIN, Didier (1996) – *Les noms abstraits. Histoire et théories*. Actes du colloque de Dunkerque (15-18 septembre, 1992). Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, p. 67-75.

WOTJAK, Gerd (1993) – *Actantes y sus correspondencias semánticas en verbos*. In: *Verbo e estruturas frásicas* (Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica, Leipzig, 22-25 de Novembro de 1993), Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1994, p. 71-91.



# ÍNDICE

ÍNDICE.....	I
CONVENÇÕES .....	V
CAPÍTULO 0. INTRODUÇÃO .....	1
0.1 Objecto .....	1
0.2 Objectivos.....	3
0.3 Orientação teórico-metodológica .....	4
0.4 Plano do trabalho.....	5
CAPÍTULO 1. FORMAÇÃO DOS POSTVERBAIS .....	7
0. Introdução.....	7
1. Abordagens da formação dos postverbaís .....	8
1.1 Propostas regressivistas .....	8
1.1.1 Deverbais .....	13
1.1.2 Denominais .....	15
1.2 Propostas não regressivistas.....	22
1.2.1 Gramáticas históricas.....	22
1.2.2 Estruturalismo.....	25
1.2.3 Gerativismo .....	26
1.2.4 Comentários finais .....	31
1.3 Redefinição do processo de formação dos postverbaís.....	34
1.3.1 Rejeição do carácter regressivo .....	34
1.3.1.1 Estatuto da marca do infinitivo verbal .....	34
1.3.1.2 Delimitação da base derivacional.....	37
1.3.1.3 Conversão do radical? .....	40
1.3.1.4 Estatuto do marcador de classe do postverbal.....	44
1.3.2 Comentários finais .....	48
2. A direcionalidade V>S .....	49
2.1 Critérios morfofonológicos .....	50
2.1.1 Previsibilidade da vogal temática do verbo .....	50
2.1.2 Presença de afixos verbais no substantivo.....	52
2.1.3 Posição do acento .....	54
2.2 Critérios sintáctico-semânticos .....	58
2.2.1 Estrutura argumental.....	60
2.2.2 Estrutura aspectual interna .....	63
2.3 Critério diacrónico .....	64
2.4 Comentários finais .....	72
3. Conclusão .....	73
CAPÍTULO 2. ESTRUTURA DAS BASES .....	77
0. Introdução.....	77
1. Estrutura morfológica.....	79
2. Estrutura sintáctica .....	89
3. Estrutura semântica .....	98
4. Conclusão .....	103

CAPÍTULO 3. ESTRUTURA DOS PRODUTOS.....	105
0. Introdução.....	105
1. Estrutura morfológica.....	106
2. Estrutura sintáctico-semântica.....	109
2.1 Actualização sintáctica dos papéis temáticos .....	112
2.2 Comentários finais .....	123
3. Estrutura semântica .....	124
3.1 Significação genérica.....	125
3.2 Significações não-genéricas.....	125
3.2.1 Significações figurais inscritas na operação semântico-derivacional.....	125
3.2.1.1 Significações figurais dependentes da estrutura aspectual interna do verbo.....	126
3.2.1.2 Significações figurais dependentes da topicalização de argumentos e de adjuntos do verbo .....	128
3.2.2 Significações convencionais decorrentes de especialização semântico-referencial .....	130
3.3 Comentários finais .....	131
4. Conclusão.....	132
CAPÍTULO 4. IMPORTÂNCIA DOS CO-TEXTOS PARA A DELIMITAÇÃO DA SIGNIFICAÇÃO DO PRODUTO .....	135
0. Introdução.....	135
1. Semantismos abstractos e concretos .....	135
2. Critérios co-textuais para a delimitação do semantismo do produto .....	142
2.1 Critério posicional.....	142
2.2 Pluralização.....	144
2.3 Quantificação .....	145
2.4 Determinação .....	146
2.4.1 Artigo definido .....	146
2.4.2 Artigo indefinido .....	147
2.4.3 Artigo zero/partitivo .....	148
2.5 Anteposição da partícula negativa .....	149
2.6 Expressões adverbiais durativas .....	150
2.7 Ocorrência de verbos de percepção progressivos .....	150
2.8 Posição predicativa .....	151
2.9 Adjectivação .....	152
2.10 Construções <i>ser</i> + <i>adjectivo</i> .....	152
2.11 Construção com verbo de suporte.....	152
2.12 Estrutura argumental.....	154
3. Conclusão.....	154
CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES .....	157
BIBLIOGRAFIA .....	163

APÊNDICES ..... i

APÊNDICE I ESTRUTURAS ARGUMENTAL E EVENTIVA DE ALGUNS  
DERIVANTES DE POSTVERBAIS.....iii

APÊNDICE II LEXEMAS SUSCEPTÍVEIS DE SEREM ANALISADOS COMO  
POSTVERBAIS.....xi



## CONVENÇÕES

V – Verbo

S – Substantivo

Adj – Adjectivo

A – Actante

RFP – Regra de Formação de Palavras

VT – Vogal Temática

P – Predicador

prep – preposição

ACCÇÃO – Interpretação verbal, independentemente da classe aspectual interna a que o verbo pertence.

> – Direcionalidade da derivação

< – Direcionalidade da derivação

→ – Direcionalidade da derivação dentro de uma língua

← – Direcionalidade da derivação dentro de uma língua

↓ – Evolução de lexema entre duas línguas

